



*Maria Madalena Souza dos Anjos Neta  
Mariana Domitila Padovani Martins  
Organização*

*Trabalho, Diversidade e Consumo:  
Um percurso pela sociedade contemporânea*

MARIA MADALENA SOUZA DOS ANJOS NETA  
MARIANA DOMITILA PADOVANI MARTINS  
(Organização)

**TRABALHO, DIVERSIDADE E CONSUMO:  
UM PERCURSO PELA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Maringá – Paraná  
2020

2020 Uniedusul Editora

Copyright da Uniedusul Editora  
Editor Chefe: Profº Me. Wellington Junior Jorge  
Diagramação e Edição de Arte: André Oliveira Vaz  
Revisão: O/s autor/es

### **Conselho Editorial**

Adriana Mello  
Alexandre António Timbane  
Aline Rodrigues Alves Rocha  
Angelo Ferreira Monteiro  
Carlos Antonio dos Santos  
Cecilio Argolo Junior  
Cleverson Gonçalves dos Santos  
Fábio Oliveira Vaz  
Gilmara Belmiro da Silva  
Izaque Pereira de Souza  
José Antonio  
Kelly Jackelini Jorge  
Lucas Araujo Chagas  
Marcio Antonio Jorge da Silva  
Ricardo Jorge Silveira Gomes  
Sandra Cristiane Rigatto  
Thiago Coelho Silveira  
Wilton Flávio Camoleze Augusto  
Yohans De Oliveira Esteves

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

T758 Trabalho, diversidade e consumo [recurso eletrônico] : um percurso pela sociedade contemporânea / Organizadoras Maria Madalena Souza dos Anjos Neta, Mariana Domitila Padovani Martins. – Maringá, PR: Uniedusul, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-86010-13-8

1. Trabalho e consumo. 2. Sociedade. I. Anjos Neta, Maria Madalena Souza dos. II. Martins, Mariana Domitila Padovani.  
CDD 333.01

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Permitido fazer download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.uniedusul.com.br](http://www.uniedusul.com.br)

# APRESENTAÇÃO

*Trabalho, Diversidade e Consumo: Um percurso sobre a sociedade contemporânea* - traz uma discussão que contempla temas norteadores da produção do conhecimento científico, especialmente sobre as relações e processos sociais que engendra a configuração contemporânea da sociedade do consumo. Consumir passa a ser percebido como processos de mediação de relações sociais, transfigurando através de conflitos políticos, de distinções étnico-raciais, de gênero, reprodução de valores entre um conjunto de outros elementos que são sustentados ou negados simbolicamente. Entretanto, a medida que o mundo vem se transformando ao longo de sucessivas gerações, natureza e sociedade nunca deixaram de ser complexas e a sociedade atual é a expressão destas complexidades, os problemas que nos apresentam são multidimensionais e as contradições se avolumam.

O livro, propõe discussões descritivas, entrelaçando reflexões, exemplos, fundamentos, aplicabilidades e análises, não somente importantes, como também necessárias em nossa contemporaneidade. Apresenta leituras que problematizam sobre a cadeia produtiva de produtos agroecológicos a partir da sociedade do consumo, assim como o lugar do trabalho e do trabalhador nesta sociedade cada vez mais “robotizada” pelas novas tecnologias e altas capacidades de produção, ampliando o foco para outras temáticas necessárias. Entre elas, a importância da formação dos profissionais da área da saúde física e emocional em tempos de aceleração do trabalho e das relações com o consumo. A conscientização e atuação daqueles que formam os novos profissionais frente aos desafios do ensino superior. Também uma análise dos aspectos da sociedade da diferença, em que a incapacidade de dialogar prolifera-se ao mesmo tempo que novas tecnologias comunicacionais emergem. Consequente, dados e reflexões acerca das relações de trabalho e do gênero, assim como os elementos que podem levar um grupo social à inclusão ou exclusão socioeconômica, em tempos de “crise da diversidade” na sociedade contemporânea.

Deste modo, consideramos que os textos apresentados aqui não apenas podem adensar o atual debate teórico acerca da sociedade contemporânea, pela ampliação das análises dos conceitos que fundam o estudo e interpretação do trabalho, do consumo e da diversidade, como também nos condiciona a uma leitura mais específica sobre os temas abordados.

***Maria Madalena Souza dos Anjos Neta***

***Mariana Domitila Padovani Martins***

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>7</b>
PRODUTOS AGROECOLÓGICOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA SOCIEDADE DO CONSUMO	
MA. MADALENA SOUZA DOS ANJOS NETA	
DOI 10.29327/514966-1	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
O LUGAR DO TRABALHO NA SOCIEDADE: REALIZAÇÃO E CONSUMO	
MARIANA DOMITILA PADOVANI MARTINS	
DOI 10.29327/514966-2	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO: ENTRE A PÍLULA E A FALA	
LUCI MARA BERTONI	
JANDERSON CARNEIRO DE OLIVEIRA	
ANGÉLICA BARROSO DE OLIVEIRA ROSA	
DOI 10.29327/514966-3	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
SAÚDE DOS ASSISTENTES SOCIAIS ATUANTES EM UM HOSPITAL DE REFERÊNCIA EM SERGIPE	
IZADORA RODRIGUES DE SOUZA	
VÂNIA CARVALHO SANTOS	
JOÃO PAULO MACHADO FEITOZA	
DOI 10.29327/514966-4	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>56</b>
EDUCAÇÃO E DIREITO: APRENDIZAGEM PARTICIPATIVA, A TRANSVERSALIDADE NA FORMAÇÃO ESCOLAR DO POLICIAL CIVIL	
FERNANDA DOS SANTOS UEDA	
ELIETE JUSSARA NOGUEIRA	
DOI 10.29327/514966-5	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>68</b>
FACES DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: O TRABALHO DOCENTE E A VISÃO EMPRESARIAL	
FÁBIO MANSANO DE MELLO	
DOI 10.29327/514966-6	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>80</b>
TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA RETENÇÃO DE TALENTOS EM TEMPOS LÍQUIDOS	
KELLY CRISTINA DIAS PERINO	
LARISSA MARIA DE ALMEIDA	
MARIANA CANCIAN DE JESUS OLIVEIRA	
DOI 10.29327/514966-7	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>92</b>
TORNAR-SE PROFESSOR: PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DO DOCENTE DA ÁREA DE SAÚDE	
MÁRCIA LOPES GIAPONESI	
DOI 10.29327/514966-8	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>102</b>
AS MEMÓRIAS E OS TRABALHADORES DE CASAS DE FARINHA	
MARISA OLIVEIRA SANTOS	
ANA ELIZABETH SANTOS ALVES	
DOI 10.29327/514966-9	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>117</b>
DIFERENTES SOCIEDADES, DIFERENTES PERSPECTIVAS: VIVENDO TEMPOS DE INTERREGNO	
MARIANA DOMITILA PADOVANI MARTINS	
NÍCOLAS ESTEVAN PADOVANI MARTINS	
DOI 10.29327/514966-10	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>126</b>
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ÓTICA DE CRIANÇAS: DILEMAS DO SÉCULO XXI	
NAKSON WILLIAN SILVA OLIVEIRA	
SILVIA REGINA MARQUES JARDIM	
DOI 10.29327/514966-11	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>142</b>
O CELULAR NO COTIDIANO ESCOLAR: UM RELATO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE E AS DIFERENTES CATEGORIAS DE USO	
RICARDO JOSÉ ORSI DE SANCTIS	
DOI 10.29327/514966-12	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>155</b>
RELAÇÕES DE TRABALHO E GÊNERO: PODER E DIFERENÇA	
ADLLER MOREIRA CHAVES	
ELIANE TEIXEIRA ASSUNÇÃO	
DOI 10.29327/514966-13	

## PRODUTOS AGROECOLÓGICOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA SOCIEDADE DO CONSUMO



**MA. MADALENA SOUZA DOS ANJOS  
NETA**

Universidade Estadual do Sudoeste da  
Bahia - UESB

**RESUMO:** Os estudos sobre a produção sustentável na agricultura, apontam a necessidade de uma discussão ambiental, econômica, social, política e ética. O objetivo é analisar e discutir o perfil do consumidor de alimentos agroecológicos, comercializados na feira agroecológica da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia campus universitário Vitória da Conquista na Bahia. O estudo encontra-se baseado em uma pesquisa empírica, que utilizou métodos qualitativos e quantitativos, a partir de uma amostra probabilística. Os resultados apontaram que os consumidores de produtos orgânicos consideram que as características intrínsecas relacionadas à composição destes produtos são mais importantes do que a aparência e o sabor deles. Outro fator considerado importante pelos consumidores são as consequências da produção de produtos orgânicos para o meio-ambiente, o qual não sofre as influências de produtos químicos e substâncias tóxicas geradas pela agricultura convencional.

**Palavras-chave:** agroecologia, alimentos orgânicos, consumo político.

**ABSTRACT:** Studies on sustainable production in agriculture point to the need for environmental, economic, social, political and ethical discussion. This article aims to ana-

lyze and discuss the consumer profile and the production chain of agroecological foods, marketed at the agroecological fair of the Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista university campus in Bahia. It is based on empirical research using qualitative and quantitative methods from a probabilistic sample. The results showed that consumers of organic products consider that the intrinsic characteristics related to the composition of these products are more important than their appearance and taste. Another factor considered important by consumers is the consequences of the production of organic products for the environment, which is not influenced by chemicals and toxic substances generated by conventional agriculture.

**Keywords:** agroecology, organic food, political consumption

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho, pretende analisar a configuração contemporânea da sociedade do consumo, suas novas relações e processos sociais. Consumir deixa de ser espaço somente da atividade econômica, para se constituir em quanto campo de produção de significados e formas simbólicas.

Campbell (2001) assinala que a sociedade de consumo caracteriza-se, antes de tudo, pelo desejo socialmente expandido da aquisição “do supérfluo”, do excedente, do luxo. Do mesmo modo, se estrutura pela marca da insaciabilidade, da constante insatisfação, onde uma necessidade preliminarmente satisfeita gera quase automaticamente outra necessidade, num ciclo que não se esgota, num *continuum* onde o final do ato consumista é o próprio desejo de consumo.

As inovações tecnológicas aplicadas na agricultura para a obtenção de maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo que aumentassem a produtividade, ficou denominada de Revolução Verde. Esse processo ocorreu através do desenvolvimento de sementes adequadas para tipos específicos de solos e climas, adaptação do solo para o plantio, variedades de plantas geneticamente modificadas e desenvolvimento de máquinas. A implantação de novas técnicas agrícolas iniciou-se no fim da década de 1940, porém os resultados expressivos foram obtidos durante as décadas de 1960 e 1970, onde países em desenvolvimento aumentaram significativamente sua produção agrícola.

Os efeitos sobre o meio ambiente foram os mais diversos: dilapidação das florestas e da biodiversidade, erosão de solos agrícolas, desertificação, esgotamento de recursos naturais não renováveis, uso exagerado de agrotóxicos e fertilizantes, contaminação de rios, alimentos, dentre outros impactos.

No Brasil a Revolução Verde surge com a promessa de modernização do campo, de erradicação da fome, de aumento da produção, e, sobretudo como a nova era da agricultura e a busca de desenvolvimento aos países subdesenvolvidos. Aqui começam a ser delineados os bem pensados traços do agronegócio com a difusão de tecnologias agrícolas que procuravam espaço no mercado de consumo como os agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Graziano (1985) traz que a modernização do campo fez com que pequenos produtores fossem expropriados, dando lugar aos moldes empresariais de organização da produção, garantindo que a divisão desigual de terras continuasse a ser efetiva, aumentando ainda mais as diferenças. Fica evidente que a chamada modernização da agricultura não é outra coisa que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira da época.

Atualmente, novos processos econômicos estão sendo adotados a fim de se repensar as concepções implantadas pelo sistema capitalista de produção em massa, a qual explora indiscriminadamente os recursos naturais do planeta. Desta forma, estão surgindo propostas de conciliar o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade. A socie-

dade tem buscado diante dos diversos avanços tecnológicos encontrar novas fontes de recursos renováveis e uma melhor utilização dos não renováveis.

Pelo terceiro ano consecutivo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura registrou um aumento no número de pessoas passando fome no mundo, que subiu de 815 milhões de indivíduos, em 2016, para quase 821 milhões em 2017. Segundo novo levantamento da agência da ONU para a América Latina e o Caribe acompanharam a tendência global na região, 39,3 milhões de pessoas vivem subalimentadas, valor que representa um crescimento de 400 mil. No Brasil o mesmo estudo apontou que o número de famintos pode ser considerado estável, com 2,5% da população em grave situação de insegurança alimentar. A partir desta realidade o tema da fome como questão social e política começar a ganhar destaque. O conceito de consumo e sociedade do consumo começam a ser repensados, as práticas de consumo começam a incorporar outros valores como: solidariedade, responsabilidade, participação social e cidadania.

Impactados pela crise, os brasileiros tiveram que rever muitos dos seus hábitos, inclusive aqueles relacionados à alimentação, é o que aponta a pesquisa *A Mesa dos Brasileiros: transformações, confirmações e contradições*, realizada pelo Departamento do Agronegócio da Fiesp (Deagro). A pesquisa, com 3.000 pessoas entrevistadas em 12 regiões metropolitanas do país, mais as cidades de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, apontou que nos últimos anos o preço baixo ganhou importância no processo de compra de alimentos, hoje considerado um dos principais *drivers* de escolha da categoria. Em 2010, ser mais nutritivo e enriquecido com vitaminas vinha à frente de ser barato. Esta posição se inverteu em 2017 e 2018.

Portilho (2005) aponta que, comprar alimentos em feiras agroecológicas, verificando a procedência e conhecendo pessoalmente o produtor, e optar por produtos e empresas que estabeleçam o compromisso com relações justas e sustentáveis no processo produtivo, é uma forma cidadã de comprar, conhecida como consumo político. Individual ou coletivamente, os consumidores brasileiros que fazem essa opção se multiplicam e integram grupos que buscam consumir o que contribui com a saúde, o bem-estar das pessoas e com o meio ambiente. Pensar o consumo muito além da mera compra de produtos e serviços, é um processo que nos identifica no mundo a partir das escolhas que fazemos e que expressam o nosso estilo de vida.

Segundo as pesquisadoras Livia Barbosa e Fátima Portilho a tendência de valorização de produtos oriundos de processos produtivos considerados “tradicionais e autênticos” tem se refletido no visível aumento da demanda por produtos orgânicos, agroecológicos, artesanais, ou oriundos da agricultura familiar, favorecendo uma preocupação maior com os atores que fazem parte desse cenário. Produzir sob bases ecológicas vai além da prática

de abdicar do uso de insumos externos (adubos químicos e agrotóxicos) em sua produção. Padovan (2006) defende que este modelo de produção deve ser fomentado dia-dia na mente do agricultor a fim de que ele venha a mudar a sua forma de trabalhar na agricultura, estreitando os seus laços com o próximo e com o meio ambiente. Através desse novo conceito ele poderá enxergar as possíveis desvantagens que o “modelo convencional” trará ao seu ambiente, sendo que este sistema acentua a degradação ambiental, o êxodo rural, a desagregação familiar e a baixa viabilidade econômica na agricultura familiar.

## **O MERCADO DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA**

O mercado brasileiro de orgânicos faturou em 2018, R\$ 4 bilhões, resultado 20% maior do que o registrado em 2017, informa o Ministério da Agricultura. Os dados são do Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis), que reúne cerca de 60 empresas do setor. O mercado global de orgânicos, sob a liderança dos Estados Unidos, Alemanha, França e China, movimentou o volume recorde de US\$ 97 bilhões, em 2017, o balanço é da Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica (Ifoam). De acordo com a federação internacional, estão identificados cerca de 3 milhões de produtores orgânicos em um universo de 181 países. A agricultura orgânica cresceu em todos os continentes atingindo área recorde de cerca de 70 milhões de hectares. Essa tendência de crescimento está presente também em todos os países da União Européia onde foram definidas linhas de financiamento para produtores rurais que desejam converter o cultivo convencional em orgânico.

No Brasil a Política Nacional de Agroecologia de Produção Orgânica (Pnapo) foi instituída em 2012, por meio do Decreto no 7.794, com o principal objetivo de integrar, articular e adequar as diversas políticas, programas e ações desenvolvidas no âmbito do governo federal, que visam induzir a transição agroecológica e fomentar a produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para a produção sustentável de alimentos saudáveis e aliando o desenvolvimento rural com a conservação dos recursos naturais e a valorização do conhecimento dos povos e comunidades tradicionais.

A sociedade contemporânea modificou a forma de interpretar o mundo, e consequentemente, o consumo. A necessidade de mudança nos padrões de consumo tem se consolidado como um tema central na agenda ambiental. O consumo político aparece como estratégia política de estímulo aos consumidores para que considerem, em suas escolhas de consumo e práticas cotidianas, não só os impactos ambientais, mas também os sociais que

estão nelas implicados. O consumo tem excedido a capacidade de reprodução natural, enquanto fazemos uso das riquezas produzidas de uma forma socialmente desigual e injusta.

As declarações envolvendo o termo “consumo” repetidamente fazem referência a compras e aquisições. As práticas de compra são integrativas porque envolvem nexos de fazeres e discursos que estão relacionados tanto com o que as pessoas gostam ou abominam comprar, quanto, com a disposição de algumas pessoas em evitar comprar. Por outro lado, o consumo constitui um fenômeno inescapável e momentâneo, que ocorre frequentemente e sem muita importância para grande parte das pessoas (Warde, 2005). As escolhas de consumo são vistas como um resultado de inúmeros critérios, como gosto, preferência, identidade, hábitos, aspectos culturais, imposições sociais, não necessariamente visando a relação custo-benefício. Em um mercado cada vez mais saturado por opções de consumo, é pouco provável que os consumidores tenham interesse em processar todas as informações necessárias para fazerem suas escolhas

O campo de estudos de consumo investiga as mudanças experimentadas pela sociedade contemporânea, e como estas modificaram a forma de interpretar o mundo e, conseqüentemente, o consumo. Daí que surge a proposta de pesquisar a cadeia produtiva dos produtos agroecológicos comercializados na feira agroecológica que acontece no campus universitário de Vitória da Conquista na Bahia, analisando o perfil dos produtores e o comportamento destes rumo ao consumo político. Para a realização deste estudo, foram utilizadas como técnicas a pesquisa bibliográfica, com análises de contribuições científicas que contextualizam o sistema agroecológico, e a pesquisa empírica, que utilizou métodos qualitativos e quantitativos a partir de uma amostra probabilística. Foram realizadas entrevistas com a Comissão, os consumidores e com os produtores rurais. O foco das entrevistas foi conhecer como os produtos são produzidos, a forma de comercialização, transporte, assistência técnica, formas de financiamento, qualidade dos produtos. A feira acontece semanalmente na sexta-feira, no campus da universidade. A comissão é formada por dois representantes docentes do curso de Agronomia e uma representante dos técnicos administrativos, que fazem o cadastramento dos produtores rurais, coordena e fiscaliza o projeto da feira.

## **OS CONSUMIDORES DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS**

As informações obtidas permitiram identificar algumas motivações e hábitos de consumo, como compra, frequência e informação dos produtos agroecológicos. A feira agroecológica da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA acontece toda sexta

–feira no campus da universidade, das 08h às 16horas. Os produtos são expostos em bancadas (mesas) com boa luminosidade, de forma que os clientes possam visualizar bem os produtos que adquirem. Os principais produtos ofertados são: hortaliças, ovos, frutas, derivados de leite, frango, pães, bolachas, doces, mel, feijão. Os consumidores são professores, servidores da universidade, estudantes e pessoas da comunidade. Dentre os produtos mais demandados estão as hortaliças, frutas e verduras, correspondendo um total de 70%, e 30% queijos dentre outros.

A feira tem a função de desenvolver uma consciência política de participação comunitária. Promover de forma pública a comercialização de produtos agroecológicos (humanizar as relações comerciais) eliminando intermediários, buscando a integração, a troca de experiências entre produtores. A comercialização é realizada de forma conjunta, e a produção dos produtos é feita individualmente em cada propriedade. O transporte dos produtos é feito pelos próprios agricultores. Quanto a apresentação dos produtos, os consumidores consideraram de excelente qualidade, bem como a higiene do local e o manuseio dos alimentos.

Entre os consumidores que foram entrevistados existe uma diferença significativa quanto ao sexo, sendo 84% mulheres e 16% homens. Essa diferença pode ser justificada pelo fato de que as mulheres são quase sempre responsáveis pelas compras dos alimentos para a manutenção da família e também pelo preparo dos mesmos. Essa diferença também foi confirmada em pesquisa realizada por Rucinski (1999), em Curitiba, sobre a variável sexo que revela que entre os consumidores entrevistados 66% são mulheres e 34% homens.

Os consumidores entrevistados argumentaram que ir à feira faz parte da rotina deles, pois ali encontram os conhecidos, trocam ideias e a maioria deles disse acreditar nos benefícios de uma alimentação saudável através do consumo de frutas, hortaliças e grãos com uma dieta considerada pelos mesmos como equilibrada, principalmente por esses alimentos serem orgânicos, ou seja, livres de agrotóxicos. Os consumidores enfatizaram a questão do sabor dos alimentos orgânicos ser diferente dos sabores dos alimentos produzidos de forma tradicional, principalmente as folhas e o tomate. A investigação indica que 88,2% dos consumidores são adeptos permanentes da alimentação orgânica, e 11,8% dos entrevistados consomem ocasionalmente esses produtos. Os consumidores da feira agroecológica da UESB também destacaram o papel da feira como espaço de socialização, troca de experiências e criação de vínculos sociais, visto que é frequentada por diferentes faixas etárias.

Os produtos orgânicos processados mais consumidos pelos entrevistados são: bolos com 68%, pães 48%, café e polpa com 16%, feijão e suco com 8% e por último a geleia de frutas com 0,04 %. Os produtos processados são submetidas à seleção e classificação,

corte, fatiamento, sanitização, enxágue, centrifugação e embalagem, que, na maioria das vezes, não necessita preparo para ser consumido. Porém, ainda existe uma deficiência no caso de frutas processadas, apesar de já existir nos grandes supermercados uma variedade de hortaliças processadas, porém com preço de 20 a 40% mais elevado. O perfil dos consumidores indicou existir uma relação de confiança com o produtor e com o produto agroecológico, pois compram seus alimentos de forma independente de certificação.

O aspecto dos produtos agroecológicos foi classificado como excelente, bem como a higiene com que os agricultores os manipulam. Quanto à embalagem que os produtos são comercializados, aproximadamente 70% dos clientes está satisfeita e caracterizaram a embalagem como sendo boa. Porém, 30% dos clientes caracterizaram-na como sendo regular, mas consideram incoerente o uso de sacos plásticos para acondicionamento dos produtos agroecológicos. Como opção, sugerem embalagens alternativas, que não sejam de plástico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Recentemente observa um interesse tanto social quanto acadêmico em compreender os chamados circuitos locais de produção e consumo de alimentos (circuitos curtos), ou ainda, sistemas agroalimentares locais. Contudo, há de se considerar que estes circuitos locais de produção-comercialização-consumo são, em geral, complexos e requerem uma compreensão de vários fatores. Aliado a isso, agrega-se a necessidade de contemplar neste debate os aspectos relacionados à soberania e segurança alimentar. Para garantir o debate acerca de uma nova proposta que questiona não só esse modelo atual, mas também porque observa as repercussões deste processo na organização social, alimentar e econômica do local.

A agroecologia vem se consolidando no Brasil desde os anos 80, expressando-se a partir de práticas de produção agrícola e movimento social e com fortes avanços no campo do desenvolvimento científico e tecnológico (Padovan, 2006). Nessa estratégia, as produtoras e produtores rurais são os sujeitos construtores de seu próprio desenvolvimento. A agroecologia vem ao encontro dessa finalidade, ao fornecer as ferramentas metodológicas para a real participação da comunidade como protagonista e decisor dos rumos dos processos de mudança e transformação social.

O novo conceito advindo da agricultura orgânica, que atualmente é um dos segmentos de mercado em expansão, em todo o mundo, oriundo de produtoras e produtores rurais locais, preocupados com os problemas ambientais, com os hábitos de vida saudável, pro-

venientes em grande parte pelas pesquisas científicas das funcionalidades dos alimentos na vida das pessoas. Portilho (2005) nos chama a reflexão da importância sobre o novo aspecto político e politizador da alimentação. Ou seja, a dimensão política da alimentação tem sido expandida em novas direções. Certos fatos, como os escândalos alimentares, as controvérsias científicas, a percepção e a publicização de riscos, as ideologias alimentares e os discursos e práticas de consumo consciente, colocam o tema da alimentação, cada vez mais, no centro dos debates políticos.

A relação com a alimentação orgânica para uma boa parcela dos consumidores da feira agroecológica da UESB possui a preocupação com a saúde e qualidade de vida. Entre os consumidores pesquisados existe uma consciência de que os orgânicos custam bem mais caros do que os convencionais, no entanto 82% dos entrevistados estão dispostos a pagar mais pelos produtos enquanto que 18% não estão. São inúmeros os fatores que levam o consumidor a adquirir determinado produto. Nas entrevistas destacaram-se dois aspectos: A saúde e a qualidade do alimento, expresso como sendo limpo, ou livre de resíduos de agrotóxicos; A preocupação ambiental, ou seja, com a poluição e a degradação dos recursos naturais. Neste sentido, embora não haja uma identificação direta dos produtos comercializados na feira como orgânicos, a base de produção, a tradição dos produtores rurais em termos agroecológicos, trazem identidade e evidenciam tais aspectos. As experiências agroecológicas em curso, são cotidianamente protagonizadas por agricultores e agricultoras. Essas experiências, ajustadas a variados contextos socioambientais e distintos processos sociobiodiversos, demonstram a possibilidade da produção de base ecológica, em contraposição ao ordenamento social e econômico excludente que prevalece no meio rural.

## REFERÊNCIAS

- ARCHANJO, L. R., K, BRITO, K. F. W, SAUERBECK. S. **Alimentos orgânicos em Curitiba: consumo e significado**. Revista cadernos de debate, Unicamp, Campinas, v. 8, p. 1-6, 2001.
- BARBOSA, L. **Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros**. Revista horizonte antropológico. Porto Alegre, v.13, n.28, 2007.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- BAUMAN, Z. **A modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BEZERRA, I; SCHNEIDER, S. **Produção e Consumo de Alimentos: O papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer**. V. 15, n. 20 Jan/Jun, 2012, p. 35-61
- CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro, Rocco, 2001.

- GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia**. 2a Edição, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PADOVAN, M. P. A agroecologia, a agricultura familiar e a segurança alimentar. In: PADOVAN, M. P. (Org.). **Conversão de sistemas de produção convencionais para agroecológicos: novos rumos para a agricultura familiar**. 1ª ed. Dourados-MS: Edição do Autor, 2006. p. 25-36.
- PADOVAN, M. P.; CARDOSO, I. M. **Panorama da Situação dos Sistemas Agroflorestais no Brasil**. In: CBSAF, 9. Ilhéus, Ba, 2013. Anais/Palestra. Ilhéus, Ba: Instituto Cabruca, 2013
- PORTILHO, F. **Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo**. Cadernos EBAPE-BR, FGV, 2005.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Ed EDUSP, 2008.
- SILVA, José Francisco Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**, 1985.
- WARDE, Alan. **Consumption and theories of practice**. Journal of Consumer Culture, 2005.

# O LUGAR DO TRABALHO NA SOCIEDADE: REALIZAÇÃO E CONSUMO



**MARIANA DOMITILA PADOVANI  
MARTINS**  
(UNISO/ FGV)

**Resumo:** Demonstra-se cada vez mais importante compreender a realidade em que vivemos para entender o lugar do trabalho na sociedade e suas relações com o indivíduo contemporâneo em tempos de adaptabilidade e flexibilidade, ou mesmo, segundo Bauman (2007), em Tempos Líquidos. Por conseguinte, faz-se necessário identificar rastros, índices ou pistas desta dinâmica social para melhor desenvolvê-la. Pontuar efeitos ou hipóteses relacionadas aos aspectos da realização, não somente profissional como também pessoal dos sujeitos sociais, assim como os novos processos de consumo e suas representações nas diferentes esferas da vida, com o propósito de refletir sobre as necessárias abordagens e possíveis aplicabilidades cognitivas e comportamentais do presente e futuro frente as adversidades e oportunidades destacadas. Desse modo, propondo problematizar essas inquietações, buscou-se, neste capítulo, o respaldo crítico e teórico por meio de pensadores como: Zygmunt Bauman (2001), com seu conceito metafórico da Modernidade Líquida, conseguinte Thomas Leoncini (2018), com a análise da Geração Líquida, frente a uma Sociedade de Consumidores, Byung-Chul Han (2015) com sua leitura dos efeitos da Sociedade do Cansaço, Gilles Lipovetsky (2007), com seus alertas sobre a efemeridade e as contradições da Felicidade Paradoxal e Hartmut Rosa (2019), com o conceito

de Aceleração Social e a necessidade de mantê-la frente a condição de estabilidade, e, portanto, as consequências dessa dinâmica. Deste modo, o texto delimitou-se ao desenvolvimento processual e metodológico exploratório frente aos conceitos e as análises realizadas sobre a importância da compreensão das mudanças do trabalho e seus trabalhadores na sociedade contemporânea, conseqüentemente, na sociedade futura, antecipando-se frente as tendências comportamentais de uma Geração Líquida, assim conceituada e apresentada nesta argumentação.

**Palavras-chave:** Trabalho; Realização; Consumo; Geração Líquida, Sociedade Cansaço.

**Abstract:** It is becoming increasingly important to understand the reality that we live to understand the place of work in the society and its relations with the contemporary individual in times of adaptability and flexibility, or even, according to Bauman (2007), in Liquid Times. Therefore, it is necessary to identify, traces, indexes or clues of this social dynamic to better develop it. To point out effects or hypotheses related not only professional but also personal aspects of the realization of social topics, as well as the new processes of consumption and their representations in different spheres of life, with the purpose of reflecting about the necessary approaches and possible cognitive applicability and be-

haviors from present and future in face of the adversities and opportunities highlighted. Thus, proposing to problematize these concerns, this chapter sought critical and theoretical support through strong factors such as: Zygmunt Bauman (2001), with his metaphorical concept of Liquid Modernity, consequently Thomas Leoncini (2018), with the Net Generation analysis, against a Consumer Society, Byung-Chul Han (2015), with his reading of the effects of the Tiredness Society, Gilles Lipovetsky (2007), with his warnings about the ephemerality and contradictions of Paradoxal Happiness and Hartmut Rosa (2019), with the concept of Social Acceleration and the need to maintain it in the face of stability, and therefore the consequences of this dynamic. Thus, the text was limited to the exploratory process and methodological development regarding the concepts and analyzes performed on the importance of understanding the changes of work and its workers in contemporary society, consequently, in future society, anticipating against the trends behavior of a Net Generation, thus conceptualized and presented in this argument.

**Keywords:** Work; Realization; Consumption; Net Generation, Tiredness Society.

## INTRODUÇÃO

Zygmunt, você acha que a flexibilidade laboral pode se transformar com eficácia para os nascidos em tempos líquidos? Poderão, também eles, ficar satisfeitos com o próprio trabalho flexível? Ou, ao contrário, estão destinados a ser trabalhadores infelizes? (LEOCINI; BAUMAN, 2018, p. 89).

Faz-se necessária e urgente a importância de compreender a realidade em que vivemos para entender o lugar do trabalho na sociedade atual, suas relações com o indivíduo contemporâneo em Tempos Líquidos<sup>1</sup>, conseguinte em tempos de Quarta Revolução Industrial<sup>2</sup> e pontuar efeitos ou hipóteses relacionadas aos aspectos da realização, não somente profissional como também pessoal dos sujeitos sociais, assim como os novos processos de consumo e suas representações nas diferentes esferas da vida, com o propósito de refletir sobre as necessárias abordagens e possíveis aplicabilidades cognitivas e comportamentais do presente e futuro, frente as adversidades e oportunidades destacadas.

Deste modo, propondo problematizar essas inquietações, busca-se respaldo crítico e teórico por meio de pensadores como: Zygmunt Bauman (2001), com seu conceito metafórico da Modernidade Líquida, conseguinte Thomas Leoncini com a análise da Geração Líquida, frente a uma Sociedade de Consumidores. Byung-Chul Han (2015), com sua leitura dos efeitos da Sociedade do Cansaço, Gilles Lipovetsky (2007), com seus alertas sobre a

1 Inspirado pela perspectiva do filósofo do século XIX, Ralph Waldo Emerson, e conseqüentemente por sua frase: - “Quando se patina sobre o gelo fino, a segurança está na velocidade”, Bauman, desenvolve o conceito de Modernidade Líquida (uma análise do que ele chama de Tempos Líquidos) e Sólida através da Metáfora do Líquido, dizendo que: - “O que os distingue dos sólidos [...] é que eles não podem suportar uma força tangencial ou deformante quando imóveis e assim sofrem uma constante mudança de forma quando submetidos a tal tensão” (Bauman, 2001, p.07).

2 A Quarta Revolução Industrial é um fenômeno conhecido por originar-se de altos padrões de conectividade, alta precisão de máquinas, as quais passarão a realizar tarefas de alta complexidade. Fonte: SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. Ed. Edipro, 2019, pág. 12.

efemeridade e as contradições da Felicidade Paradoxal e Hartmut Rosa (2019), com o conceito de Aceleração Social e a necessidade de mantê-la frente a condição de estabilidade, e, portanto, as consequências dessa dinâmica.

Segundo Han (2015), nós não vivemos mais numa sociedade disciplinar, controlada por ordens ou proibições, mas sim em uma sociedade orientada para a realização de uma suposta liberdade, marcada pelo lema: “Sim, nós podemos”. Porém, esse empoderamento cria uma “sensação de liberdade” e conseqüentemente produz problemáticas compulsões relacionadas ao autocontrole e autorregulação, amparados no lema: “Você deve!” – embasados pelos depoimentos estimulantes de positividade: “Você pode, eu posso e todos podem fazer TUDO! Ele fez, Ela faz, Todos fazem e são! Todos têm! Basta você querer, esforçar-se e fazer acontecer”. Essa lógica impõe-se com pressão e produz cada vez mais desequilíbrios de auto exploração em diversas esferas de nossa sociedade contemporânea. Ou seja, nós supomos que somos livres, mas na realidade voluntariamente nos exploramos intencionalmente até entrarmos em colapso. Há, portanto, como mencionado, um excesso de positividade, em que o obstáculo não parece ser problema “nunca” (até que um dia a exaustão mental e física acontece). Basta aparecer uma pedra no meio do caminho e somos orientados via gurus de autoajuda, por exemplo, a usufruir dos “cinco passos para..., dez ferramentas para..., três segredos para...” e pronto: pedra chutada, apagada, bloqueada, ou seja, deletada, como um simples toque no celular. Simulações do *online* no *off-line*? Representações das interações do virtual e suas possibilidades de manipulação, nos meios presenciais? – Possivelmente. Comportamentos que fomentam uma dinâmica social com indivíduos cada vez mais infantilizados e individualistas, em que a preocupação com a organização da própria vida e suas esferas ocupa a maior parte do tempo.

A falta de experiência e vivência com os obstáculos do dia a dia, assim como suas aprendizagens frente a eles, e, portanto, o contato com outras pessoas de diferentes opiniões e comportamentos, geram naturalmente incapacidades em dialogar e negociar com o outro. Incapacidades cada vez mais constantes e difíceis de se reverterem, reproduzindo um sistema social em que o sujeito se percebe, em diversas circunstâncias, sozinho no meio da multidão, ou ainda, como “objeto” indesejado, excluído ou esquecido nas prateleiras dos supermercados da vida.

A partir dessa situação paradoxal, (Han, 2015) considera que o projeto de liberdade que caracteriza a civilização ocidental fracassou, pois entende que o excesso de liberdade individual se revela como um excesso de capital, também nos tornando, por exemplo, padrões de nós mesmos (seja dentro de nossos trabalhos ou fora deles). Em determinados momentos, as esferas da vida pessoal assemelham-se com a vida do trabalho e carreira. E vice e versa.

Um bom exemplo disso seriam as grandes empresas como *Google* e *Facebook*, que procuram criar uma atmosfera; um ambiente de trabalho “alegre, descontraído, flexível, divertido”, por meio de atividades “prazerosas e criativas” como *games*, atividades físicas, bicicletas para ir de um departamento para outro, espaços para animais de estimação, plantas e espaços abertos e bem diversificados daqueles estereótipos do “trabalho” do Século XX, por exemplo, com paredes e muros fechados, separando e vigiando pessoas. Ambientes com oferta de alimentação variada e saudável, decoração inovadora e aconchegante. Músicas, massagens, terapias alternativas, entre outras modalidades e atividades, digamos: “anti-trabalho” – algo como “o lazer no trabalho”, partindo do pressuposto que o trabalho não é algo prazeroso por si só – um fenômeno paradoxal frente a própria lógica da Sociedade do Desempenho, em que o sujeito deve se esforçar e se comprometer pela causa do trabalho escolhido, ou a ele apresentado, e ainda se sentir realizado, feliz, satisfeito e motivado, naturalmente devido ao propósito contido nesse processo.

O contrário também acontece: “o trabalho no lugar no lazer”, e pode ser percebido, por exemplo, em lugares teoricamente de relaxamento, como nos hotéis que oferecem para seus hóspedes programas completos de atividades, do início ao final do passeio – “para que eles tenham o que fazer; aproveitem o tempo”. Atividades essas controladas por monitores, especialistas, com horários específicos, normas e equipamentos necessários. Preços e esforços, dedicações condicionadas, etc. Consequente, o trabalho no lazer.

Vemo-nos, portanto, na grande maioria, inconscientes ou não, como indivíduos microempresas, organizando-nos e nos promovendo como sujeitos microempresas, ou mesmo produtos e serviços. Deste modo, cabe-nos refletir sobre os impactos individuais e coletivos que essas manifestações já nos proporcionam, assim como sobre as mudanças do papel do trabalho no futuro, buscando entender seus trabalhadores atuais e potenciais, identificando também indícios de qual “ou quais futuros” estamos falando.

## **REALIZAÇÃO: a obrigação de ser feliz!**

A obrigatoriedade da felicidade, assim como a lógica da positividade, impera em nossa sociedade, ao mesmo tempo em que as patologias neurais e psicológicas aumentam, como a depressão, ansiedade, a Síndrome Burnout (SB) e a Síndrome da Hiperatividade (TDAH).

Segundo Bauman (2007), em *Tempos Líquidos*, o movimentar-se constantemente é norma, portanto, não se pode ficar parado – caso contrário estará desatualizado; será descartado e condenado à invisibilidade na Sociedade de Consumidores. Isso é extremamente

aterrorizante para os sujeitos contemporâneos que desejam ser vistos, admirados e, se possível, seguidos e invejados.

Nesse sentido, a realização pessoal e profissional parece ser pré-requisito em entrevistas de emprego, em primeiros encontros sociais, sexuais e românticos, e consequentemente boas primeiras impressões. Para conseguir um emprego, deve-se estar feliz! (mostrar-se feliz) o tempo todo e intensamente. Essas realizações necessitam também de ter uma imagem, uma “cara”, não simplesmente presencial, como também virtual. É algo bastante interessante e paradoxal numa sociedade líquida, em que nada é feito para durar. O fato é que os indivíduos da sociedade líquido-moderna (BAUMAN, 2001), e conseguinte, do cansaço (HAN, 2015), acreditam na postagem “dos outros” nas redes sociais, por exemplo. Acreditam na imagem virtualizada da vida feliz e eficaz, o que os leva a indagações angustiantes, como: *Se a vida do outro é plena e feliz, logo a minha também não deveria ser? Por que eu não sou como ela ou ele? Por que não tenho o mesmo que eles têm? Por que só eu não me sinto feliz? Por que não tenho o emprego ou a carreira dos sonhos? Por que não tenho amigos assim? Por que não sou amado ou amada desta forma? Por que não consigo ter esse corpo e beleza? Essas férias fantásticas? Ler tantos livros, curtir a vida desta forma, etc., etc., etc.?* Inquietações que ressoam numa ansiedade maior ou menor dependendo do caso e indivíduo, gerando uma hipertrofia das crenças de que todos podem ter a tal felicidade e realização manipulada, mas não impedindo a lógica da aceleração social, que, segundo Hartmut Rosa (2019, p. 11), é quando a sociedade “consegue se estabilizar dinamicamente; quando é sistematicamente disposta ao crescimento, ao adensamento de inovações e à aceleração, como meio de manter e reproduzir sua estrutura”. Isso também se faz necessário para que o sujeito se sinta estável dentro de uma sociedade com temáticas tão instáveis – denominada como tempos líquidos (BAUMAN, 2007).

Uma ansiedade fruto do descompasso entre *offline* e *online*; e consequentemente, real e imaginário. Descompasso também entre forma e conteúdo, entre ser e ter, assim como entre ser e parecer. A relação do sujeito com os modelos ideais do que é ser um homem ou mulher ideal, profissional ideal, família ideal, entre outros ideais, manifesta-se frente a uma teatralidade e infantilidade social, em que os laços interpessoais fragilizam-se cada vez mais, e as pressões para ser independente e autossuficiente são cada vez maiores, já que muitas vezes não se consegue atingir a “classificação” necessária para pertencer a este ou aquele grupo desejado. Sozinho no meio da multidão (BAUMAN, 2011), o indivíduo pessoal ou profissional segue em busca de reconhecimento e autoafirmação para sobreviver.

Portanto, parecer feliz, parecer saber, parecer estar atualizado podem proporcionar a sensação em si da felicidade, do conhecimento e/ou atualização, mas não a sua concre-

tude. A regra hoje é: antes mostrar do que sentir ou ser efetivamente, assim como comenta Lipovetsky (2007, p. 16) “a noiva é tão bela quanto esse primeiro plano fotográfico sugere? A imensa maioria se diz feliz, contudo, a tristeza e o estresse, as depressões e as ansiedades formam um rio que engrossa de maneira inquietante”.

A citação anterior foi retirada do livro “Felicidade Paradoxal” (2007), de Gilles Lipovetsky, em que o conceito de “Hipermodernidade” e “Hiperconsumismo” poderia traduzir o consumo irracional e compulsivo impulsionado pela promessa da vida feliz, dialogando com os conceitos característicos da vida líquida de Bauman.

## O CONSUMO

Em uma sociedade de consumidores, só é reconhecido como sujeito aquele que tem o poder de consumo. Bauman (2008) salienta que a autonomia do sujeito em Tempo Líquidos depende dessa condição: liberdade para consumir, escolher produtos, serviços e empresas (dentro das possibilidades oferecidas pelo mercado) e, portanto, expressar-se como sujeito detentor do poder de fazer trocas comerciais (e também representações dessas trocas em outras esferas da vida). Percebemos uma dessas representações no ambiente do trabalho, em que muitas vezes observamos funcionários serem “descartados” assim como mercadorias. Ou mesmo nas relações amorosas, em que os pares são trocados como peças de roupas ou acessórios, como um simples usar e jogar fora ou simplesmente trocar por um produto mais novo e atualizado no mercado.

Para Bauman (2008), pensamos e nos comportamos como mercadorias em determinadas situações e contextos, submetendo-nos à necessidade de qualificação constante; aprimoramento, inovação e/ou manutenção destes pensamentos e comportamentos. Assim como produtos, serviços e empresas (com suas marcas e logomarcas de destaques), nós seres humanos, coisificados na sociedade de consumo, conscientemente ou inconscientemente, desejamos nos tornar mercadorias desejáveis nas prateleiras dos supermercados (*online* e *offline*) da vida – pessoal e profissional.

Deste modo, podemos observar que as exigências para essas qualificações constantes parecem afogar, sufocar os sujeitos sociais, que mesmo submersos entre tantos afazeres e informações, buscam voluntariamente e ferozmente essas atualizações de sistema (como se fossem específicos robôs). Entre aulas de inglês, mandarim, francês e *softwares* de última geração, também encontram tempo para cursos e desenvolvimento de competências comportamentais, procurando desenvolver a inteligência emocional, em cinco passos ou certos métodos milagrosos, por exemplo. Siglas novas, processos industriais e

gerenciais testados e aprovados fora do país e reconhecidos por institutos e universidades de ponta, ou livros de autoajuda, assim como gurus, *coaches* etc., também fazem parte do cardápio de opções desta tarefa de automanutenção e qualificação. Se sobrar tempo, e tiver necessidade e credibilidade para isso, recomenda-se uma boa terapia com algum psicólogo também. Enfim, possibilidades, caminhos, opções são muitos, e de certo os resultados e foco, poucos. Isso justamente porque o ser humano não é uma máquina e tem seus limites. Não pode se adequar à lógica do empreendedorismo. Entendamos o seguinte: Aqui não se expressa uma crítica ao “empreender, ou ao empreendedorismo em si”, mas sim à aplicação dessa lógica funcional ao ser humano, como se ele funcionasse como uma máquina ou mesmo como uma empresa.

O indivíduo empreendedor de si, aquele que deve constantemente cuidar de sua autorregulação como se fosse uma máquina ou empresa, buscando promover-se e qualificar-se constantemente, fatidicamente adoecerá; sentirá os efeitos da Sociedade do Cansaço. Além disso, alimentará, inconscientemente a terceirização de responsabilidade que o Estado e as empresas empregadoras fazem, propositalmente, frente a um sistema cada vez mais rígido na dinâmica capitalista. Ou seja, a responsabilidade da realização do sujeito, sua satisfação e condições dignas de sobrevivência e consumo (seja esse consumo destinado ao que for) são de total responsabilidade desse sujeito: cidadão, funcionário, que deverá ser e estar feliz, e produzir constantemente, buscando meios para isso. Como vimos anteriormente, subentende-se e promove-se essa ilusão de que há todos os meios e caminhos para tal tarefa, dependendo simplesmente do indivíduo e de seu próprio esforço.

## O COTIDIANO E O FUTURO DO TRABALHO

Em entrevista ao Um Brasil<sup>3</sup>, Thomas Philbeck – *PhD* em Humanidades Interdisciplinares na Universidade Estadual da Flórida; ex-professor assistente de Filosofia no Instituto de Tecnologia de Nova York, e atualmente chefe de Estudos de Ciência e Tecnologia do Fórum Econômico Mundial, em Davos – analisa o impacto das novas tecnologias no mercado de trabalho e na economia em geral. Explica ele que o impacto poderá ser drástico, e claro que muita coisa mudará, dependendo de regulamentações, governos, indústrias, sociedade civil e de como todos esses elementos trabalharão juntos para decidir como lidar com essas tecnologias e como elas serão desenvolvidas de acordo com os valores culturais e éticos de cada nação em particular. Ressalta-se que a “Quarta Revolução Industrial” é um novo capítulo do desenvolvimento humano, que vem sendo impulsionado por tecnologias

3 O Trabalho na Quarta Revolução Industrial. Entrevista disponível em: <[www.fecomercio.com.br/noticia/quarta-revolucao-industrial-e-um-novo-capitulo-do-desenvolvimento-humano-diz-thomas-philbeck](http://www.fecomercio.com.br/noticia/quarta-revolucao-industrial-e-um-novo-capitulo-do-desenvolvimento-humano-diz-thomas-philbeck)>. Acesso em 08 de outubro de 2019.

que impactam todos os diferentes aspectos da vida, forçando-nos, portanto, a compreender o que significa de fato o “ser humano” para a sociedade e na sociedade, o que significa ser um cidadão, fazer parte de uma família, ser um funcionário, pois muitas das tecnologias são de escala global que afetarão todos nós.

Philbeck (2018) afirma que a Quarta Revolução Industrial afetará os grupos sociais de formas diferentes, da mesma forma que a Segunda e a Terceira revoluções industriais afetaram o mundo todo. “Acho que os ‘vencedores’ são aqueles que promoverão inclusão, sustentabilidade e diversidade”.

Portanto, alguns, entre eles muitos jovens, idosos e adultos, pessoas de diferentes classes econômicas, experiências e qualificações, serão “descartados”; outros, não. Alguns serão reconhecidos e aproveitados. Outros, não. Assim como toda transição, profissões deixam e deixarão de existir, enquanto outras surgem e surgirão. Modelos de negócios ressurgem e se renovam, enquanto outros desaparecem simplesmente para novos modelos emergirem.

De acordo com Philbeck (2018), o conjunto de habilidades que mais se destacará na Quarta Revolução Industrial é o que permite que as pessoas colaborem e trabalhem juntas. As habilidades são cognitivas no sentido de se poder olhar, questionar, entender e sintetizar informações. Outros tipos de habilidades de colaboração e formação de equipe serão muito importantes, pois essas tecnologias não vão funcionar graças à inteligência de uma única pessoa. É necessária toda uma equipe para isso.

Já segundo a matéria<sup>4</sup> publicada pelo Portal Projeto Draft.com, em janeiro de 2019, se depender da tecnologia, o futuro já começou, pois atualmente, as máquinas já trabalham de forma integrada com humanos e são ferramentas fundamentais para uma performance eficiente, especialmente nas grandes empresas. Conseqüente, nos próximos anos, elas trabalharão ainda mais para otimizar nossas ações e remodelar profissões.

Cita-se um estudo projetando 2030: uma visão dividida do futuro encomendado pela *Dell Technologies ao IFTF (Institute For The Future)*, que analisou os impactos dessas tecnologias até 2030. A pesquisa, que contou com a participação de 3800 líderes de negócios de médias e grandes corporações em 17 países, incluindo o Brasil, estima que 85% dos trabalhos que existirão em 2030 serão novos. “Isso não significa que as profissões como conhecemos hoje serão extintas, mas elas certamente serão transformadas e terão, na parceria homem-máquina, o principal vetor de mudança”, diz Sidney Zamel, diretor de marketing e produtos da Dell no Brasil. “Espera-se maior eficiência e uma possibilidade de,

---

4 Matéria Portal Projeto Draft.com: “85% das profissões que existirão em 2030 ainda não foram criadas”. Disponível em: <<https://projetodraft.com/85-das-profissoes-que-existirao-2030-ainda-nao-foram-criadas/>> Acesso em: 08 de outubro de 2019.

mais do que nunca, ajudar os humanos a transcender suas limitações, com a tecnologia funcionando como uma extensão das pessoas, ajudando a direcionar e gerenciar melhor atividades cotidianas”. Entre as aptidões esperadas de quem integrar o mercado de trabalho nas próximas décadas, está o conhecimento das tecnologias digitais.

Zamel (2019, n. p.) também aponta que com a viabilidade comercial das tecnologias, a rapidez das mudanças e criação de novas indústrias, novas competências deverão ser requeridas de forma constante, o que também pode significar uma mudança no sistema educacional a longo prazo.

Na pesquisa, 56% dos entrevistados disseram que as escolas devem ensinar como aprender, e não o que aprender, a fim de desenvolver habilidades como raciocínio lógico e capacidade de autonomia desde o ensino básico. Nesse cenário, cinco habilidades se mostram primordiais para prosperar profissionalmente: impulso criativo, lógica, inteligência emocional, julgamento e conhecimento tecnológico.

Frente as diversas mudanças, é fato que o cotidiano dos profissionais sofrerá consequência e necessitará de ajustes. Muitos trabalhadores deixarão de se dedicar a tarefas cotidianas atuais, que serão automatizadas, devido à robotização, por exemplo. Desse modo, suas demandas se concentrarão em atividades de raciocínio, gerenciamento, diálogos de projetos e testes e aplicação de ideias de inovação, reforçando a necessidade de desenvolver a capacidade de sentir e refletir para melhores tomadas de decisões.

Além disso, o ambiente físico de trabalho também passará por alterações: haverá cada vez menos necessidade de estar em um escritório (*home office*), por exemplo. Segundo a pesquisa anteriormente citada, no Brasil, o potencial de mudança ainda intimidada, mas já apresenta números positivos e expressivos:

38% dos brasileiros afirmam que o novo estilo de trabalho permite mais concentração nas atividades; 36% conseguem um melhor equilíbrio entre as vidas profissional e pessoal; e 29% sentem que são mais produtivos quando não precisam gastar tempo se deslocando para outro lugar para começar o expediente. (ZAMEL, 2019, n. p.)

Assim, com o trabalho movimentando-se para além do espaço empresarial, novos cuidados fazem-se necessários para resguardar os direitos dos trabalhadores e empregadores, criando políticas específicas e também ferramentas voltadas para facilitar o trabalho remoto, como treinamentos constantes para o *home office*, a gestão de equipes flexíveis e o aumento de dados e sistemas voltados para defesas de segurança cibernética.

Retomando a pesquisa citada anteriormente, o cenário, volátil e imprevisível também carrega receios, pois

apesar de metade dos líderes acreditarem que os sistemas automatizados representarão uma economia de tempo, 58% não acredita que delegar tarefas às

máquinas significará mais satisfação no trabalho. Além disso, 93% dizem que estão enfrentando algum tipo de obstáculo para sentir que lideram uma empresa digital de sucesso – um dado que ressalta que todas as empresas estão passando pelo mesmo processo de aprendizado”. (ZAMEL, 2019, n.p.)

Zamel (2019, n.p.) afirma que o sentimento de incerteza é natural, e não negativo.

É normal que as pessoas se sintam inseguras em um primeiro momento, mas o impacto da tecnologia é irreversível e a digitalização dos negócios já tem provocado mudanças sem precedentes na sociedade. É imprescindível que gestores – públicos e corporativos – estejam empenhados para manter essa força de trabalho engajada e produtiva.

## A GERAÇÃO LÍQUIDA E O TRABALHO

O que significa dizer que um indivíduo é integrante da Geração Líquida? Segundo o jornalista italiano Thomas Leoncini e o sociólogo Zygmunt Bauman, na obra intitulada no Brasil como “Nascidos em tempos Líquidos” (2017), de primeiro momento, significa entender que esse indivíduo nasceu em Tempos Líquidos, e mais especificamente nos anos de 1980. Assim como compreender que esse jovem-adulto, e os mais jovens ainda (os que nasceram a partir da década de 90, e anos 2000, naturalmente não vivenciaram aspectos sociais, políticos, econômicos e estruturais do passado que atualmente não imperam mais) nasceram e se desenvolveram na era da tecnologia e da virtualidade, em que determinados valores também emergiram paralelos com a internet e seus subprodutos e interações.

Entender essas transformações, assim como essa lógica da liquidez e suas tendências, faz-se importante tarefa para líderes de liderados de diversos campos sociais, pois são e serão estes jovens que liderarão ou já lideram boa parte dessas esferas, assim como compreender como a Educação e suas práticas de ensino dialogam com essas transformações e sujeitos.

O Ensino Superior, por exemplo, parece ser o que mais sente esses efeitos, pois na intenção de criar pontes entre alunos-profissionais e o mercado de trabalho, lida diariamente com essas transformações, cada vez mais rápidas e incontrolláveis. Como “preparar”, “formar” um “aluno-profissional” em Administração, Medicina, ou Engenharia, em quatro, cinco anos, se as mudanças de consumo, tecnologia, processos, doenças, etc. mudam em meses, semanas ou dias? Como lidar com o desafio dos conteúdos praticamente “*Fast-food*”, aqueles aprendidos em determinados cursos, que depois de alguns poucos anos, meses ou semanas, parecem perder sua validade em aplicabilidade, devido a novas pesquisas, descobertas, ou mesmo, novos cenários políticos e econômicos? Bauman (2016,

p. 09) define o fenômeno contemporâneo como um Interregno “no qual estamos vivendo agora: um espaço e um tempo estendidos, móveis e imateriais, sobre os quais reina o princípio da heterogenia de fins, talvez como nunca antes”.

Tendências do mercado educacional já direcionam cursos cada vez mais rápidos e com conteúdos mais direcionados, fragmentados. Os Nano cursos<sup>5</sup>, por exemplo, mostram-se como produtos e serviços significativos para atender a “essas demandas” de mercado de trabalho e conseqüentemente de novo perfil de trabalhador, que conectado praticamente 24 horas por dia encara a mobilidade e a mudança de ideias, rotinas, e projetos como algo muitas vezes natural e necessário para sua sobrevivência. A mobilidade em si, como estilo de vida.

Também, faz-se importante compreender a lógica dos movimentos que marcam as características cognitivas e comportamentais dessa Geração Líquida e como ela afeta suas relações com o trabalho, realização profissional e pessoal, assim como o consumo.

Segundo Leoncini e Bauman (2017), essa geração perdeu a possibilidade de “decidir” seu próprio destino. Estão perdendo a possibilidade de viver em um mundo em que a lógica da certeza e da estabilidade eram as únicas. Fazer planos a longo prazo, por exemplo, é algo incongruente em uma sociedade líquido-moderna, em que nada é feito para durar. Portanto, a Geração Líquida vive em mundo de incertezas e instabilidades, em que os planos devem ser de curto prazo, ou em alguns casos, nem devem existir. Na vida líquida, não se pode conservar a própria forma por muito tempo.

Outro fator interessante observado pelos autores, e mais tarde temática também dialogada entre Leoncini e o Papa Francisco no livro “Deus é jovem” (2018), é que os *Millennials*<sup>6</sup> (Geração Líquida) demonstram ter dificuldades em encontrar espaços de identificação, encaixe, receptividade, autonomia e reconhecimento nas esferas sociais. Sentem-se descartados em algumas situações, e por serem “jovens demais” ou “inexperientes demais”, segundo alguns “adultos”, não são levados a sério, ou mesmo escutados com a devida atenção, gerando assim um distanciamento entre esses jovens (e cada vez mais jovens – nascidos em tempos líquidos) e as problemáticas das estruturas ainda sólidas, fixas, estáveis, que insistem em buscar resolver problemas de um mundo líquido.

De fato, sabe-se que, em nossa sociedade, não são descartados somente os jovens, mas estes “se ressentem disso muito mais porque nasceram e cresceram nesta sociedade

---

5 Categoria de cursos classificados como Nanodegree, lançada pela empresa Udacity, nascida no Vale do Silício. Trata-se do *Nanodegree*, um “nanocertificado” que permite ao aluno aprender habilidades específicas necessárias para o mercado de trabalho. Disponível em: <<https://www.udacity.com/courses/school-of-programming>>. Acesso em: 28 de novembro de 2019.

6 Também conhecidos como geração Y, os *millennials* representam uma faixa demográfica da população mundial. Intelectuais e pesquisadores diferem sobre datas exatas, mas estima-se que essa geração representa os nascidos entre o período da década de 80 até o começo dos anos 2000.

que fez da cultura do descarte o seu paradigma por excelência” (LEONCINI; FRANCISCO, 2018, p. 29). Frente ao costume de “usar e jogar fora”, usa-se sabendo que, quando terminar a utilidade, jogar-se-á fora. Levando esse fenômeno, por eles observado, para a esfera social do trabalho, pode-se considerar que:

Estamos numa época de desumanização do humano: não poder trabalhar significa sentir-se privado de sua dignidade. Todos sabemos a diferença que existe entre ganhar o pão com o suor do seu rosto ou recebê-lo em algum programa assistencial. [...] o trabalho deve ser para todos. Todo ser humano deve ter a possibilidade concreta de trabalhar, de demonstrar a si mesmo e a seus entes queridos que é capaz de ganhar a vida. Não podemos aceitar a exploração, não podemos aceitar que muitos jovens sejam explorados pelos empregadores com falsas promessas, com salários que não chegam jamais, com a desculpa de que são jovens e devem primeiro fazer um estágio, uma experiência profissional. Não se pode aceitar que empregadores submetam os jovens a um trabalho precário e até gratuito como ocorre muitas vezes (LEONCINI; FRANCISCO, 2018, p. 29, 31 e 32).

Portanto, questionemos na reflexão-ação do como sobreviver ao mundo do trabalho frente a uma lógica líquida, enquanto não se pode parar, muito menos deixar se renovar a própria identidade com seus artefatos de potencialidades.

## CONSIDERAÇÕES

Adaptabilidade e flexibilidade. Palavras-chave? Provavelmente e certamente algo a ser discutido, analisado e problematizado frente os conceitos anteriormente abordados, entre eles a leitura de uma Sociedade do Cansaço, de Han (2017). Até onde é possível, sentir satisfação, realização, motivação para adaptar-se, flexibilizar-se na lógica da liquidez?

Segundo Leoncini e Bauman (2018), nossa época líquida pede somente um requisito aos nascidos em tempos líquidos: que sejam especialistas em flexibilidade. Alerta-se que os saberes formalizados, para serem verdadeiramente úteis em matéria de trabalho, devem estar orientados nessa direção. Mas, ressalta-se que, em termos genéricos, a flexibilidade laboral está em total divergência com os jovens de hoje, porque exige uma forte responsabilização: do trabalho como meio para se ter uma vida próspera. Para se sustentar, passou-se ao trabalho como meio para encontrar outro trabalho, talvez com remuneração melhor. “E a busca da vida próspera através do trabalho, já não tendo um ponto de referência sólido como a estabilidade, se torna cada vez mais miragem periférica” (p.87 e 88).

Portanto, pode-se considerar que a vida profissional de um sujeito, ou seja, de um jovem da Geração Líquida, estaria baseada principalmente em competências mobilizadas, que servem para enfrentar situações de novidade, pois para o nascido na liquidez, acompanhar essas transformações não é somente complicado como também considerado injus-

to, “porque proposto como estilo de vida sobretudo por quem tem um emprego fixo, bem remunerado e, portanto, típico da modernidade sólida” (LEOCINI; BAUMAN, 2018, p. 88).

Um paradoxo a ser problematizado, refletivo e repensado em tempos líquidos, em que conseqüentemente se oferece, não somente aos jovens, como também a todos os sujeitos e ao próprio “lugar do trabalho” na sociedade contemporânea, uma esfera de incerteza absoluta, onde essa é a única certeza que se constitui naturalmente. Um Mundo Líquido com instituições, sistemas e funcionamentos ora líquidos e ora sólidos. Modelos de ser e estar, estilos de vida, moralidades, escolas, empresas, empregos, mercados, produtos e serviços. O sólido no líquido resistindo e fluindo – misturando-se e ressoando num certo “mais do mesmo”. Problemático cenário e necessário a ser discutido, aplicado e transformado, principalmente, por meio “da”, “na”, “com” e “para” a Geração Líquida frente aos desafios do Interregno atual.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

FRANCISCO, Papa; LEONCINI, Thomas. **Deus é jovem**: uma conversa com Thomas Leoncini. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini . 2 ed. Petrópolis, Vozes, 2017.

LEONCINI, Thomas; BAUMAN, Zygmunt. **Nascidos em tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

LIPOVETSKY, Gilles. O Império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2001.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: A transformação das estruturas temporais na Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

# FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO: ENTRE A PÍLULA E A FALA



**LUCI MARA BERTONI**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

**JANDERSON CARNEIRO DE OLIVEIRA**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

**ANGÉLICA BARROSO DE OLIVEIRA  
ROSA**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

**Resumo:** Os dilemas sobre a formação e a atuação dos psicólogos, aliados à crescente da indústria farmacêutica como reflexo do incentivo à sociedade de consumo e à busca da felicidade, são pontos de reflexão no presente capítulo. Apresentamos um recorte de pesquisa entre estudantes do 10º semestre de Psicologia e, a partir da análise de suas representações sociais sobre a medicalização, apontamos as contradições entre o que entendemos ser os princípios da atuação psicoterapêutica como tratamento por meio da fala e da escuta e o desmedido uso de remédios com o intuito de alívio imediato da dor sem ressignificação ou entendimento desta. Para tanto, usamos as representações sociais como arcabouço teórico e metodológico, bem como recorreremos às reflexões sobre medicalização e à formação

do profissional psicólogo para dar suporte às nossas análises.

**Palavras-chave:** Medicalização. Profissão. Psicologia. Representações sociais.

**Abstract:** The dilemmas about the formation and performance of psychologists allied to the growth of the pharmaceutical industry as a reflection of the incentive to the consumer society and the pursuit of happiness are points of reflection in this article. We present a research clipping among students of the 10th semester of Psychology and, from the analysis of their social representations about medicalization, we point out the contradictions between what we understand to be the principles of psychotherapeutic performance as treatment through speech and listening and the excessive use of medicines in order to immediately relieve pain without a reframing or understanding of it. To this end, we use social representations as a theoretical and methodological framework, as well as using reflections on medicalization and the training of professional psychologists to support our analysis.

**Keywords:** Medicalization. Profession. Psychology. Social representations.

## INTRODUÇÃO

Com o advento da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), quando foi homologada a Lei 10.210 em 06 de abril de 2001 (BRASIL, 2001), postula-se uma reorientação das práticas assistenciais dos profissionais de saúde, entre estes o psicólogo. Com isso, surge um debate nas universidades, nos diferentes espaços acadêmicos, serviços e dispositivos de saúde, acerca dos modelos de produção do cuidado em saúde mental, exigindo também uma mudança no perfil formativo dos novos profissionais que tecerão cotidianamente a prática psicológica.

O estudo desenvolvido por Bastos e Gondim (2010), que versa sobre *O trabalho do psicólogo no Brasil*, sinaliza para uma mudança significativa no perfil formativo dos profissionais da Psicologia. Isso se justifica quando nos deparamos com afirmativas que corroboram uma mudança nos setores de atuação dos psicólogos brasileiros, ou seja, é notório um evidente deslocamento desses profissionais quando deixam a condição de profissionais liberais e passam a apresentar uma configuração de assalariamento como principal meio de inserção profissional, sobretudo no setor público, exigindo, nesse sentido, uma reflexão acerca do perfil formativo para os novos psicólogos.

Aliado a isso, temos o crescente desenvolvimento da indústria farmacêutica, que – junto com os interesses do capital – acena para a “compra da felicidade”, embalada em pílulas que prometem a resolução de todos os problemas. Se, por um lado, a psicologia teria como objetivo a cura pela fala, cada vez mais absorvidos por esta mesma sociedade, os próprios psicólogos sentem-se autorizados a recorrer à medicalização como método no atendimento às pessoas que os procuram.

Com essa preocupação, nesta pesquisa buscamos perpassar algumas reflexões sobre a formação do psicólogo e sobre a medicalização, a fim de analisarmos alguns percalços pertinentes a esta profissão. Para tanto, foram entrevistados 20 estudantes do 10º semestre de Psicologia. Entre outras técnicas de coleta de dados, foi aplicada a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) com o intuito de averiguarmos quais suas representações sociais acerca da medicalização. Aqui apresentaremos somente a análise dos dados coletados pela TALP.

## FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL: DESAFIOS PROFISSIONAIS E QUERELAS CONTEMPORÂNEAS

A discussão sobre a formação dos profissionais da Psicologia consiste em uma temática da qual emana uma densa nuvem de complexidade (FERREIRA NETO, 2008). Não se trata de um objeto de estudo, cuja análise se condensa em uma configuração de natureza rudimentar, que desconsidera a multiplicidade de saberes e práticas que compõem a intervenção psicológica contemporânea, caracterizada por amplos campos de atuação e com uma diversidade de abordagens para se pensar a demanda psicológica e psicossocial.

Conforme Ferreira Neto (2008), há uma evidente segmentação histórica de ordem separatista entre dois modos de conferir materialidade à prática psicológica, sobretudo em distintos campos de atuação, o que também implica no processo formativo do estudante de psicologia. No primeiro campo, encontramos a psicologia clínica, cujo principal expoente revela-se como objeto de intervenção individual, ao passo que – no segundo campo – encontramos os pressupostos sustentados pela Psicologia Social, que apresentam práticas interventivas referentes aos processos grupais e à coletividade. Tal segmentação, no entanto, ainda pode emergir como produtora de dificuldades para pensarmos outros modos de agenciamentos do cuidado em saúde mental, que possibilitem aos novos profissionais psicólogos a atuarem em serviços de saúde que – até determinado tempo histórico – não contemplavam a prática psicológica, como exemplo, a inserção dos psicólogos na atenção básica à saúde.

Nesse ínterim, a psicologia na condição de ciência e profissão começa a ingressar em novos espaços de atuação profissional, sobretudo com a emergência do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como mostra o Conselho Federal de Psicologia (CFP), ao informar que, em 2012, foram contabilizados 29.212 psicólogos atuando na área da saúde e 20.463 profissionais na assistência social (CPF, 2012), sinalizando para uma volumosa inserção do número de psicólogos em uma *práxis* diferente do fazer clínico tradicional.

Evidenciam-se, portanto, outros modelos de *settings* terapêuticos, que não se alinham rigorosamente com o fazer clínico individual, exigindo dos cursos de graduação em Psicologia uma crítica reestruturação curricular, que contemple as novas demandas emergentes na prática psicológica. De acordo com Dimenstein e Macedo (2012), o surgimento de uma nova configuração da assistência psicológica, tal como a inserção do psicólogo no SUS, principalmente nos dispositivos de saúde mental, paulatinamente colocou esses profissionais em uma realidade ainda um tanto limitada do ponto de vista formativo por parte dos profissionais psicólogos.

Faz-se necessário, portanto, um novo ordenamento dos componentes curriculares que compõem os cursos de Psicologia no Brasil. Assim, foi publicada a Resolução Nº 5, de 15 de março de 2011 (BRASIL, 2011), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, de modo a estabelecer normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Essa resolução salienta a relevância dos psicólogos na atenção à saúde e na educação permanente, como podemos ver, respectivamente, a seguir:

*Atenção à saúde:* os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética;

[...]

*Educação permanente:* os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento das futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmica e profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais (BRASIL, 2011, p. 2, grifos do autor).

Com o intuito de remodelar as práticas formativas e profissionais no campo da saúde, incluindo também os cuidados com a saúde mental, começam a surgir, em 2003, com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), várias ações e projetos – a exemplo do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) –, que visam produzir uma mudança paradigmática em produção e gerenciamento do cuidado, sob égide de uma formação que se alinhe às necessidades da população (SANTOS; BERNARDES, 2019).

Não obstante a emergência desses movimentos contraofensivos perante os desafios que são postos à atual *práxis* psicológica, como a reestruturação curricular dos cursos de psicologia, o surgimento de novos dispositivos de saúde mental, a exemplo dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e dos campos de atuação no âmbito do SUS e SUAS, bem como todo o painel de ações auferido por um modelo de atenção à saúde mental pautado nos pressupostos da RPB, ainda assim não é difícil notar uma manutenção dos aspectos clínicos-tradicionais, mobilizados por uma vertente de abordagem biomédica e curativista que perpassa a formação dos psicólogos brasileiros e demais profissionais de saúde (AZEVEDO, TATMATSU; RIBEIRO, 2011).

No estudo realizado por Sousa, Maciel e Medeiros (2018) acerca das representações sociais de estudantes de Ensino Médio, universitários das áreas da saúde e de profissionais da saúde mental a respeito do louco e do doente mental, as autoras enfatizam aspectos terapêuticos de diferentes modelos de atenção em saúde, sobretudo relacionados ao paradigma de natureza biomédica e abordagem psicossocial. No que concerne às re-

apresentações sociais especificamente dos estudantes universitários dos cursos de saúde, os quais contemplam acadêmicos da Psicologia, esse trabalho evidenciou a cristalização de um pensamento social, que se traduz como uma teorização social capaz de conceber o sujeito em sofrimento psíquico sob uma lógica de cuidado amparada por práticas de ordem vertical, pela qual se revela um conteúdo representacional sustentado pelo paradigma biomédico, caracterizado por fatores como exclusão social, hospitalização e medicalização da vida.

Contemporaneamente, essa situação se agrava ainda mais com um patrulhamento de caráter conservador que afeta coercitivamente as políticas de saúde mental, sob a regência de cunho moral e ideológica que se avoluma na conjuntura sociopolítica brasileira. Isso imprime conotações de práticas manicomiais e um desserviço terapêutico ao campo da atenção psicossocial. A Nota Técnica de Saúde Mental nº 11/2019 (BRASIL, 2019c), lançada pelo Ministério da Saúde em fevereiro de 2019, comprova esse cenário de retrocesso. Esta apresenta a extinção da Redução de Danos como alternativa de cuidado para os usuários de drogas e propõe como recurso a ser utilizado no contexto da saúde mental a Eletroconvulsoterapia (ECT), também conhecido como eletrochoque.

Não obstante os pressupostos teóricos e pragmáticos de reorientação das práticas assistenciais em saúde mental exigidos pela Reforma Psiquiátrica Brasileira, bem como os esforços de reestruturação curricular dos cursos de Psicologia com a emergência de novos *settings* terapêuticos, ainda assim permanecem vestígios de uma saber psicológico acerca do cuidado em saúde mental sustentado por um viés biomédico e medicalizador, implicando na operacionalização das práticas de serviços e dispositivos de saúde mental.

## **MEDICALIZAÇÃO: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES**

A medicalização está estritamente relacionada à medicina e ao surgimento da Psiquiatria. A descrição de desordens psíquicas e possibilidades de tratamento foram ampliadas após a publicação do terceiro Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III). A edição citada desse manual possibilitou o estabelecimento da medicação como forma de tratamento prioritária às questões psicológicas. No DSM III também ficou estabelecida a explicação bioquímica para os transtornos mentais. Anteriormente, a abordagem psicodinâmica das doenças mentais era priorizada como forma de explicação e tratamento (APA, 1989). Foi a partir desse momento que os diagnósticos psiquiátricos foram categorizados em torno de questões biológicas. Isso, conforme Zanella *et al.* (2016), aproximou as questões psíquicas de doenças orgânicas.

De acordo com os autores supracitados, em 1952, surgiu o primeiro psicofármaco com a finalidade de tratamento para sintomas psiquiátricos. Após isso, iniciou-se o investimento maciço em pesquisa para desenvolvimento e produção de novos fármacos. Além do mais, foram criadas formas de divulgação entre a população, financiadas pelas indústrias farmacêuticas. Após o trabalho de *marketing* associado às novas pesquisas que foram executadas, inaugurou-se a medicação como forma primordial de tratamento dos transtornos mentais severos e até mesmo de desordens cotidianas que afligem a população.

O conceito de medicalização advém da noção de que a medicina é uma instituição de controle social. O primeiro autor a trazer essa reflexão foi Talcott Parsons, em 1950. A discussão apresentada por ele permitiu conceber que a função da medicina é tratar as doenças como perturbações e desvios, o que legitima e oferece embasamento científico para práticas normatizadoras sobre os modos de vida dos indivíduos. O termo *medicalização* apareceu no campo das Ciências Sociais na década de 1970. Alguns teóricos da antipsiquiatria já tinham publicado estudos de caso com questionamentos aos métodos psiquiátricos, mas sem citar essa terminologia. Nesse período, a medicalização passou a ser compreendida como extensão do domínio do saber médico à vida das pessoas (HENRIQUES, 2012).

A discussão sobre a medicalização tem sido ampliada nos últimos anos, dada a relevância da questão, até mesmo no que concerne ao uso dos medicamentos em públicos cada vez mais jovens, afetando as problemáticas infantis e o desenvolvimento humano. Conforme Carvalho *et al.* (2015), no Brasil têm-se discutido propostas alternativas ao modelo biomédico e ao contexto da medicalização. As discussões estabelecidas sobre esse fenômeno têm possibilitado a reflexão sobre a organização da assistência em saúde para que o trabalho com formas de tratamento alternativos seja oferecido à população. Além disso, a importância do trabalho em rede desenvolvido pelas equipes multidisciplinares e a valorização dos diferentes saberes profissionais têm sido ressaltado.

Podemos considerar que vivemos na era das ciências das neurociências, em que o cérebro tem total destaque para entendermos nossas emoções, sensações e nossos prazeres, podendo explicar o número ou natureza de sinapses. Mas não podemos desconsiderar todo o legado que outros estudos trouxeram como contribuição – como a filosofia e a psicologia. A preocupação com a psique é algo que, desde a Antiguidade, constitui o pensamento filosófico, mas é no século XIX que se pode observar o momento de separação entre o saber filosófico e o psicológico. Isso acontece pela urgência em se ter uma ciência psicológica. Esse período corroborou a atual prática da psicologia, que acentua os dados biológicos, quantitativos e estatísticos, fazendo assim uma isenção de um olhar de criticidade para o que é social e filosófico. Hoje, vivemos em uma sociedade de disciplina

e controle, que trouxe como efeito através dos tempos a medicalização que está presente em toda atuação psicológica.

Assim, podemos notar a soberania de explicações biológicas em detrimento de outros aspectos da vida no campo do saber psicológico. A psicologia vive tempos em que a tendência é estar mais ligada ao biológico, e muitas explicações se voltam para o cérebro: neuroimagens, neurotransmissores etc. A psiquiatria e a psicologia trazem um discurso pautado nas explicações biológicas para todos os tipos de fenômenos da vida, explicando todo nosso psiquismo através do corpo anatômico.

Dessa forma, a medicalização surge com a transformação de questões sociais, políticas e econômicas, tendo sua origem totalmente fora do campo médico individualista. Porém, torna-se possibilidade real de ser tratada no campo médico e aparece na prática da psicologia. A medicina, a psiquiatria e a psicologia têm inscrito seus saberes entre o biológico e o cerebral, desconsiderando o contexto e a experiência de vida do indivíduo.

Com base nas premissas de Foucault (2004), podemos afirmar que a medicalização está atrelada ao saber e ao exercício do poder. Para este autor, o poder não é “um sistema de dominação que controla tudo” ou uma estrutura política de um governo, “o senhor diante do escravo”. Seria mais sensato pensar nas relações de poder e se valer dessa expressão, pois é nas *relações* – sejam de qualquer ordem (amor, instituição, econômica etc) – que podemos perceber o poder, na “relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro” (FOUCAULT, 2004, p. 276-77). Ainda se considera que podemos encontrar as relações de poder em diferentes níveis e formas, que são móveis, reversíveis e instáveis. Mas o poder exercido de um sobre o outro muda de acordo com a idade, com o gênero, com o saber, pois é fruto de uma relação mutável (FOUCAULT, 2004).

Para entender como de fato esse discurso se consolidou, principalmente diante da Psicologia e da Psiquiatria, é interessante se valer do conceito da Teoria das Representações Sociais. Ela nasce das tentativas de explicar os processos pelos quais os sujeitos constroem ideias e crenças sobre objetos sociais. Portanto, baseia-se em problemáticas típicas da Psicologia Social e outras ciências humanas (WACHELKE; CAMARGO, 2007).

Moscovici (1978) desenvolveu estudos sobre Representações Sociais que permitiram a retomada do olhar sobre o indivíduo como sujeito ativo na construção do conhecimento. Isso representou uma ruptura do paradigma vigente na área da Psicologia Social ao considerar que as Representações Sociais são, ao mesmo tempo, construídas e adquiridas (SANTOS; DIAS, 2015). O desenvolvimento desse conceito permitiu repensar construtos da Psicologia Social segundo a perspectiva que visava compreender os aspectos simbólicos envolvidos.

Para Moscovici (1978), tornar o desconhecido algo familiar é uma das funções das representações sociais, permitindo assimilar novos conteúdos a partir de concepções pre-existentes. O novo dado é avaliado a partir de crenças e valores adquiridos anteriormente, passando a fazer parte do mesmo registro simbólico.

De acordo com o autor supracitado, as representações sociais exercem influência sobre o comportamento dos indivíduos, tendo em vista que são elas que determinam a forma como ocorrem as interpretações dos estímulos e a significação das respostas que serão emitidas. Portanto, exerce função na elaboração de comportamentos e a comunicação entre as pessoas.

Geralmente, as representações sociais têm alta capacidade de cristalização entre os indivíduos. Entretanto, não se trata de verdades científicas, não apresentando necessariamente fundamentos na realidade. Podem elas ser consideradas pontos de partida para a análise de contextos sociais; veiculam teorias, explicações e interpretações sobre fatos individuais e sociais. Assim, por meio do conhecimento cotidiano e do senso comum, novos sentidos são construídos ao saber científico – e a própria ciência é reinterpretada.

Partindo dos conceitos aqui referenciados – como a formação em psicologia, a construção do uso de medicalização pela sociedade, a psicologia enquanto ciência e suas interfaces, e a teoria das Representações Sociais –, é que analisamos quais as Representações Sociais dos estudantes de Psicologia acerca do uso de medicalização.

## **AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA SOBRE A MEDICALIZAÇÃO**

Uma das abordagens da Teoria das Representações Sociais foi denominada de Teoria do Núcleo Central. Por essa perspectiva, as representações sociais compartilhadas dentro de um grupo podem ser identificadas em sua estrutura. Abric (2001) considera que as representações sociais funcionam como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos em seus grupos e que determinam seus comportamentos. Sua teoria do núcleo central organiza toda representação em torno de um núcleo constituído por um ou vários elementos que dão significado a esta representação. Partindo dessas premissas é que traçamos o percurso metodológico para esta investigação.

Para contemplar os objetivos propostos nesta pesquisa, apresentamos a caracterização do campo de pesquisa e dos participantes desta, os critérios da amostra e as técnicas utilizadas para coleta de dados, que consistiu em questionário sociodemográfico e a TALP (Técnica de Associação Livre de Palavras) com 20 alunos de psicologia do 10º semestre,

de uma universidade pública. A coleta de dados foi feita em sala de aula com uma explicação do que seria a TALP; utilizamos diferentes termos indutores como exemplos, para que pudessem compreender o preenchimento do questionário de evocação livre de palavras. Assim, quando o tempo de resposta em sala diminuiu, foi dita a palavra enunciadora da questão, que foi escrita no quadro para que respondessem ao questionário de evocação livre de palavras, que continha a seguinte questão: *o que vem a sua mente quando digo a palavra MEDICALIZAÇÃO?*. Nesse momento, os participantes registraram as cinco primeiras palavras que vieram através da associação livre.

Para a análise dos dados coletados, foi utilizado o programa *Ensemble de programmes permettant l'analyse des évocations – EVOC 2000*, que possibilitou os resultados que apresentamos na sequência, constituído do perfil dos participantes e do quadro de quatro casas (Tabela 1), que traz a representação quantitativa da evocação das palavras enunciadas pelos participantes.

Como caracterização do perfil da amostra de 20 estudantes de Psicologia, temos que 15 são do sexo feminino e 5 do sexo masculino, o que podemos ainda perceber que é o perfil da maioria dos profissionais em Psicologia no Brasil, conforme afirmam Castro e Yamamoto (1998), em suas pesquisas; a faixa etária de 16 participantes variou entre 21 e 36 anos de idade; em relação à religião, 11 participantes se consideram católicos; quanto à etnia, 11 participantes se auto designam pardos.

Tabela 1: Quadrantes de distribuição das evocações livres ao termo indutor “medicalização”, expressas por estudantes do 10º semestre do curso de psicologia de uma universidade pública, 2019.

	OME < 3			OME > = 3		
F >= 4	alívio	4	2,250	farmácia	8	4,000
	doença	7	1,714	hospital	7	3,429
	dor	4	1,750	médico	6	3,500
	remédio	5	1,200	pílula	9	3,778
				reação	4	3,250
2 < = F < 3				saúde	5	3,400
	água	2	1,500	dosagem	3	4,667
	cura	2	2,500	receita	3	4,000
	droga	2	2,500			
	paciente	2	1,500			
	sofrimento	2	3,000			
	tratamento	2	2,000			
vício	3	1,667				

Fonte: Elaboração própria a partir do EVOC, 2019.

Conforme Vergès (2002), podemos interpretar os quatro quadrantes da seguinte forma: no primeiro, estão os elementos mais relevantes e que constituem o possível núcleo central de uma representação. Estes são os mais evocados e citados com maior frequência pelos participantes. O segundo e o terceiro quadrantes têm correspondência com os elementos menos salientes na estrutura da representação, mas são significativos para sua organização. O segundo quadrante contém os elementos que possuem frequência alta, mas foram citados nas últimas posições; o terceiro quadrante contém os elementos que foram citados com frequência baixa, mas foram evocados primeiramente. O quarto quadrante contém os elementos que têm correspondência à periferia distante, fazem parte dele os elementos menos citados e menos evocados no primeiro momento pelos participantes.

Nesta pesquisa, o resultado da associação livre foi uma lista com 100 palavras, sendo destas 39 diferentes. Observamos que a palavra *farmácia* apareceu com o maior número de evocações (8), enquanto 18 palavras foram evocadas apenas uma só vez. Na Tabela 1, construída a partir de dados do EVOG, foram distribuídos os dados das ocorrências em quatro quadrantes, que nos permitem visualizar o núcleo central, os elementos intermediários, de contraste e periféricos de uma representação.

No primeiro quadrante estão situados os prováveis elementos centrais: alívio, doença, dor e remédio. Os elementos periféricos da representação social estão distribuídos nos três demais quadrantes: no superior direito, as palavras são *farmácia*, *hospital*, *médico*, *pílula*, *reação* e *saúde*; no quadrante inferior esquerdo estão as palavras: *água*, *cura*, *droga*, *paciente*, *sofrimento*, *tratamento* e *vício*; e constituem a zona de contraste, e, no quadrante inferior direito, segunda periferia, estão localizadas as palavras: *dosagem* e *receita*. Podemos dizer que esses elementos indicam a gama de sentidos atribuídos pelos estudantes de psicologia acerca do uso de medicalização.

No possível núcleo central, a palavra *doença* ocupa este quadrante – certamente devido à sua ênfase na cultura da formação recebida por esses estudantes, como foi explicado anteriormente: a formação em psicologia que perpassa a soberania de explicações biológicas em detrimento de outros aspectos da vida.

A palavra *remédio*, segundo elemento do suposto núcleo central, pode ser interpretada ainda na mesma linha de pensamento que foi atribuída à primeira palavra, mas aqui podemos trazer um elemento a mais para ser discutido a respeito dessa representação social, porque temos aqui uma palavra constituída de um valor no senso comum, em que a medicalização ocupa espaço de construção higienista através dos tempos, e que medicalizar é fazer uso de remédios.

As palavras *alívio* e *dor* nos remetem à afirmação de Caponi (2012), de que a medicalização aparece na psicologia como uma tentativa de trazer o corpo físico para perto das explicações das doenças mentais. Desde então, as doenças consideradas mentais passam a ter explicações em suas estruturas anatomofisiológicas, e todo o saber psiquiátrico se afirmar por meio de um poder científico. Conforme Zanella *et al.* (2016), a medicação passa a ser vista como forma primordial de tratamento dos transtornos mentais severos e até mesmo de desordens cotidianas que afligem a população, como tristezas, alegrias, ansiedades, medos, lutos etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui realizado apontou que, entre este grupo de estudantes de Psicologia, as representações sociais de medicalização estão atreladas às palavras *doença*, *remédio*, *alívio* e *dor*, trazendo toda a construção feita através dos tempos na sociedade. De acordo com as premissas da Teoria das Representações Sociais, é difícil haver uma mudança substancial em uma representação. Podemos inferir por estas respostas que, para toda *doença*, existe um remédio e que toda *dor* precisa ser aliviada por meio de uma pílula. Partindo da inferência que o profissional psicólogo executa o tratamento através da palavra falada e escutada, percebemos uma inclinação à perspectiva da cura pela medicalização.

Apresentamos aqui uma parte da coleta de dados realizada com os participantes que, em outros momentos, indicaram fazer uso de medicamentos durante o curso e acreditaram nesses recursos para o tratamento psicológico, corroborando as práticas que observamos cotidianamente de profissionais da área.

Nesse sentido, podemos inferir que as representações sociais dos estudantes de Psicologia acerca da medicalização estão relacionadas à construção higienista que atravessa os tempos, e que esse olhar constitui o fazer de muitos profissionais psicólogos no mercado de trabalho.

Assim, os profissionais que deveriam atuar pelo tratamento por meio da fala reproduzem o discurso do uso da pílula, incentivando o poder econômico da indústria farmacêutica e se afastando dos pressupostos formativos do ser psicólogo. Talvez, estes sejam dilemas e contradições das práticas dos profissionais psicólogos nestes tempos.

## REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude. Las representaciones sociales: aspectos teóricos. In: ABRIC, Jean-Claude (org.). **Práticas sociais y representaciones**. México: Coyoacán, 2001.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. [APA]. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais**. DSM III-R. São Paulo: Manole, 1989.
- AZEVEDO, Lidiany Alexandre; TATMATSU, Daniely Ildegardes Brito; RIBEIRO, Pedro Henrique Rocha. Formação em psicologia e a apropriação do enfoque da atenção primária à saúde em Fortaleza, Ceará. **Trabalho, Educação e Saúde**. v. 9, n. 2, p. 241-264 Rio de Janeiro, 2011.
- BASTOS, Antônio Virgílio Bastos; GONDIM, Sônia Maria Guedes. (Org.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- BRASIL. Lei n.º 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Seção 1, p. 2.
- BRASIL. Resolução Nº 5, de 15 de março de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2011.
- BRASIL. Nota técnica Nº 11 de fevereiro de 2019. Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Brasília, 2019.
- CAPONI, Sandra. Classificar e medicar: a gestão biopolítica dos sofrimentos psíquicos. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n.2, p.101-22, Jul./Dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n2p101>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- CASTRO, Ana Elisa; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, 1998, 3 (1), 147-158. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-294X1998000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-294X1998000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 20 nov. 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) **Jornal do Federal**. 23(104), 2012.
- DIMENSTEIN, Magda; MACEDO, João Paulo. Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 232-245, 2012.
- FERREIRA NETO, João Leite. Intervenção psicossocial em saúde e formação do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**. v. 20, n. 1, p. 62-69. Porto Alegre, 2008
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HENRIQUES, Rogério Paes. A medicalização da existência e o descentramento do sujeito na atualidade. **Rev. Mal-Estar Subj**, Fortaleza, v. 12, n. 3-4, p. 793-816, dez. 2012. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482012000200013](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000200013). Acesso em: 13 jul. 2019.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SANTOS, Renata Guerda de Araújo; BERNARDES, Jefferson de Sousa. Seis propostas para a formação em Psicologia: um diálogo entre PET-Saúde e Ítalo Calvino. **Interface: comunicação, saúde, educação**. v. 23, e180267. Botucatu, 2019

SOUSA, Patrícia Fonseca; MACIEL, Silvana Carneiro; MEDEIROS, Katrucky Tenório. Paradigma biomédico x psicossocial: onde são ancora das as representações sociais acerca do sofrimento psíquico? **Temas em Psicologia**. v. 26, n. 2, Ribeirão Preto, 2018, p. 883-895.

VERGÈS, Pierre. **Conjunto de programas que permitem a análise de evocações**: EVOC: manual. Versão 5. Aix en Provence, 2002.

WACHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações sociais, representações individuais e comportamento. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology** - 2007, Vol. 41, Num. 3 pp. 379-90. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v41n3/v41n3a13.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ZANELLA, Michele; LUZ, Heloísa Helena Venturi; BENETTI, Idonézia Collodel; ROBERTI JUNIOR, João Paulo. Medicalização e saúde mental: estratégias alternativas. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n. 15, p. 53-62, jun. 2016. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1647-21602016000100008](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602016000100008). Acesso em 13 jul. 2019.

# SAÚDE DOS ASSISTENTES SOCIAIS ATUANTES EM UM HOSPITAL DE REFERÊNCIA EM SERGIPE



**IZADORA RODRIGUES DE SOUZA**

Universidade Federal de Sergipe - UFS

**VÂNIA CARVALHO SANTOS**

Universidade Federal de Sergipe - UFS

**JOÃO PAULO MACHADO FEITOZA**

Universidade Federal de Sergipe - UFS.

**Resumo:** O neoliberalismo impulsiona a precarização do trabalho e a flexibilização dos direitos, reverberando na configuração da organização e do processo no ambiente de trabalho, repercutindo no adoecimento da classe trabalhadora. O estudo foi quanti-qualitativo, com natureza exploratória. Para a coleta de dados foram utilizados questionários semiabertos, cujos dados numéricos foram analisados estatisticamente e as variáveis qualitativas estudadas a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético. Dentre os principais resultados ressaltam-se: carga horária extensiva, baixos salários, acúmulo de vínculos empregatícios, insalubridade e periculosidade, sentimentos depreciativos, sobretudo no que diz respeito à impotência e/ou incertezas quanto a resolutividades dos procedimentos realizados. As doenças mais evidenciadas foram: estresse, doenças do sistema respiratório, dermatoses, intoxicação ocupacional, LER/DORT, pneumoconiose e transtornos mentais comuns. Historicamente as áreas referentes ao cuidado são exercidas por pessoas do sexo feminino, reforçando a ideia de que existem atributos próprios para o sexo feminino, sobretudo no que diz respeito ao cuidar de

outrem. Conclui-se que essas profissionais possuem tripla jornada de trabalho, considerando atividades domésticas e maternas. Trabalho intenso e extenso (principalmente por ocasião dos plantões), as profissionais sentem-se exigidas em termos de ritmo, esforço físico e mental, o qual precisa ser recuperado através do descanso e bem-estar. Observou-se a necessidade do cuidado integral com a saúde desses profissionais no que se refere a prevenção de enfermidades correlacionadas ao exercício profissional, evitando a dicotomia entre o cuidado e a negação das suas necessidades em saúde.

**Palavras-chave:** Exercício ocupacional. Trabalho. Processo saúde/doença.

**Abstract:** Neoliberalism drives the precariousness of work and the flexibilization of rights, reverberating in the configuration of the organization and process in the workplace, affecting the illness of the working class. The study was quantitative and qualitative, exploratory in nature. For data collection we used semi-open questionnaires, whose numerical data were statistically analyzed and the qualitative variables studied from the perspective of dialectical historical materialism. The main results include: extensive workload, low wages, accumulation of employment, unhealthiness and dangerousness, derogatory feelings, especially regarding the impotence and / or uncertainties regarding the resolutivities of the procedures performed. The most prominent diseases were: stress, respiratory system diseases, dermatoses, occupational intoxication, RSI / WMSD, pneumoconiosis

and common mental disorders. Historically the areas related to care are exercised by females, reinforcing the idea that there are proper attributes for females, especially regarding caring for others. It is concluded that these professionals have triple working hours, considering domestic and maternal activities. Intense and extensive work (especially during shifts) professionals feel required in terms of pace and physical and mental effort which needs to be recovered through rest and well-being. The need for comprehensive health care of these professionals was observed regarding the prevention of diseases related to professional practice, avoiding the dichotomy between care and denial of their health needs.

**Keywords:** occupational exercise. work. health / disease process.

## INTRODUÇÃO

Historicamente, os profissionais de Serviço Social defendem o acesso gratuito, universal e de qualidade dos serviços públicos. Na área da saúde, estiveram presentes na luta pela reforma sanitária e implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Atenta-se, entretanto, que, na perspectiva neoliberal, o Estado atua de maneira mínima, retirando-se da função de garantia aos direitos sociais, importando-se com o crescimento da economia, que acarreta em desigualdades socioeconômicas.

As categorias *saúde e trabalho* são interligadas, a segunda corresponde à centralidade nas relações sociais entre os homens na sociedade, enquanto a primeira contempla a condição humana essencial à vida e à conseqüente reprodução social.

O assistente social é um profissional assalariado inserido na divisão sociotécnica do trabalho, e que necessita de meios e condições nos espaços sócioocupacionais para realização de seu trabalho como qualquer outro assalariado (RAICHELIS, 2011). Enquanto classe trabalhadora, sofre os mesmos dilemas e rebatimentos dos demais. Todavia, somados à atuação frente às expressões da questão social, em defesa dos direitos sociais, os assistentes sociais experimentam uma dupla degradação, ao mesmo tempo em que se posicionam em defesa dos direitos da classe trabalhadora, é classe trabalhadora, sendo também atingido pelo desmonte do âmbito social – atua conforme as possibilidades e mediações nas instituições.

O presente texto é derivado de pesquisa realizada em ambiente hospitalar, o qual possui como aspecto inerente o adoecimento dos profissionais da saúde, que tem como principal característica a formação para a prevenção, tratamento e recuperação do estado de saúde dos usuários. Embora saibamos que o ser humano está propício ao acometimento por enfermidades, seja por questões biológicas, físicas, químicas, vale salientar que o

ambiente hospitalar traz problemáticas a mais, pelo seu caráter de assistência e ambiência, além de se lidar com o sofrimento do outro.

A pesquisa teve como objetivo principal analisar as condições de saúde de assistentes sociais atuantes em um hospital de referência do estado de Sergipe, tentando contribuir para a reflexão e atenção das diversas formas de adoecimento ocupacional na atualidade. As perguntas norteadoras consistiram em: 1) As atribuições e competências do exercício profissional dos/as assistentes sociais estão de acordo com os parâmetros de atuação desses profissionais preconizados na política de saúde; 2) As condições de trabalho da instituição interferem na saúde dos/as assistentes sociais.

O referencial teórico baseado na abordagem dialética possibilitou conhecer as origens dos questionamentos abordados acerca da política neoliberal implantada no país, com rebatimentos no desmonte das políticas públicas e o adoecimento da classe trabalhadora. Proporcionou-se analisar as questões objetivas e subjetivas da atuação profissional e suas repercussões no processo saúde doença.

## **TRAÇADO METODOLÓGICO**

A pesquisa foi exploratória, com abordagem quanti-qualitativa, considerando a natureza do objeto pesquisado. Estudos exploratórios buscam “[...] maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. [...]” (GIL, 2009, p. 41).

O objeto de estudo foi a atuação do/a assistente social em um hospital de referência do estado de Sergipe e as repercussões na saúde desses/as profissionais, considerando como premissa principal o fato de que a saúde dos/as assistentes sociais é influenciada pelas condições objetivas e subjetivas do exercício profissional. Como objetivo geral, buscou-se analisar a saúde dos/as assistentes sociais que trabalham em um hospital de grande porte no estado de Sergipe. Os objetivos específicos foram realizar uma caracterização sociodemográfica dos/as assistentes sociais que atuam no hospital de referência; identificar características objetivas e subjetivas que interferem nas condições de saúde dos/as assistentes sociais; verificar doenças que os/as assistentes sociais são acometidos/as com maior frequência; diferenciar doenças ocupacionais que afetam assistentes sociais no hospital pesquisado.

O universo da pesquisa foi constituído por 60 profissionais assistentes sociais do hospital de referência, e amostra de 24 profissionais (40% do universo), a seleção da amos-

tra foi do tipo não probabilístico, “não apresenta fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador” (GIL, 1987, p. 93), o critério utilizado foi de acessibilidade para a delimitação da amostra, considerando a inserção dos/as assistentes sociais nos referidos setores de atuação: internamento, pronto socorro (PS), oncologia e pediatria. O critério de quantidade de questionários nos setores correspondeu ao número de profissionais ativos/as por turno no momento em que foram entregues os questionários – então os/as que estavam afastadas por férias, licença médica ou qualquer outro motivo não foram contabilizados.

A pesquisa bibliográfica foi orientada pelos determinantes e condicionantes do processo saúde-doença, determinantes sociais, influência do trabalho e o adoecimento, as transformações da sociedade e a relação com a categoria dos assistentes sociais, condições do ambiente de trabalho e as contradições que envolvem o exercício profissional.

A coleta de dados foi realizada utilizando questionários semiabertos, com perguntas referentes ao perfil sócio democrático, exercício profissional, e questões relacionadas a saúde. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe com o número de parecer 2.801.691 e seguiu normas e exigências previstas para pesquisa com seres humanos. A pesquisa também foi aprovada pela instituição onde os assistentes sociais estão desempenhando suas funções laborais, através do Núcleo de Educação Permanente (NEP) do hospital para liberação da infraestrutura e autorização para entrada no campo para realização da coleta de dados.

Os resultados quantitativos foram analisados estatisticamente através do programa IBM SPSS Statistics Versão 25 e organizados em tabelas e gráficos, os quais foram analisados de acordo com a base teórica e empírica das categorias identificadas nos resultados da pesquisa. A análise foi realizada com base na perspectiva dialética, a qual objetiva apreender e compreender a prática social empírica dos sujeitos (MINAYO, 2010). Buscou-se contextualizar o objeto em seu processo histórico, perpassando aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos e conjunturais.

## **TRABALHO ENQUANTO DETERMINANTE DA SAÚDE**

Na perspectiva do capital, o trabalho representa o poder de uma classe sobre a outra, é através da exploração que uma delas se fortalece e permanece gerando formas desiguais de acumulação e sobrevivência humana, portanto, este “[...] torna-se instrumento para a manutenção de um modo de produção, que procura manter ou ‘suprir’ as necessidades ou fetiches de uma sociedade de consumo.” (IENTZ, 2012, p. 40). A reprodução

humana indispensavelmente exige a produção de bens materiais, desse modo, essa produção configura-se para além da necessidade humana de sobrevivência, e assim, gera-se exploração de quem detém a força de trabalho e acumulação de capital por quem detém os meios de produção. O trabalho exerce papel importante para os que exploram e para os que são explorados.

Na conjuntura atual do mundo do trabalho, com a existência da flexibilização, terceirização, exigência de mais qualificação e polivalência do trabalhador, etc. – fatores que asseveram a alienação no trabalho, tensão, desgaste físico e mental –, tem-se um quadro de submissão e aceitação dos níveis de crueldade de exploração da força de trabalho, com alguns setores de mais resistência e outros com menos em relação à deterioração do processo de trabalho que não tenha como consequência o afastamento e adoecimento da mão de obra. Um dos principais traços característicos do trabalho na atualidade está relacionado ao esgotamento físico e mental, ocasionando a ocorrência de doenças e consequentemente declínio em sua capacidade laboral. O adoecimento tem reflexos no ambiente familiar e social.

A literatura apresenta exemplos de doenças da “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2009): cansaço, fadiga, dores de cabeça, distúrbios osteomusculares em geral, tontura, sentimento de vazio, falta de energia, síndrome do pânico, estresse profundo, síndrome de Burnout (SB), Acidente Vascular Cerebral (AVC). Devido às mudanças societárias com o avanço do neoliberalismo, a reestruturação do capital traz novas demandas e sobrecarga de trabalho, ocasionado sofrimento psíquico dessa classe,

[...] com a vitória do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990, se desenvolve o processo de reestruturação produtiva [...] parte dos efeitos desse processo materializa-se, conforme indicam diferentes pesquisas, na relação direta entre trabalho terceirizado e alta incidência de acidentes de trabalho, inclusive aqueles que resultam no óbito do trabalhador. Outra manifestação, bastante significativa, diz respeito aos adoecimentos com nexo laboral, sobretudo aqueles relacionados às lesões osteomusculares e transtornos mentais (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 409).

A implantação de políticas neoliberais no mundo influencia as formas de organização e gestão do trabalho, o resultado são os mais diversos – aumento da flexibilização do trabalho, informalidade ou contratos temporários –, gerando o fim da estabilidade no emprego, condições precárias, baixos salários e grande rotatividade. Isso faz com que os trabalhadores cada vez mais busquem vários vínculos de emprego para poder manter a subsistência cotidiana sua e de familiares.

No ano de 2017, ocorreram alterações legislativas no mundo do trabalho que acirram a luta de classe no Brasil. A aprovação das alterações da CLT e a aprovação da Lei da Terceirização nº 13.429/2017 foram grande retrocesso para os trabalhadores, conce-

bido pelo Governo Michael Temer após o impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff. Além disso, está em curso o processo de reforma da previdência, com a retirada de mais direitos para favorecimento do capital financeiro. Essas expressões da questão social irão afetar a população de inúmeras maneiras, em todos os segmentos (gênero, cor/raça, orientação sexual, etc). A população feminina e negra, a qual vive à margem do trabalho formal, sofre maior impacto neste cenário, visualizada a partir da precarização do trabalho (subemprego, ausência de contratos, aumento das horas trabalhadas além da dupla e até tripla jornada).

Estes mecanismos fazem parte da reestruturação produtiva do capital mundial, que acentua precarização e adoecimento no trabalho, tendo em vista a cobrança de metas exacerbadas, pressões, maiores intensidades nas atividades – todo esse receituário neoliberal produz diversas formas de adoecer.

## **SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE: EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM HOSPITAIS**

Por ocasião da busca do atendimento hospitalar, os usuários apresentam questões objetivas e subjetivas em relação às diversas expressões da questão social. Suas demandas sociais são presentes e constantes, daí a necessidade de intervenção de um profissional qualificado para tais temas. Nesse exercício profissional, os assistentes sociais – assim como os demais profissionais da saúde – são trabalhadores que buscam a materialização do que demanda a Organização Mundial da Saúde (OMS) em relação ao trato da saúde em sua totalidade.

Assim, cabe situá-lo enquanto trabalhador que exerce atividade remunerada, mediação necessária para sua reprodução social através do trabalho e o cuidado da saúde própria. Os parâmetros para atuação na saúde buscam orientar a categoria sobre as demandas requisitadas aos profissionais no setor saúde, aclarando acerca destas por parte dos usuários e também dos empregadores no setor. Trata-se de um documento do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2010), em que “tais parâmetros reforçam a importância de reconhecer os usuários da saúde como sujeitos de direitos, em um contexto de cidadania e de democracia.” (MARTINELLI, 2011, p. 500).

No capitalismo avançado, ocorre a transformação das pessoas em mercadoria, desencadeando um processo de mercantilização da vida, concomitante à desresponsabilização do Estado. O Brasil tornou-se um país mais urbano, demandando estruturas avançadas, mas também novos sistemas de gestão que dessem conta do contingente populacio-

nal e suas demandas em relação à saúde. Esse cenário traz novas estruturas, gestões e modos de relação entre as equipes.

No modelo de saúde hospitalar em que os pacientes eram tratados como produto e como partes, a interação entre os profissionais praticamente era inexistente, cada um realizava suas atividades em sua determinada especialidade, de forma rápida e mecanizada, cada um com seu prontuário. Dessa forma, o indivíduo era tratado de maneira setorializada.

Com a acumulação flexível presente na saúde, “percebeu-se um deslocamento entre as terminologias *saúde pública* e *saúde coletiva*” (SODRÉ, 2010, p. 461, grifos do autor). Com a saúde coletiva, veio a Estratégia de Saúde da Família (ESF), com os agentes comunitários e visitas domiciliares e o discurso humanizador, este que,

se por um lado promove menos máquinas, menos produção em série, menos fordismo na saúde, por outro traz uma prática extremamente alienante, tanto do ponto de vista do profissional da saúde, quanto para seu usuário. No campo hospitalar, hoje, os usuários caracterizam-se por pessoas doentes. Não existem pessoas saudáveis em busca de atendimento hospitalar. Neste sentido, qualquer um desses demandantes estão ali à espera de qualquer profissional que lhe dê o mínimo de atenção, de escuta ou mesmo uma ínfima informação (SODRÉ, 2010, p. 465).

Na flexibilização na gestão, temos trabalhadores com carga horária extenuante, ambientes insalubres e locais ínfimos para realização dos processos de trabalho (SODRÉ, 2010). O assistente social é demandado a atuar em questões complexas, uma profissão que possui particularidades, atende a situações diversificadas dos usuários. No caso da saúde, a falta desta pode ser um dos momentos mais frágeis da vida dos indivíduos, seja de um parente ou de si mesmo, defronta-se na maioria dos casos com a população mais vulnerável em termos socioeconômicos. Uma população sedenta de atenção e de itens básicos para sobreviver, “[...] no atendimento direto aos usuários, trabalhamos com pessoas fragilizadas que nos pedem um gesto humano: um olhar, uma palavra, uma escuta atenta, um acolhimento, para que possam se fortalecer na sua própria humanidade” (MARTINELLI, 2011, p. 499).

Inscrita na divisão social e técnica do trabalho, a profissão está entre as que não cria produtos materiais e/ou lucros; atua sobre as condições de vida da população que requer seus serviços. Vende-se sua força de trabalho (trabalho abstrato), força esta qualificada através de curso de graduação em nível superior que dá subsídios para prestação de serviço. Assim,

o assistente social vende sua força de trabalho especializada em troca de salário, a instituição detém os meios de trabalho necessários para implementação dos projetos, atividades com base nas políticas públicas e privadas, ou seja, toda a ação do profissional fica subordinada as exigências de quem comprou o direito de consumir – assim como todo trabalhador (AVILLA, 2017, p. 4).

O documento *Parâmetros para atuação do assistente social na saúde* indica que os assistentes sociais na saúde atuam em quatro grandes eixos: “atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional” (CFESS, 2010, p. 41).

Dessa forma, reunimos algumas atribuições dos/as assistentes sociais que desenvolvem exercício profissional em hospitais: orientação aos familiares e pacientes sobre normas, benefícios e direitos, tratamento domiciliar, cuidadores, visitas aos pacientes internados, acompanhamento de desospitalização dos pacientes.

## **ADOCIMENTO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE**

Para compreender o fenômeno do adoecimento, é indispensável abordar acerca da dinâmica do capitalismo contemporâneo, das crises cíclicas, do aperfeiçoamento do capital a cada crise, trazendo consigo novas formas de desenvolvimento de mais-valia, provocando novas formas de exploração e novas relações sociais.

O processo de reestruturação produtiva do capital possibilitou “alterações na organização e gestão do trabalho que se expressam, por exemplo, na crescente terceirização, na intensificação do trabalho e na informalidade” (MAURÍCIO; CARVALHO; CARMO, 2017, p. 3). A atuação do assistente social na ordem capitalista não se mostra isenta das refrações ocasionadas por este, trabalhos ininterruptos, exaustivos, contratos temporários sem garantias trabalhistas, dentre outros aspectos.

A intervenção profissional do assistente social e assim, seu valor-de-uso, se efetiva a partir da mediação do trabalho assalariado, uma vez que, o assistente social vende sua força de trabalho especializada para obter uma quantia monetária equivalente a este trabalho e custear os itens essenciais para sua manutenção e reprodução – manutenção e reprodução própria e de seus familiares (MAURÍCIO; CARVALHO; CARMO, 2017, p. 6).

A ampliação das expressões da questão social contribui para o adoecimento dos profissionais assistentes sociais atuantes no pauperismo. A mercantilização da força especializada de trabalho causa novas relações sociais que contribuem para a menor autonomia nos processos de trabalho, alavancam novas relações de gestões, com as demais áreas profissionais, especialmente na saúde, interferindo também na relação com o usuário e impactando nos lares de cada assistente social,

para os profissionais de Serviço Social está presente a acentuação do grau de sofrimento e frustração, visto que, deparam-se diariamente com as mais diversas refrações da questão social que assolam os usuários dos serviços nos quais se

inserir. Aliado ao sofrimento e frustração em decorrência do contato ininterrupto com as mazelas sociais, temos o sofrimento em consequência da ampliação e intensificação das jornadas de trabalho; da precarização e da flexibilização do trabalho; e, de um modo geral, da decadência não só das condições de trabalho, mas também, das condições de vida (MAURÍCIO; CARVALHO; CARMO, 2017, p. 10).

Portanto, “os desmontes dos direitos sociais visualizados nas expressões da questão social a favor da flexibilização das relações trabalhistas, revelam desigualdades e/ou explorações inseridas no trabalho a partir das transformações do mundo do trabalho nos serviços de saúde” (CÂMARA, 2013, p. 65). Estes são alguns dos fatores, segundo a autora, que implicam ou contribuem para o adoecimento do profissional, não só os assistentes sociais. Para cada nova transmutação do capital, uma nova alteração na subjetividade do trabalhador, pois o processo alienante do sistema é uma das suas principais formas de operar. A inexistência de emprego, insatisfação, o não reconhecimento do seu trabalho, a falta de autonomia, estão dentre os motivos pelos quais o profissional passa pelo processo saúde-doença.

Os assistentes sociais, assim como os demais trabalhadores, sofrem os impactos do sistema capitalista no seu cotidiano, no exercício profissional, acarretando adoecimento físico e/ou psíquico. É fundamental inquirir meios de enfrentamento ao cenário de forma que se tenham ambientes saudáveis de atuação, não expostos a ambientes insalubres, diminuição da vulnerabilidade do trabalhador a doenças ocupacionais, sejam elas psíquicas ou físicas (MAURÍCIO; CARVALHO; CARMO, 2017).

## RESULTADOS

O perfil sociodemográfico foi caracterizado por assistentes sociais do sexo feminino 95,8% – o qual reflete questões de gênero historicamente representadas no Serviço Social, com atuação majoritária das mulheres. Faixa etária maior entre 31 a 40 anos (41,7%) e 41 a 50 anos (37,5), destas 41,7% são casadas, 54,2% possuem de 1 a 2 filhos(as), 50% praticam a religião católica – as demais religiões as porcentagens se dividiram<sup>1</sup>, 50% declaram-se pardas, 25% brancas e 25% negras, orientação sexual, 75% relataram ser heterossexual, 25% não responderam, 50% dispõem de 4 a 6 salários mínimos como renda familiar, 50% possuem especialização e 41,7% apresentam apenas graduação, 83,3% possuem vínculo celetista no hospital em questão e 62,5% possuem dois vínculos empregatícios. Carga horária semanal de trabalho no hospital foi maioria (87,5%) de 30 horas, 8,3% omis-

1 Na variável religião os demais se dividiram entre nenhuma 12,5%, protestante 12,5%, espírita 8,3%, umbanda 4,2%, outras com 8,3% e omissos 4,2%. Na variável “outras” foram descritas nos questionários como “Deus”, “candomblé” e “evangélica”.

so e 4,2% 60 horas. No entanto, quando relacionado aos demais vínculos, somam-se de 40 a 60 horas semanais de atividade laborativa, representando 50% destas profissionais.

No que compete a renda familiar, 50% das participantes da pesquisa possuem entre 4 e 6 salários mínimos (S/M), 29,2% de 7 a 9 S/M, 12,5% até 3 S/M, 8,3% mais de 10 S/M, embora seja um dado que inclui rendimentos de outros membros da família, observa-se que 62,9% possuem dois vínculos empregatícios, sendo o segundo vínculo estatutário (33,3%) celetista (20,8%) e comissionado (8,3%), já em relação ao hospital pesquisado, 83,3% corresponde a celetistas e 16,7% estatutárias.

Com relação às atribuições desenvolvidas pelos profissionais, de forma consonante, afirmaram realizar visita aos leitos, acolhimento ao paciente e familiares (95,8%), evolução de prontuário e divulgação de rotinas institucionais (91,7%), emissão de parecer social e declaração de comparecimento ao atendimento de outros profissionais (62,5%), além de outras atribuições descritas (emissão de relatórios sociais, encaminhamento para outras políticas e instituições, apoio aos familiares em casos de intercorrências e óbitos, etc.).

A respeito das condições de trabalho, foram consideradas razoáveis (37,5%), péssimas (25%) e ruins (8,3%), sem resposta (29,2%). Foram considerados “péssimos” os itens: capacitação profissional (58,3%), privacidade (66,7%), ambiente para descanso (41,7%), cumprimento de protocolo (41,7%). Dentre os riscos ocupacionais, foram citados os ambientais (78,3%), biológicos e psicológicos (73,9%).

Com a precarização dos serviços e o desmonte das políticas sociais, os trabalhadores desenvolvem seu processo laboral com a condição material que a conjuntura impõe, situações que vão de encontro ao que preconiza a Resolução CFESS nº 493/2006, que estabelece as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social<sup>2</sup>.

Os dados sobre as condições de trabalho foram analisados na sua consistência interna dos itens através do coeficiente Alfa de Cronbach, o qual mede a confiabilidade de questionários aplicados em pesquisa. O coeficiente calcula a variância de itens individuais e posteriormente a soma destes, obtendo a média de confiabilidade, sendo a ideal geralmente entre 0,7 e 0,9. Significa dizer que as respostas não foram dadas aleatoriamente,

---

2 Art. 1º - É condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer. Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c - ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado. Art. 3º - O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo. Art. 4º - O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais.

possuem correlações, homogeneidade dos itens. A probabilidade de erro entre os itens apresentou entre 0,5% a 1%.

Os resultados evidenciam que 79,2% reservam tempo para lazer – as atividades mais citadas, o descanso (73,9%) e leitura (56,5%). Realizam atividade física (65,5%), sobre o sono, 95,8% afirmaram dormir de 5 a 8 horas diárias. O trabalho nos finais de semana e feriados é exercido por 91,7%. A carga horária de 40 a 60 horas semanais abrange 50% das entrevistadas. O trabalho foi considerado como empecilho para a vida sociofamiliar por 62,5% dos profissionais.

Dos agravos a saúde mais frequentes, apareceram: estresse (75%) e “outros” (50%), cansaço pela rotina, infecções, doenças respiratórias, hipertensão arterial, ansiedade e tendinite, além das dermatoses (20,8%), intoxicação ocupacional (16,7%) e LER/DORT (12,5%). Doenças como os transtornos diversos, LER/DORT, SB, estão ligadas aos níveis de estresse ocupacional e ansiedade. Embora a SB não tenha sido citada nos questionários, as profissionais possuem sintomatologia que pode desencadear o quadro ou mesmo estar doente e não ter sido diagnosticado.

Aspectos importantes foram citados em relação ao trabalho: dificuldades inter-relacionais com outros profissionais no espaço de trabalho (70,8%), reduzida motivação (54,2%), desconhecimento sobre o programa de saúde do trabalhador (54,2%). A relação entre afastamento por adoecimento e as condições de trabalho foi citada por 83,3% das entrevistadas.

O trabalho foi mencionado como entrave para a vida sociofamiliar por (62,5%), dados relacionados a carga horária de trabalho extensiva e plantões nos finais de semana, os quais prejudicam a conciliação entre vida profissional e familiar, além de afetar na saúde, bem-estar e conciliação com o tempo destinado a companhia de familiares. Essa questão foi observada através de frases como: “passo 12 horas dia no trabalho”, “porque tenho dois vínculos empregatícios manhã e tarde”, “porque dedico-me muito ao trabalho”, “cansaço e stress”, “por conta da escala noturna que nos impede de participar de alguns eventos”. Importante refletir sobre a não culpabilização dos trabalhadores pela sua jornada excessiva, por entender que estas são expressões do trabalho na sociedade capitalista, entendendo ainda que o número de vínculos e o adoecimento dos sujeitos são expressões da natureza exploratória do capital.

No que compete ao afastamento do trabalho no último ano, 66,7% afirmou que estiveram relacionadas às condições de trabalho e atividades desenvolvidas no hospital, as quais repercutiram em acometimentos por adoecimentos, e 20,8% relataram que o afastamento por adoecimento no último ano não teve relação com as condições de trabalho e as

atividades desenvolvidas no hospital, cerca de 70,8% disseram ter trabalhado doente no último ano. Parcela de 83,3% disse ter usufruído de férias e 12,5% não, todavia, o fato de haver mais de um vínculo não garante tenham se afastado totalmente das atividades para poder descansar, haja vista que as férias podem ser em períodos distintos.

Considerando-se a prevalência de notas razoáveis para as condições de trabalho no hospital, considerando ainda estresse e doenças do sistema respiratório aparecerem como as doenças mais frequentes que acometem as assistentes sociais, confirma-se a hipótese de que as condições de trabalho institucionais influem nas condições de saúde dos assistentes sociais, além de 66,7% considerarem que a ausência por enfermidades no último ano teve relação com as condições de trabalho no hospital.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No tocante aos objetivos da pesquisa, foram alcançados a partir da análise da saúde dos/as assistentes sociais atuantes no hospital de grande porte, realizada através da revisão bibliográfica e dos dados coletados em campo, podendo também confirmar as hipóteses levantadas inicialmente no estudo acerca das atribuições e competências dos/as profissionais no hospital em questão e os parâmetros de atuação na saúde, além das condições de trabalho institucional influenciarem direta e indiretamente o estado de saúde do público pesquisado.

Pode-se inferir que a incompatibilidade de algumas atribuições no trabalho do assistente social neste espaço socioocupacional faz parte de questões que envolvem o desmonte dos serviços, além da descaracterização e do individualismo no fazer profissional entre as diversas áreas – e o próprio Serviço Social com seus conflitos internos. É necessário haver mediação do profissional no momento da execução do que compete aos assistentes sociais, tendo clareza dos papéis, tanto por parte do empregador, do empregado e dos colegas de trabalho dentro das instituições.

Haver maior predominância de mulheres na área do Serviço Social não apenas faz parte de um aspecto histórico social da profissão, mas também da entrada das mulheres no mercado de trabalho, permeada ainda de elementos contraditórios que envolvem questões de gênero em todo o mundo. A delegação de atividades do cuidado às mulheres, os baixos salários e a tripla jornada de trabalho desenvolvido – aspectos em profissões no âmbito da saúde – são ainda mais visíveis.

Ressalta-se que, apesar da implantação da Lei Nº 12.317/2010 – que trata das 30 horas semanais do/a assistente social sem redução de salário –, observou-se que os/as profissionais pesquisados/as extrapolam essa carga horária em face à imposição de trabalharem em dois locais, demonstrando mais uma expressão da questão social, em que o profissional busca outros vínculos que possam suprir as necessidades materiais da vida cotidiana.

Os agravos à saúde, relatados pelas profissionais possuem correlação ao tipo de trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais, tempo de descanso e recuperação corporal e mental, ambiente de sofrimento e condições precárias de trabalho, além do número insuficiente de assistentes sociais para dar conta das demandas em todo hospital. Salientamos, que culpabilizar o trabalhador pela sua jornada extensiva, dada as condições na sociedade capitalista que impõe situações desumanas, minimiza o debate e a reflexão totalizante.

Há necessidade de cuidado e percepção da própria situação de saúde, dado que o estresse costuma ser desconsiderado, tratado como banal, no entanto, quando apresentado em níveis altos e prolongado, junto a dores recorrentes, desânimo, relações conflituosas no trabalho podem desencadear doenças como a SB, considerada como estafa no trabalho, além da SB, outros quadros como a LER/DORT, HAS, doenças mentais diversas, principalmente a depressão e ansiedade. Embora tenhamos a ausência da SB nos resultados dos agravos a saúde, o estresse e a desmotivação são uma das causas da mesma, assim como no caso das LER/DORT.

A pesquisa foi relevante, haja vista a necessidade de discussão sobre a prática do assistente social em uma importante unidade hospitalar. Confirmou-se que a categoria dos/as assistentes sociais – enquanto classe trabalhadora – sofre os mesmos dilemas e rebatimentos dos demais trabalhadores na sociedade capitalista em curso, todavia, somado à atuação frente às expressões da questão social, experimenta uma dupla degradação.

Recomenda-se a promoção de pesquisas sobre a saúde dos assistentes sociais em outros campos de atuação com propósito de discutir com a categoria sobre as implicações e desafios diante da precarização do trabalho e consequências para a saúde.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 123, p. 407-427, jul/set. 2015.
- AVILLA, A. L. F. S. O trabalho do assistente social no hospital privado. Londrina, **Anais do II Congresso Internacional de Política e Serviço Social**: Desafios Contemporâneos; III Seminário Nacional de Território de Políticas Sociais; II Congresso de Direito à Cidadania e Justiça Ambiental. 2017, p. 1-12.
- CÂMARA, P. C. S. **As condições de trabalho na área de saúde e o processo de adoecimento da (o) assistente social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p. 150. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17925>. Acesso em 13 dez. 2017.
- CFESS. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília, 2010.
- CFESS. **Resolução Nº 493/2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_493-06.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf). Acesso em 17 ago. 2018.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- IENTZ, T. C. **Saúde do Trabalhador**: a importância do profissional de Serviço Social no Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, numa lógica interdisciplinar. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 105. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104253>. Acesso em 20 mai. 2018.
- MARTINELLI, M. L. **O trabalho do assistente social em contextos hospitalares**: desafios cotidianos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.107, p. 497-508, jul./set., 2011.
- MAURÍCIO, J. M. M.; CARVALHO, M. C.; CARMO, R. C. Adoecimento no trabalho e sofrimento social: um estudo preliminar sobre os impactos na saúde do assistente social, Maranhão. **Anais da VIII Jornada Internacional Políticas Públicas**: Um século de reformas e revolução. 2017. p. 1-14.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.
- SODRÉ, F. Serviço Social e o campo da saúde: para além dos plantões e encaminhamentos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.103, p. 453-475, jul./set, 2010.

# EDUCAÇÃO E DIREITO: APRENDIZAGEM PARTICIPATIVA, A TRANSVERSALIDADE NA FORMAÇÃO ESCOLAR DO POLICIAL CIVIL



**FERNANDA DOS SANTOS UEDA**

Universidade de Sorocaba (UNISO)

**ELIETE JUSSARA NOGUEIRA**

Universidade de Sorocaba (UNISO)

**Resumo:** Em um Mundo Líquido, práticas educativas diferentes são vitais para adequar o profissional numa visão ética, transdisciplinar e humanista do Direito. A Academia Coriolano Nogueira Cobra (ACADEPOL) é uma escola policial que forma os policiais civis do Estado de São Paulo, local onde foi elaborado este estudo. A pesquisa objetivou analisar a criação, o impacto e o desenvolvimento do processo de elaboração de práticas educativas, no formato de teatro, alicerçadas por Augusto Boal, com uso da técnica do Teatro do Oprimido, desenvolvidas no período de 2005 a 2019 na formação dos policiais civis com foco em Direito Administrativo, Ética e Direitos Humanos e na subjetividade dos alunos. O estudo de caso usou o eixo teórico do mundo líquido descrito por Zygmunt Bauman, especificamente pelo Medo Líquido, e conceitos sobre Educação, com aportes de Sergio Gallo e Giles Deleuze. A análise das avaliações constatou majoritária receptividade do Teatro Pedagógico em todos os pontos questionados no material de exame: sociabilização, receptividade e eficácia como instrumento auxiliar das aulas expositivas de Direito entre os anos de 2005 e 2007, fator que permitiu a inclusão permanente da prática nos planos de ensino de todas as carreiras policiais. O aluno-policial passou a repensar os proble-

mas que a cotidianidade traz no amortecimento dos sentidos e nas temáticas afetas à sua carreira, ao entrar em contato emocional, dialogar e colocar-se no lugar de outro para conseguir abordar os problemas relativos ao trabalho policial. Ao final de quinze anos de atividade, **a prática apresenta princípios democráticos e libertadores numa postura menos autoritária no ensinar-aprender.**

**Palavras-chave:** Educação profissional. Direito. Policial civil. Transdisciplinariedade

**Abstract:** In a Liquid World, different educational practices are vital to adapt the professional in an ethical, transdisciplinary and humanist view of the Law. The Coriolano Nogueira Cobra Academy (ACADEPOL) is a police school that forms the civil police officers of the State of São Paulo, where this study was elaborated. The research aimed to analyze the creation, impact and development of the process of elaboration of educational practices, in the theater format, based by Augusto Boal, using the technique of the Teatro of Oppressed, developed from 2005 to 2019 in the formation civil police officers focusing on Administrative Law, Ethics and Human Rights and on the subjectivity of students. The case study used the theoretical axis of the liquid world described Zygmunt Bauman, specifically by Fear Liquido, and concepts about Education with contributions from Sergio Gallo and Giles Deleuze. The

evaluation analysis found a majority receptivity of pedagogical theater at all points questioned in the exam material: socialization, receptivity and efficacy as an auxiliary instrument of the exhibition classes of law between the years 2005 and 2007, a factor that allowed the permanent inclusion of the practice in the teaching plans of all police careers. The student-police began to rethink the problems that cotidianity brings in the cushioning of the senses and in the themes affecting his career, when entering emotional contact, dialogue and putting himself in the place of another to be able to address the problems related to the police work. At the end of fifteen years of activity, the practice presents democratic principles and liberators in a less authoritarian posture in teaching-learning.

**Keywords:** Professional education. Law. Civilian policeofficer. Transdisciplinarity.

## INTRODUÇÃO

A Academia Coriolano Nogueira Cobra (ACADEPOL) é uma escola policial destinada a formar e atualizar os policiais civis do Estado de São Paulo. Em 2005, um grupo de professores iniciou um processo de se pensar e colocar em prática, atividades diferentes das aulas expositivas, que aqui denominamos de participativas. O presente artigo se trata de atualização da dissertação apresentada em 2011 na Pós-Graduação do Mestrado de Educação da Universidade de Sorocaba, que teve como objetivo principal estudar o processo de elaboração e continuidade das práticas, no formato de teatro no curso para formação e aperfeiçoamento de policiais civis,

O objetivo geral foi compreender e analisar as atividades desenvolvidas por um grupo de professores, que se arriscaram em mudar a metodologia de ensino num estabelecimento tradicional. Para tanto, um levantamento bibliográfico de cunho sociológico conduziu-nos ao mundo líquido descrito por Zygmunt Bauman, a conceitos sobre Educação, do sistema rizomático, com aportes em Sérgio Gallo e Giles Deleuze.

A pesquisa iniciou-se com uma sucinta exposição da biografia do dramaturgo e teatrólogo Augusto Boal, pelos pontos utilizados do conjunto de sua obra conhecida como Teatro do Oprimido, o qual foi sistematizado no final do século XX. Boal criou seu sistema de *jogosexercícios*, o qual serviu de referencial teórico para o desenvolvimento da atividade educacional batizada como Teatro Pedagógico e que, em 2008, foi renomeada como Aprendizagem Participativa.

O trabalho investigativo descreveu o *locus*, os sujeitos envolvidos no estudo de caso e os conteúdos programáticos afetos à atividade policial que está inserida na Educação Profissionalizante. Foram delineadas as noções de Direito com reflexo na atividade pesquisada com ênfase nas disciplinas Direito Administrativo Disciplinar, Ética e noções de Direito Criminal.

No transcorrer da investigação, foram detalhados os processos das atividades práticas, pesquisa documental, entrevistas e conversar informais, assim como materiais avaliativos e de planejamento disponibilizados por professores envolvidos nesse período com as práticas participativas. De acordo com tal procedimento de coleta de dados, a pesquisa qualitativa se deu por meio de **estudo de caso**, o qual delineou a criação da prática educacional, implementação até sua mobilização em caráter permanente, com fim de compreender a relação de uma atividade participativa em sala de aula na formação de policiais civis.

## MUNDO LÍQUIDO E COTIDIANO ESCOLAR

Quando se estuda o momento presente, o contexto que ainda estamos vivenciando, há uma dificuldade em classificar, ou determinar qual o melhor termo para identificar esse período. Muitos estudiosos fizeram essa tentativa, cada qual com o intuito de diferenciar o momento presente com o período definido de moderno. Segundo Esperandio (2007), o debate sobre a pós-modernidade, nas três últimas *décadas*, *envolveu a discussão sobre a continuidade ou não da modernidade*. David Harvey interpreta o momento atual como uma condição pós-moderna, Zygmunt Bauman utiliza o termo “modernidade líquida”, para se referir que ainda estamos na modernidade, porém saímos de uma modernidade sólida para uma fase líquida.

Aparte da pertinência ou não de termos mais corretos para identificar essas mudanças, o contexto pós-moderno, ou a modernidade líquida, mostra a representação de pensamentos de oposição e crítica aos dogmas da modernidade: metanarrativas, verdade absoluta, ciência neutra, razão como princípio para atingir, igualdade, solidariedade e liberdade. Como a razão não ofereceu melhores condições de paz ao ser humano, vivemos hoje a crise do ideal moderno (ESPERANDIO, 2007).

*Pós-Modernidade é um movimento de indagação sobre o futuro, que se sustenta na negação do Modernismo. No fim do século XX, foi possível identificar mudanças em diferentes áreas: nas tecnologias de comunicação, na genética, na eletrônica, na religião, nos sistemas econômico-financeiros, nas Instituições governamentais e não-governamentais, que, devido à velocidade e quantidade de mudanças, transformou as relações interpessoais, o modo de vida do indivíduo, do coletivo na sociedade.*

Zygmunt Bauman concebeu o título Modernidade Líquida por inconformismo com a nomenclatura “Pós-Modernidade” e desconstruiu seu significado através de três premissas. A primeira era que o “pós” tem um sentido de fim, mas observou que a Modernidade em vários aspectos ainda permanecia intacta. A segunda afirmação era que alguns autores

impuseram à *Pós-Modernidade* uma significação depreciativa ao conceito, ressaltada pelo “caráter negativo” aos paradigmas ditos “sólidos” na Modernidade. Como se houvesse sentido de “lado oposto”, na metáfora do cara e coroa da moeda, a sociedade seria o avesso do vivido, e o sociólogo observou que a realidade não confirmava esse antagonismo. Por fim, o termo por si só não descrevia o momento contemporâneo, que tinha como mais evidente característica a mudança perpétua e constante como ponto de apoio da forma de viver. Um modo de viver enraizado no pressuposto de que a “contingência, a incerteza e a imprevisibilidade estão aqui para ficar” (BAUMAN, 2010 b). Se o “fundir a fim de solidificar” era o paradigma adequado para a compreensão da modernidade em seu estágio anterior, a “perpétua conversão em líquido”, ou o “estado permanente de liquidez” é o paradigma estabelecido para alcançar e compreender os tempos mais recentes – esses tempos em que nossas vidas estão sendo escritas (BAUMAN, 2010 b, p. 12-13).

A Educação Moderna é una, almeja a eficiência, a racionalidade dos métodos, das técnicas, dos instrumentos, do conhecimento pronto e universal. Na maioria das vezes, ela busca uma hegemonia, nos discursos, nos conhecimentos, na maneira de se fazer ciência. Não é o saber transmitido aos educandos, mas a atmosfera de adestramento, rotina e previsibilidade total sobre a qual a transmissão do saber seria conduzida, eis a condição que mais importava (BAUMAN, 2010 b, p. 107).

As atividades participativas desenvolvidas no curso de formação de policiais civis tiveram inspiração no Teatro do Oprimido de Augusto Boal. O teatrólogo, escritor e diretor nasceu em 1931 e morreu em 2009, no Rio de Janeiro. No desenrolar de sua carreira, ele concebeu sua derradeira obra – o Teatro do Oprimido, expressão genérica para um conjunto de exercícios, dinâmicas, técnicas e jogos que ajudam as pessoas a se descobrirem. Tal princípio transforma o espectador em elemento ativo, protagonista do espetáculo. (BOAL, 2010). O Teatro do Oprimido investe no combate à dupla opressão (individual e coletiva) com mostras a desprender o espectador da sua condição inerte. A técnica investe na transformação do espectador, de um receptáculo, ser passivo e depositário, para o protagonista da ação-dramática. O conjunto de dinâmicas não se contenta em excitar o espectador somente a refletir sobre o passado ou o presente, mas para preparar para o futuro.

## **CURSO DE FORMAÇÃO PARA OS POLICIAIS CIVIS**

A Academia de Polícia de São Paulo é uma escola de cursos gratuitos mantida pelo Poder Público e se encontra na estrutura organizacional do Poder Executivo do Estado de São Paulo (Decreto n.º 39.948, de 08 de fevereiro de 1995). Possui nível de Departamento

dentro da Polícia Civil, e esta se insere na pasta da Secretaria da Segurança Pública (ACA-DEPOL, 2010).

A ACADEPOL é considerada órgão de apoio aos demais órgãos de execução e tem um rol de atribuições vasto. Mas, resumidamente, é possível afirmar que é de sua responsabilidade seleção, ensino, treinamento e aperfeiçoamento dos policiais civis do Estado de São Paulo. Todos os policiais serão submetidos ao curso de formação técnico-profissionalizante (CFTP).

Os ingressantes na ACADEPOL – aprovados em concurso público – têm uma escolaridade mínima necessária para ingresso na carreira, podendo variar conforme a exigência do cargo. O delegado de polícia deverá ser portador do título bacharel em Direito. O médico-legista, ser portador de diploma de graduação em Medicina e ser inscrito junto ao Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. O perito-criminal deverá ser portador de diploma de graduação. A educação formal exigida para os demais cargos era o certificado de conclusão no Ensino *Médio*. Contudo, em 2008, para as carreiras de escrivão de polícia e investigador, passou a ser exigido conclusão em Ensino Superior.

Findo o concurso público de ingresso, os candidatos nomeados e empossados serão admitidos para o Curso de Formação Técnico-Profissional (CFTP) da carreira que pleiteiam de acordo com as normas da Resolução SSP-14/88 e do Regulamento da Academia de Polícia.

O CFTP é obrigatório e seu aproveitamento determinará a escolha da sede de exercício dentre as unidades de polícia territorial relacionadas pela Delegacia Geral de Polícia. A não obtenção do certificado de conclusão do CFTP acarreta na exoneração do profissional, assegurados, no devido procedimento legal o contraditório e a ampla defesa (art. 4º, § 4º da Lei complementar estadual 1064 de 13 de novembro de 2008).

Os alunos efetivos da ACADEPOL são os candidatos aprovados em concurso público de ingresso, policiais em educação continuada (cursos de inglês ou língua-portuguesa) ou em aperfeiçoamento. Eventualmente, público externo em palestras, seminários, atividades em convênio ou mera parceria com outras escolas ou centros universitários e convidados.

Do exame das diretrizes que permeiam a construção do conteúdo programático dos cursos de formação, é observável uma clara aproximação com os pilares estruturais da Educação Profissional. Trata-se de curso com currículo criado a partir de competências perseguidas para o bom exercício da atividade profissional. Visa-se articular e complementar a educação formal exigida no nível *Médio* e Superior, mas que por si só não prevê as capacidades para a atividade policial. A formação quer no currículo flexível estabelecer um “link”, um vínculo, permanente entre o trabalho e a prática social.

O Direito como ciência se vê presente na matriz de todas as carreiras, quer disposto na essência, quer como meio para atingir outra disciplina, como fonte principal de estudo (Direitos Humanos, Direito Penal, Direito Administrativo Disciplinar, Estatuto da Criança e do Adolescente, Legislação e Administração de Trânsito, Medicina Legal, Juizado Especial Criminal) ou como destinatário da disciplina (Criminalística, Criminologia, Defesa Pessoal, Ética Policial, Inquérito Policial, Gerenciamento de Crises, Polícia Comunitária, Redação Policial Oficial). O Direito e a Ética, juntamente com valores morais e de conduta, são conhecimentos anteriormente colimados. O saber formal se juntará às experiências pessoais de cada um dos alunos para formar um novo conjunto. A Ética, então, deixa de ser vista como estudo dos juízos morais referentes à conduta humana e se desloca para o modo como o indivíduo se constitui.

É deste contexto temporal, sob o ponto de vista da política governamental e sob aspecto sociológico, que nasceram inquietações que vieram por justificar as práticas pedagógicas participativas que serão descritas nesta pesquisa.

## **O TEATRO COMO ATIVIDADE PEDAGÓGICA NA ACADEMIA DE POLÍCIA DR. CORIOLANO NOGUEIRA COBRA – ACADEPOL: UM ESTUDO DE CASO**

A pesquisa tem como objetivo geral compreender a relação de uma atividade participativa em sala de aula na formação de policiais civis no mundo líquido. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa que teve os seguintes objetivos específicos:

- a) Relatar algumas das sinopses (baseadas em casos reais) que foram utilizadas como exercício na formação dos policiais civis do Estado de São Paulo, entre 2005 e 2007.
- b) Descrever os procedimentos utilizados para as atividades participativas, com uso do teatro.
- c) Analisar o contexto interdisciplinar das atividades com o exercício profissional.
- d) Analisar avaliações realizadas com alunos que vivenciaram a experiência teatral participativa.

A fim de cumprir os objetivos propostos, o procedimento utilizado foi um levantamento bibliográfico utilizado de autores contemporâneos, principalmente Zygmunt Bauman, a fim de compreender as características do mundo em que vivemos e o contexto escolar. Para cumprir os objetivos específicos, privilegiou-se a *pesquisa qualitativa* e o *procedimento de estudo de caso*. Segundo alguns autores, o estudo de caso *não é escolha metodológica*,

*mas uma escolha de objeto a ser conhecido, no qual pode ser estudado em profundidade um fenômeno* (YIN, 2005; STAKE, 1994; ANDRE, 2005). As abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que valoriza o papel ativo do sujeito no processo de produção de conhecimento e que concebe a realidade como uma construção social. Assim, o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores. Se a visão de realidade é construída pelos sujeitos, nas inserções sociais vivenciadas em seu ambiente de trabalho, de lazer, na família, torna-se fundamental uma aproximação do pesquisador a essas situações. De acordo com esses pressupostos, o plano inicial da pesquisa vai assumir contornos mais definidos no contato do pesquisador com a *situação a ser investigada* (ANDRÉ, 2005, p. 47-48).

Para a coleta de dados sobre as atividades utilizadas na Academia de Polícia “Coriolano Nogueira Cobra” – ACADEPOL – no que se refere às atividades participativas com uso do teatro, foram utilizados recursos como: *conversas informais, relatos de memória, documentos administrativos, fotografias e gravações em vídeo*. Os procedimentos éticos, de sigilo quanto aos alunos participantes foram aqui utilizados. Os resultados e análises, para compor este estudo de caso, serão apresentados em etapas. Para o encadeamento lógico dos fatos, inicialmente será feito o percurso do Grupo de Dramatização. Inicia-se com a criação do grupo e pela escolha de seus membros. O estudo continua pela narrativa das tentativas e dos erros cometidos para o desenvolvimento da prática, obviamente demonstrando-se os critérios de capacitação dos integrantes. Por fim, vem a prática do Teatro Pedagógico, propriamente dimensionada.

No segundo semestre de 2005, o grupo de trabalho iniciou seus encontros. A equipe foi composta por 30 professores da ACADEPOL: 21 delegados, seis peritos criminais; um agente de telecomunicações; um desembargador e uma psicóloga, entrelaçando experiências das mais diversas categorias de profissionais-policiais. O grupo recebeu o nome provisório de “Grupo de Dramatização”. Após reuniões semanais, por volta de três meses, foi decidido que a prática deveria ter uma finalidade específica, buscando nos sujeitos envolvidos (professores e alunos) as habilidades necessárias ao enfrentamento de questões éticas através de um impacto emocional. Foi nesse momento que o grupo definiu a alteração de seu nome e passa a se reconhecer e ser conhecido como Grupo de “Teatro Pedagógico”, visando à preparação dos integrantes da Polícia Civil para evitar ou enfrentar problemas e questões de ordem funcional e particular decorrentes das peculiaridades de suas atribuições. Assim, com o ativar dos saberes preexistentes sobre normas de conduta e ética, propende-se à prevenção e repressão da infração administrativa e penal. Em 2008,

houve a reestruturação da prática e de seus integrantes. Em 2019, o grupo contou com 13 componentes, sendo, durante as aulas, no máximo, 6 professores concomitantemente.

Para a vivência da reflexão, houve escolhas a serem tomadas. Primeiro ponto: aproveitando-se da premência de obter valores emocionais, da necessidade de se direcionar para sensibilização do policial como ser humano social, o Grupo optou por encetar maiores esforços na coleta de referencial bibliográfico na área teatral. A seleção de material perdurou aproximadamente três meses, sendo o segundo semestre de 2005 e início de 2006 o período de discussão e realização de leituras. Várias linhas teatrais foram discutidas, mas se restringiu a escolha a dois teatrólogos: Bertolt Brecht e Augusto Boal. Por fim, como resultado desse esforço, o grupo optou e obteve acesso ao uso da didática e material de apoio do renomado diretor, dramaturgo e ensaísta Augusto Boal.

Mas, por que Boal? Quais foram as estruturas que fizeram definir esse teatrólogo para a atividade que lentamente nascia? Pautando-se nos estudos de arte cênica, foram conglomeradas múltiplas linhas teóricas de atuação que pudessem propiciar aos participantes o *fazer teatral*. A equipe queria um arsenal de ferramentas que construísse uma reflexão e causasse a intervenção na realidade em que estamos inseridos. Os educadores do grupo queriam obter as “ferramentas” para acentuar na memória o momento presente com o impacto da apresentação dos casos concretos descritos nas sinopses. O Teatro do Oprimido de Augusto Boal veio em resposta às necessidades daquele contexto.

Durante o período estudado (2005 a 2007), os professores não conseguiram estimar exatamente quantas estórias foram elaboradas e encenadas, mas eles relataram que mais de 40 turmas se submeteram à atividade do Teatro Pedagógico nesse período. Em seguida, nos termos das autoavaliações da Aprendizagem Participativa, foram colhidos dados para a segunda fase (2008 a 2010) em 10 (dez) classes, com 237 (duzentos e trinta e sete) participantes. De modo geral, as sinopses tiveram a preocupação de elucidar diretamente situações-problema e/ou procedimentos ligados à função de cada carreira de policial visando ao envolvimento emocional dos alunos e integrando teoria e prática. Após esse período, não foi mais possível catalogar as sinopses em razão da quantidade de turmas. *É possível afirmar que*, na ACADEPOL, campus I, sede dentro da Cidade Universitária da USP, desde junho de 2014 até a presente data, foram 4195 alunos de diversas carreiras. Nas Unidades de Ensino do interior (UEPs), aproximadamente, 1435 alunos policiais submeteram-se à prática. *É correto afirmar* que mais de 7000 (sete mil) alunos cursaram a Aprendizagem Participativa, observando-se que há um lapso temporal de 4 anos, nos quais se mantiveram as aulas.

A prática do Teatro Pedagógico não foi uma fiel reprodução de nenhum dos teatros de Boal, tendo sido estruturada o mais próximo do que se vê no *Teatro-Debate*. Sua apro-

ximação com essa técnica consistiu na *modificação pelos participantes da ação dramática*. Na atividade do Teatro Pedagógico, o enredo resumido pela sinopse já era dado com base em caso concreto da carreira específica (os participantes não eram os fornecedores do tema), e as diversas “soluções” deveriam, após discussão, ser reunidas pelo consenso democrático numa única apresentação.

A Aprendizagem Participativa tem, hoje, duração de 8 (oito) horas-aula, ministradas em dois períodos e sempre no mesmo dia. O primeiro bloco consiste numa rápida apresentação da equipe de professores (2 horas-aula) e casos práticos inerentes àquela carreira policial, com vídeos, fotografias e os documentos produzidos em sede de inquérito policial. Após o intervalo matutino, iniciam-se as dinâmicas de aquecimento e interação, através dos *jogosexercícios* de Boal (2 horas-aula) e técnicas conduzidas pelos psicólogos do grupo. Após o almoço, a turma é separada em duas metades. Uma é responsável pela encenação de acordo com a sinopse, e na outra metade os alunos propõem a continuidade do enredo, aproveitando um ou mais personagens que encenaram a peça original. Os alunos que seriam “aproveitados” na sequência desconheciam a continuidade e teriam de improvisar suas reações. Há a exposição da sinopse do teatro com escolha do elenco que vai representar o drama, abertura de tempo para criação e ensaio dos diálogos (2 horas-aula). Por fim, há a apresentação da primeira peça (conforme a sinopse passada), e *após* apresentação há a continuidade da trama (surpresa para metade do grupo) e discussão temática através de debates (2 horas-aula).

## **AVALIAÇÃO DOS ALUNOS**

No transcurso de 2006 é que foi estabelecida uma forma de avaliação da prática do então nominado Teatro Pedagógico, através de um questionário em ordem crescente de satisfação dos estudantes ou de completude dos objetivos da atividade empregada. Foi possível o acesso à avaliação, no formato de um questionário, com questões que permitiam uma avaliação pontuada de 1 a 5 (1 – ruim; 2 – regular; 3 – bom; 4 – muito bom e 5 – excelente), como numa régua de gradação crescente. Assim, era possível responder por escrito com críticas, observações e/ou sugestões, pois logo abaixo da menção havia espaço para comentários e sugestões pertinentes à pergunta imediatamente acima. Por fim, vinha o espaço para identificação do aluno, cargo ao qual fora nomeado, telefone e e-mail, caso quisesse se identificar e eventualmente se submeter a processo contínuo de avaliação. Para nossa análise, vamos considerar as respostas graduadas de 1 a 5 e as observações abertas que os alunos responderam nessas avaliações, portanto uma análise descritiva quantitativa e uma análise qualitativa das respostas.

Para a análise quantitativa, as respostas, de cada turma foram tabuladas, e construídos gráficos ilustrativos. Foram analisadas 25 (vinte e cinco) turmas, com apresentação de gráficos totalizantes. A análise qualitativa utilizou-se dos relatos de 563 (quinhentos e sessenta e três) alunos. Entre 2005 e 2007, algumas outras classes passaram pela prática. Nem todos os dados, contudo, puderam ser somados para esta pesquisa.

Muitas avaliações foram descartadas dessa análise final pelos seguintes motivos: a) Autoavaliações misturadas com impossibilidade de se apurar a qual turma pertenciam. Não era possível distinguir o dia em que a atividade foi feita. b) Compêndios desprovidos das autoavaliações pela ausência de arquivamento; pelo decurso do tempo algumas classes tiveram suas autoavaliações descartadas após a coleta dos resultados. c) Incompatibilidade dos cálculos. Apesar de identificada e devidamente compilada, a planilha de fins apresentava incongruência sem possibilidade de recontagem. d) não entrega em razão do término do curso de formação técnico profissional. A apresentação das autoavaliações era feita ao aluno representante de sala (é um designado por semana), e este era o responsável de levá-las ao Núcleo de Psicologia da ACADEPOL. Algumas salas tiveram os saberes de ação quase no fim o curso, e não houve tempo hábil para entrega.

De modo geral, os gráficos demonstraram que a prática obteve aprovação dos alunos em todos os quesitos elencados no questionário. O Teatro Pedagógico como ferramenta para contribuir para o aprendizado do Direito Administrativo Disciplinar recebeu 75,13% de menções *muito bom* e *excelente*. Como recurso didático e instrumento de avaliação, houve 79,76% de receptividade. A atividade como forma de despertar o interesse pela disciplina obteve 67,32%. Os dados recebidos pela observação do caráter instrumental da atividade: primeiramente como ferramenta de socialização/integração com os demais colegas de sala teve 88,99% e com os professores 82,95% de menções. A sexta pergunta girava em torno da própria participação do aluno nas aulas de Dramatização em razão de seu interesse quer tivesse ou não interpretado algum personagem, e aqui, notamos 72,12% de marcações nas notas 4 e 5.

Da mesma maneira ocorreu com os diversos relatos compilados de forma discursiva das avaliações. Os resultados colimados possibilitaram à propositura a Congregação da ACADEPOL da permanência da prática em todas as carreiras definitivamente, fato que foi aprovado em 2008. Após o ingresso nos conteúdos programáticos, as avaliações tornaram-se em narrativa livre e sem identificação do aluno. Manteve-se a excelente aceitação dos resultados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber a construção da atividade Teatro Pedagógico como uma prática devidamente inserida na Modernidade Líquida de Bauman. A análise das sinopses das peças ao abordarem os medos e inquietações presentes na sociedade contemporânea desnudou a conjuntura *espaçotempos* dos alunos. As atividades se sustentam pela estrutura da técnica apoiada nos *jogosexercícios* de Boal, e sobre casos concretos iniciou uma conversação com o cotidiano. Da construção da equipe de professores e dos rumos propostos, pode-se ver a elaboração de apetrechos com fim de colocar o sujeito-aluno no foco central da cultura do aprender. Os instrumentos davam primazia aos horizontalismos na relação professor-aluno com vertente direta na ação democrática dos sujeitos. Naquilo que Bauman se filia e vocaciona sua sociologia para a “utilidade dos seres humanos” num esforço para compreender e dar sentido ao controle de suas vidas.

Independentemente da nomenclatura Teatro Pedagógico não ser a mais adequada para linha da educação e, até por esta razão, *já ter sido alterada* para Aprendizagem Participativa, pode-se reforçar a ideia de que a prática é assertiva e profícua no seu caráter transdisciplinar (nos termos dos deslocamentos de Gallo aos pensamentos de Gilles Deleuze). A ideia de rizoma na criação de saberes, privilegiando o conceito do conhecimento como um todo, pode ser uma atividade produtiva na criação de dispositivos e intercessores para pensar as questões educacionais. As infinitas conexões rizomáticas podem criar saberes novos. A princípio, duas figuras tão díspares como o teatro e o cotidiano escolar do aluno policial que pareciam incompatíveis, ao final, passam a ser relevantes na criação de *saberesfazeres* em questões ético-jurídicas e na edificação da formação profissionalizante, mais humana, buscando nos afetos alguns dos alicerces.

A análise das avaliações permitiu a constatação majoritária da receptividade do Teatro Pedagógico em todos os pontos questionados naquele material de exame: sociabilização, receptividade e eficácia como instrumento auxiliar das aulas expositivas de Direito. O aluno-policial passou a repensar os problemas que a cotidianidade traz no amortecimento dos sentidos e nas temáticas afetas à sua carreira, uma vez que precisou entrar em contato emocional, dialogar e se colocar no lugar de outro para conseguir abordar os problemas relativos ao trabalho policial. A confluência do pensamento de John Dewey e de Deleuze para modificação do indivíduo pelo pensamento impregnado da experiência e do acontecimento desaguaram no florescimento de uma experiência educacional emancipadora. Ao final de três anos de atividade, *a prática apresenta princípios democráticos e libertadores numa postura menos autoritária no ensinar-aprender.*

A comunicação simbólica, utilizada na atividade de teatro realizada no curso de formação de policiais, permitiu interações sem medos, sem ameaças, e com expressões livres, o que possibilitou uma aprendizagem significativa com ênfase nas atitudes.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA Coriolano Nogueira Cobra. **Site institucional do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Segurança Pública e da Polícia Civil**. Disponível em: <[http://www2.policiaocivil.sp.gov.br/x2016/modules/mastop\\_publish/?tac=ACADEPOL](http://www2.policiaocivil.sp.gov.br/x2016/modules/mastop_publish/?tac=ACADEPOL)>. Acesso em: 3 nov. 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos** Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Legisladores e intérpretes: sobre a modernidade, pós-modernidade e intelectuais**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Vida a crédito: conversas com Citali Rovirosa-Nadrazi**, Tradução: Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010c.

\_\_\_\_\_. **A arte da vida**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Confiança e medo na cidade**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Medo Líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Entrevista com Zygmunt Bauman**. *Tempo social*. São Paulo, v. 16, n.1, p. 301-325, jun., 2004.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. **Jogos para atores e não-atores**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Hamlet e o filho do padeiro**. Rio de Janeiro: Record. 2000.

\_\_\_\_\_. **200 exercícios e jogos para o ator e o não ator com vontade de dizer algo através do teatro**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

CAVALCANTI, Roberto de Albuquerque. **Andragogia: A Aprendizagem nos Adultos**. *Revista de Clínica Cirúrgica da Paraíba, João Pessoa*, ano 4, n. 6, jul. 1999.

CERTEU, Michel. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DEWEY, John. **Experience and Education**. New York, Macmillan, 1938.

ESPERANDIO, Mary Rute Gomes. **Para entender a pós-modernidade**. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

GALLO, Silvio. **Deleuze & a Educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

YIN, R. K. **Introducing the world of education. A case study reader**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

# FACES DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: O TRABALHO DOCENTE E A VISÃO EMPRESARIAL



**FÁBIO MANSANO DE MELLO**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**Resumo:** O presente artigo é resultante de uma pesquisa de doutorado intitulada “Memórias acerca da mercantilização do ensino superior (1995-2010): a consolidação da universidade flexível”, defendida em fevereiro de 2019 junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *Campus* de Vitória da Conquista-Ba. O objetivo deste texto é analisar os discursos que emergiram dos artigos escritos para a Revista Estudos. Nesse caso, enfatizamos o olhar das IES particulares sobre a expansão do ensino superior e as novas configurações do trabalho docente, que demarcaram uma nova face da mercantilização do ensino superior no Brasil. Com o aporte teórico-metodológico do materialismo histórico, conectamos tal processo de mercantilização a uma teia mais ampla das relações capitalistas de produção, especificamente as novas configurações do trabalho docente. Como resultados da investigação, identificamos que a iniciativa privada exige o perfil do professor empreendedor, que “vista a camisa dos alunos”, que busque parcerias com outras instituições, que demonstre competências e habilidades inovadoras, além de conhecimento científico, ético, estético, e outras tantas qualidades requeridas nessa perspectiva. A ideologia que valoriza

esse professor ideal (para o mercado e lucro das IES privadas) não leva em conta a carga horária do profissional, as múltiplas funções que desempenha, a relação entre o ensino e a pesquisa, suas peculiaridades no processo avaliativo dos alunos, enfim, a própria docência é posta em segundo plano.

**Palavras-chave:** Mercantilização. Ensino Superior. Trabalho Docente.

**Abstract:** This article is the result of a doctoral research entitled “Memories about the commercialization of higher education (1995-2010): the consolidation of the flexible University”, defended in February 2019 by the Postgraduate Program in Memory: Language and Society of the State University of Southwest of Bahia, *Campus* of Vitória da Conquista, Bahia. The purpose of this text is to analyze the discourses that emerged from the articles written to *Estudos Magazine*. In this case, we emphasize the view of private Higher Education Institutions on the expansion of higher education and the new teaching work settings, which marked a new face of the commodification of higher education in Brazil. With the theoretical-methodological support of historical materialism, we connect this process of commodification to a wider web of capitalist relations of production, specifically the new teaching work settings. As a result of the research, we identified that the private initiative requires the profile of the entrepreneur professor, who gives support to the students, who seeks partnerships with

other institutions, who demonstrates innovative skills and abilities, as well as scientific, ethical, aesthetic, and as many qualities required in this perspective. The ideology that values this ideal professor (for the market and profit of private higher education institutions) does not take into account the workload of the professional, the multiple roles he/she performs, the relationship between teaching and research, their peculiarities in the evaluation process of the students, finally, the teaching itself is left in the background.

**Keywords:** Commodification. Higher Education. Teaching.

## INTRODUÇÃO

Compreender o processo de mercantilização do Ensino Superior foi um desafio a que me propus tão logo iniciei minha carreira de professor universitário. Foram as experiências docentes adquiridas tanto na esfera pública como na esfera privada que me levaram às seguintes indagações: *quais as características dessa “nova” mercantilização do setor, iniciada em meados da década de 1990?*; *Quais foram seus impactos no cotidiano da categoria docente?*; *Quais os interesses de classes envolvidos nessa processualidade histórica?*.

Tais questões foram discutidas na tese de doutorado intitulada *Memórias acerca da mercantilização do ensino superior (1995-2010): a consolidação da universidade flexível*, defendida em fevereiro de 2019 junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *Campus* de Vitória da Conquista-Ba. Serviram de fontes documentais para o estudo: o relatório do Banco Mundial, intitulado *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995), em que se apresentam as diretrizes para a reforma do Ensino Superior “nos países em desenvolvimento”; a Revista *Universidade & Sociedade*, publicada pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), que traz uma crítica às reformas neoliberais da educação superior; a Revista *Estudos*, publicada pela Associação Brasileira das Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), que mostra uma visão apologética da adequação da universidade à lógica do mercado. Além desses documentos centrais, baseamo-nos em leis, decretos, portarias e pareceres referentes ao Ensino Superior no período em questão.

A hipótese geral que sustentou a tese foi: à luz das memórias dos documentos (relatório do Banco Mundial e revistas indicadas) e da materialização de suas ideologias nas políticas de ensino superior nos governos FHC e Lula, o discurso da eficiência e da democratização do acesso às “novas” Instituições de Ensino Superior (IES) traduz-se no acirramento da mercantilização do setor e em um maior controle e exploração do trabalho docente.

O presente texto constitui-se numa adequação da Seção V da referida tese, que tem por objetivo analisar os discursos que emergiram dos artigos escritos para a Revista Estudos. Nesse caso, enfatizamos o olhar das IES particulares sobre a expansão do Ensino Superior e as novas configurações do trabalho docente, que demarcam uma nova face da mercantilização do Ensino Superior no Brasil. Antes, porém, de adentrarmos o texto, julgamos necessário explanar, em linhas gerais, sobre o conceito de mercantilização – que é central em nossa discussão.

O conceito de mercantilização que utilizamos neste trabalho se ancora nas reflexões de Marx (1997). O autor se apoia na perspectiva teórica segundo a qual existe uma tendência da sociedade capitalista de transformar bens materiais ou simbólicos em mercadorias. Essa ideia aparece no Manifesto Comunista, em que Marx (1997, p. 69) aponta o caráter revolucionário da burguesia que, para garantir seu projeto de poder, constrói uma nova sociabilidade: “Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas”.

As relações de produção na sociedade capitalista centram-se no “insensível pagamento em dinheiro”, nas relações sociais travadas não entre os homens, mas entre as coisas – as mercadorias. A dinâmica de acumulação de capitais preconizada pela burguesia “transformou em seus trabalhadores assalariados o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência” (id., ibid.). Além da questão da generalização das mercadorias, Marx destacou o caráter contraditório da lógica capitalista, ao demonstrar que, em determinados períodos históricos, ocorre um esgotamento do modo de produção, momento em que as relações de produção se tornam incompatíveis com as forças produtivas por elas postas em movimento. É o período das crises generalizadas. A superação de tais crises, conforme indica Marx, refere-se aos esforços da burguesia para, de um lado, destruir uma massa de forças produtivas e, de outro, abrir mercados e explorar intensamente os antigos.

À luz das reflexões de Marx, em meados do século XIX, Sguissardi (2008) ressalta que, apesar de as crises econômico-sociais não atingirem o seu ápice, redundando no termo da sociedade capitalista (que, de acordo com Marx, seria superada pela revolução socialista), muito se pode apreender do movimento dialético da realidade social para se compreender o desenvolvimento de inúmeros setores produtivos da contemporaneidade. Entre outros, o autor destaca a ampliação do Ensino Superior, ramo em expansão no mercado educacional, que se consolida, ano após ano, tal qual uma mercadoria rentável, aberta aos mais variados investimentos. Para desdobrar sua teoria sobre a mercantilização do Ensino Superior, Sguissardi recorre ao economista César Benjamim, que resume três perspectivas

indicadas por Marx para a sociedade burguesa. Tais perspectivas servirão de pano de fundo para explicitar a articulação entre educação e mercadoria:

(a) ela seria compelida a aumentar incessantemente a massa de mercadorias, fosse pela maior capacidade de produzi-las, fosse pela transformação de mais bens, materiais ou simbólicos, em mercadoria; no limite, *tudo seria transformado em mercadoria*; (b) ela seria compelida a ampliar o espaço geográfico inserido no circuito mercantil, de modo que mais riquezas e mais populações dele participassem; *no limite, esse espaço seria todo o planeta*; (c) *ela seria compelida a inventar sempre novos bens e novas necessidades*; (...) Para aumentar a potência produtiva e expandir o espaço da acumulação, essa sociedade realizaria uma revolução técnica incessante. Para incluir o máximo de populações no processo mercantil, formaria um sistema-mundo. *Para criar o homem portador daquelas novas necessidades em expansão, alteraria profundamente a cultura e as formas de sociabilidade*. Nenhum obstáculo externo a deteria (BENJAMIM *apud* SGUISSARDI, 2008, p. 994).

Segundo os grifos de Sguissardi, implícitas estão as conexões entre a dinâmica apontada por Marx e a mercantilização do campo educacional. “No limite, tudo seria transformado em mercadoria”; diz respeito não só ao crescimento do setor privado das IES, mas também ao próprio Estado, que cria uma legislação para produzir o que Rodrigues (2007) denomina educação-mercadoria e mercadoria-educação. “No limite, esse espaço seria todo o planeta” refere-se à internacionalização do fenômeno mercantilização da educação e à entrada de capitais estrangeiros na educação superior brasileira. Quanto à “invenção de novos bens e novas necessidades”, graças à sanha capitalista de auferir cada vez mais lucros, o aparato educacional adequará esse indivíduo-consumidor e produtor de mercadorias para enquadrá-lo em um padrão de consumo, alterando “profundamente a cultura e as formas de sociabilidade”.

Vejamos as especificidades desse processo no que tange às transformações ocorridas no trabalho docente e como os empresários da educação compreendem as adequações desse trabalho, no sentido de mascarar a precarização e sustentar a importância do “espírito empreendedor dos docentes”.

## O EMPREENDEDORISMO E O TRABALHO DOCENTE

A questão do trabalho docente foi discutida em alguns artigos da Revista Estudos. Especificamos a seguir algumas peculiaridades dessa temática, sobretudo quando associada a conceitos como empreendedorismo e inovação.

Em artigo intitulado *Inflação de doutores: desperdício ou potencial de receita? O caso das IES particulares*, Balbachevsky e Albuquerque (2007) verificam as transformações ocorridas no Ensino Superior brasileiro, impulsionadas pela nova LDB, que passa a

ênfatar um perfil acadêmico mais exigente, tanto para o credenciamento quanto para o recredenciamento das instituições. “Pela nova LDB, todas as universidades precisam ter ao menos 1/3 de seu corpo docente com titulação mínima de mestre e uma carreira institucional que incorpore a titulação acadêmica – em seus critérios de promoção” (op. cit., p. 9).

Os autores afirmam que tanto a LDB quanto as perspectivas da sociedade para valorizar o Ensino Superior como forma de capacitação profissional contribuíram para o crescimento do setor. No caso das IES particulares, a evolução da titulação docente promoveu uma dinamização do ambiente acadêmico, de forma que “uma proporção crescente dos professores dessas instituições investiu na sua própria titulação, na expectativa de que tal esforço redundasse em maiores salários, melhores condições de contrato e maiores perspectivas de ascensão profissional” (op. cit., p. 16).

Por outro lado, esse fenômeno gerou um dilema para as IES. O custo para manter um docente bem titulado, em relação a um profissional com apenas graduação, é elevado:

Essa elevação de custos deriva do novo perfil dos professores e da pressão imposta pelas instâncias de avaliação e credenciamento do Governo. Todavia, a base de receita das IES particulares continuou inalterada: elas permanecem financiadas essencialmente pelos ingressos oriundos do pagamento das mensalidades de seus alunos de graduação. Essa base sempre tem, por definição, baixa elasticidade, já que as instituições particulares, graças à excepcional peculiaridade do caso brasileiro, foram compulsoriamente incrustadas no ensino de massa e destituídas de subsídios do Estado, recrutando seus alunos, na maioria dos casos, entre as famílias de classe de renda mais baixa (BALBACHEVSKY; ALBUQUERQUE, 2007, p. 17).

Na tentativa de resolver esse impasse, perguntam os autores: seriam os doutores parte da solução? Para eles, o dilema das IES particulares se assemelha à crise vivida pelas universidades europeias na década de 1980. Serviu de referência Burton Clark, que realizou estudos em países como Holanda, Inglaterra, Escócia e Noruega, segundo o qual, as instituições que se ajustaram às adversidades do mercado e ao novo ambiente externo receberam o nome de “universidades empreendedoras”. Assim, entendem Balbachevsky & Albuquerque que dois elementos desse modelo podem ser aplicados no caso das IES brasileiras.

O primeiro deles é a adoção de uma “cultura empreendedora”, compreendida nessas instituições como a busca por uma receita própria, uma contraposição à receita garantida, de origem estatal. Em linhas gerais, significa priorizar ações que produzam receitas de modo a cobrir custos adicionais. O segundo é a política de diversificação de receitas, complementar ao primeiro modelo, que pode ser exemplificada “mediante contratos com os demais ministérios, contratos com o setor produtivo, serviços à comunidade local, e mesmo novas modalidades de ensino” (op. cit., p. 19).

O que se apresenta para a saída da crise, portanto, é a maior adequação da instituição universitária ao mercado, o que significa aumentar o número de produtos que se pode oferecer aos consumidores:

Além disso, serviços de todo tipo, técnicos, profissionais, podem ser oferecidos pelos professores e alunos, desde assistência médica até pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos. Há, portanto, espaço para remuneração complementar de professores e funcionários, re-equipamento dos centros de pesquisa e laboratórios de ensino da IES, bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação – que assim deixam de ser custeadas pelas mensalidades – e, em muitos casos, inclusive a obtenção de receitas adicionais, diretas e indiretas é, portanto, significativa.

Outra fonte importante é a prestação direta de serviços e a elaboração de projetos de toda natureza para atender às demandas de atuação de diferentes organizações e empresas no que se refere à responsabilidade social. A demanda é praticamente ilimitada, os recursos existem e são por vezes abundantes, e as IES com uma base razoável de competências para a liderança de pesquisa (doutores) dispõem dos recursos necessários. É preciso criar, no interior da instituição, uma atitude favorável à prospecção de eventuais parceiros (BALBACHEVSKY & ALBUQUERQUE, 2007, p. 20-21).

Consideramos ainda algumas passagens do texto em que os autores explicitam suas percepções acerca da natureza das IES particulares em face das novas demandas sociais. Quando especulam sobre o fato de que muitos docentes fazem críticas contra o atendimento ao mercado, essa questão não diz respeito aos gestores, “porque a essência dos negócios no capitalismo é a competição e a sustentabilidade das IES particulares repousa em sua sustentabilidade como negócio” (op. cit., p. 21). Essa sustentabilidade se pauta, sobretudo, na diversificação da receita que, conforme mostram os autores, está centrada na competência e na produtividade dos professores doutores. Assim sendo, o critério do empreendedorismo deve pautar a contratação do docente:

Tanto no recrutamento quanto na promoção de docentes, a experiência na captação de recursos externos de pesquisa, a comprovação de iniciativa prévia de organização e coordenação de cursos de extensão e especialização, e a experiência de ensino *in company*, devem preceder critérios puramente acadêmicos. É importante, também, que os indicadores de produtividade acadêmica apontem, pelo menos em parte significativa, para a pesquisa aplicada e o desenvolvimento de produtos e processos, sob a forma de consultorias, por exemplo, e não apenas para questões puramente acadêmicas (BALBACHEVSKY; ALBUQUERQUE, 2007, p. 21-22).

O olhar e o jargão da administração presentes no âmbito educacional aparecem também no artigo de Neto & Carneiro (2007). O centro de suas reflexões está na compreensão do papel fundamental dos mestres e doutores para a sustentação e competitividade das IES não estatais confessionárias e comunitárias. De início, apresentam sua filiação teórica:

Nas universidades foi cristalizada a ideia de que os seus principais ativos são os docentes e pesquisadores que, no conceito proposto por Peter Drucker, são os trabalhadores do conhecimento, ou os profissionais responsáveis pela sua geração, apropriação e disseminação (NETO; CARNEIRO, 2007, p. 41).

O pano de fundo dessa discussão é a expansão do Ensino Superior e, consequentemente, a acirrada competição instalada entre as IES particulares. Ao citar um estudo desenvolvido pela FUNADESP, os autores se referem às dificuldades dessas instituições: a) incapacidade de oferecer cursos diferenciados. A maioria oferta uma ampla gama de cursos, sem destaque para nenhuma área; b) ausência de direcionamento de marketing para o público-alvo. Ocorre uma divulgação genérica dos cursos, sem levar em conta as características dos futuros estudantes, se são jovens egressos do Ensino Médio ou trabalhadores que desejam retornar aos estudos; c) o corpo docente é fundamental, mas muitos professores trabalham em diversas instituições, não criando, portanto, uma identidade, muito menos lhes apresentando um diferencial competitivo; d) a crença de que boas instalações, bons professores e currículo adequado sejam suficientes para o bom desempenho das IES não é o bastante para atestar a qualidade das instituições, aliás, deveriam ser pré-requisitos para todas elas (NETO; CARNEIRO, 2007, p. 44).

Dessa forma, os autores concordam que o diferencial qualitativo é fundamental para o desenvolvimento e a sustentabilidade da IES. Entre as estratégias institucionais adotadas está a questão da gestão do conhecimento, “o olhar prospectivo sobre o ambiente, a organização do saber explícito, a administração de programas de qualidade, bem como da gestão da tecnologia, além da re-aprendizagem/aprendizagem organizacional” (op. cit., p. 50).

Seguindo esse raciocínio, no momento da contratação de profissionais, sejam docentes ou técnicos, devem as IES adotar critérios compatíveis com esse olhar apresentado. E mais,

A contratação de pessoal no mercado profissional considera o conhecimento especial e raro como diferencial de valor. Neste sentido, as IES vêm desenvolvendo métodos que ensejam melhor a avaliação da contribuição do capital intelectual na composição de seus ativos. O fundamento principal é a ideia de que o valor real de uma organização está na sua capacidade de sustentação e evolução, de acordo com uma visão estratégica de longo prazo (id., ibid., p. 52).

No artigo *O perfil do professor de ensino médio e superior na instituição privada*, Franco (2003b) adverte que esse profissional deve estar atento às transformações sociais e se adaptar aos imperativos do mercado educacional. No início do texto, mencionam-se críticas que os estudantes fazem aos professores “sem entusiasmo”, que “não sabem ensinar”, para, em seguida, tratar das suas expectativas: “Querem comprometimento de parte dos professores. Desejam aulas bem ministradas, professores estimuladores da aprendizagem, conforto ambiental para os estudos, uma biblioteca realmente qualificada (...)” (op. cit., p. 65).

O autor faz uma autocrítica da função das IES particulares, ao admitir que estas deixam a desejar quando se trata de uma formação voltada para o mercado de trabalho.

Remetendo-se à administração, a conhecimentos que adquiriu em um seminário da Microsoft, identifica algumas habilidades e competências primordiais aos candidatos e a uma empresa contratante: “O candidato tem espírito de iniciativa? Tem energia suficiente para aguentar o tranco do trabalho? Sabe trabalhar em equipe? Revela criatividade? Tem bom nível de relacionamento com as pessoas? Possui habilidade analítica? Tem boa comunicação?” (FRANCO, 2003, p. 66). Em seguida conclui:

Notem, professores, que nas nossas instituições pouco nos damos conta dessas exigências que as empresas fazem e, talvez por causa disto, as empresas não procurem tanto as universidades, centros universitários e faculdades ou mesmo escolas de ensino médio para recrutar seus recursos humanos. Preocupa-me profundamente que muitos dos nossos projetos pedagógicos de cursos e de programas adotem a afamada Lei de Lavoisier Pedagógica, fundada no princípio de que “nada se perde, nada se cria e tudo se copia” (id., ibid.).

O texto enfatiza o mercado educacional cada vez mais competitivo, com a oferta de cursos de graduação maior que a procura, e professores trocando de instituições, da mesma forma que jogadores de futebol trocam de clubes. Mais do que nunca, para o autor, a pauta principal das IES deve ser a qualidade do serviço, especialmente porque os alunos estão cada vez mais exigentes e atualizados quando chegam aos bancos escolares. A referida qualidade materializa-se “pela eficiência, pela eficácia e pela efetividade com que se realiza o processo ensino-aprendizagem. Pela responsabilidade social que se inocula no nosso aluno e pela nossa capacidade de transformar os nossos estudantes em seres realizados em si mesmos” (op. cit., p. 68).

A visão de que o aluno-cliente é a peça-chave dessa engrenagem comercial é explicitada no texto, em que a IES “vencedora” é aquela que “consegue encantar os alunos”. “Daí que há uma recomendação contundente que nos aponta para que, nos tempos atuais, nós não deveremos mais ‘vestir a camisa das nossas instituições educacionais’ se não formos capazes de (...) ‘vestir a camisa dos nossos alunos’” (op. cit., p. 69). Em resumo:

Desejamos – e os alunos sobremaneira aspiram a isso – um professor de bem com a vida, humano, feliz, idealista, capaz de dar sentido à vida e ao que faz. Um professor que viva na linha do “ser” – objetivo máximo da Educação – que exercite a sua vida com paciência cronológica e histórica. Um professor que tenha compromisso com a vida e os valores como a ética, a sensibilidade, a estética, a cidadania, a solidariedade, a verdade, o respeito e o bom senso.

(...)

O professor que todos os alunos, pais de alunos e escolas necessitam deve deixar de ser um repetidor de receitas para ser um empreendedor de projetos de aprendizagem, com simulações de problemas que desafiem os alunos a serem criativos, autônomos e críticos. Claro, claríssimo, que um dador de aulas nunca será o melhor professor que almejamos ter para nós, para os nossos filhos, para as nossas escolas. Mesmo em cursos noturnos, muitos são os alunos que sentem necessidade de ser desafiados. É isto que faz a aprendizagem mais gostosa (FRANCO, 2003, p. 70).

O autor admite que os cursos de mestrado e doutorado são importantes, mas a titulação por si não garante a formação de um bom professor. Argumenta-se que não basta ensinar, é preciso que o aluno aprenda. Nesse raciocínio, ele elenca algumas competências que, a seu ver, são fundamentais para o novo perfil docente: a) ser competente para organizar e conduzir situações de aprendizagem; b) administrar a progressão da aprendizagem de seus alunos; c) identificar as diferenciações de tempo na compreensão e na aprendizagem de seus alunos; d) envolver os alunos no aprendizado de sua disciplina, relacionando-a de forma inter, multi e transdisciplinar; e) promover o trabalho em equipe; f) participar da vida da escola; g) envolver a família ou a empresa, de modo que a comunidade acompanhe o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes; h) dominar as novas tecnologias de aprendizagem; i) enfrentar os dilemas e deveres éticos da profissão; j) administrar sua formação continuada (op. cit., p. 70-71).

Por trás do jargão modernizador “empreendedorismo” e de sua influência no trabalho dos professores, apresenta-se uma tendência geral de redução de custos e ampliação dos lucros nas IES privadas. Essa “nova postura do professor” que “veste a camisa do aluno” é exigência da gerência empresarial, que obscurece as reais condições de trabalho desses profissionais, que passam a ter mais atribuições.

## **A QUESTÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE**

Constatamos que as IES privadas incorporam o modelo organizacional flexível, e o professor assiste à precarização crescente do seu trabalho, com relações de contrato trabalhista autônomas, temporárias ou informais, aliadas a uma política salarial cada vez mais achatada. O docente é pressionado não somente pela sociedade, no que se refere a sua formação, mas também no local de trabalho, onde se exige produtividade máxima e adaptabilidade às condições de trabalho. São estabelecidos arranjos na composição curricular com vistas a atrelar os conteúdos programáticos ao mercado de trabalho flexível, de modo a verificarmos a substituição de disciplinas como *Introdução à filosofia*, *Metodologia Científica* e *Sociologia* por, respectivamente, “desenvolvimento pessoal”, “responsabilidade social” e “cidadania e interculturalismo”. Mais do que a mudança de conteúdos, chama atenção a perspectiva da interdisciplinaridade imposta por essa lógica, que não exige uma formação específica para atender às demandas.

Quanto à reestruturação curricular, a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, contribui com a flexibilização e o ajuste financeiro dos cursos, à medida que possibilita às

IES ofertar disciplinas na modalidade semipresencial, desde que não ultrapassem 20% da carga horária total do curso. Destaque para o § 1º do art. 1º:

Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota (BRASIL, 2004).

Na prática, em algumas IES, os professores deixam de lecionar presencialmente, e parte de sua carga horária é cumprida pelos alunos mediante cursos on-line, um sistema chamado em algumas instituições de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

A instabilidade no emprego e as cobranças feitas pelas IES pressionam aquele professor que: ministra aulas presencialmente, mas prepara e corrige atividades fora do espaço escolar, sem remuneração; organiza um cronograma de todas as suas atividades no semestre; prepara as atividades avaliativas e, em muitos casos, submete-as ao crivo da coordenação pedagógica; alimenta e mantém atualizada a caderneta eletrônica; participa das frequentes reuniões com a coordenação dos cursos, atividade que, via de regra, não é remunerada; é “convidado” pela direção a participar de eventos externos da instituição, literalmente na condição de “colaborador”; vê-se impelido a participar de cursos de capacitação externa e interna para compor seu currículo e deixá-lo atualizado; atua em diversos momentos como garoto-propaganda da instituição na captação de alunos; participa “voluntariamente” das comissões internas que recebem comitivas do MEC para abertura, reconhecimento e credenciamento de cursos; trabalha com um número excessivo e diversidade de disciplinas, turmas com número elevado de alunos, entre outras condições.

Por meio de nossa experiência como docente nas IES privadas durante oito anos, constatamos uma realidade peculiar na contratação de professores. Diferentemente das IES públicas, que selecionam professores mediante concurso público, as instituições particulares promovem seleção seguindo os ditames de qualquer outro emprego, no entanto, existe uma tendência à indicação do quadro docente por parte do dirigente da faculdade. Uma vez que não existe uma legislação específica para normatizar a docência no nível superior, muitas instituições contratam profissionais com alguma especialização *lato sensu* e estes se veem na condição de professores, sem nenhuma passagem pela licenciatura ou qualquer outra formação do gênero, atuando, sobretudo, nos cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas.

Em um estudo sobre a docência na universidade particular, Amorin (2009) corrobora a perspectiva do caráter tarefeiro do professor, circunscrito em uma divisão bem pontual do trabalho, cuja natureza não é questionada por esse trabalhador. A finalidade da universida-

de é obter cada vez mais alunos, desenvolver uma atividade-meio, cuja meta é o diploma do consumidor. Ao entrevistar os professores, Amorin ouviu deles que o processo educativo no qual estavam inseridos estava mais relacionado ao ato de transmitir informações do que construir estratégias para os docentes produzirem conhecimento. Finaliza-se, pontuando que o docente é um trabalhador como qualquer outro, seu processo de trabalho cinde-se e simplifica-se nas variadas formas de racionalização da produção, tornando-se repetitivo, monótono e desestimulante para quem o executa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As faces da mercantilização da educação que se materializam no trabalho docente revelam diferentes percepções. A precarização do trabalho docente é uma expressão da dinâmica capitalista para potencializar lucros, e os impactos no chão da escola refletem a intensificação e a rotinização do trabalho. Essa realidade é capturada de forma diversa pela revista das mantenedoras das IES privadas, as quais entendem que a organização do trabalho, o trabalho em equipe, a motivação dos alunos, a participação ativa na escola, o domínio de novas tecnologias, o envolvimento da escola com a comunidade etc., enfim, o desenvolvimento de outras tantas funções, além da docência, são características do “professor empreendedor”.

A iniciativa privada exige o perfil do professor empreendedor, que “vista a camisa dos alunos”, que busque parcerias com outras instituições, que demonstre competências e habilidades inovadoras, além de conhecimento científico, ético, estético, e outras tantas qualidades requeridas nessa perspectiva. A ideologia que valoriza esse professor ideal (para o mercado e lucro das IES privadas) não leva em conta a carga horária do profissional, as múltiplas funções que desempenha, a relação entre o ensino e a pesquisa, suas peculiaridades no processo avaliativo dos alunos, enfim, a própria docência é posta em segundo plano.

Ainda que a pesquisa tenha como marco temporal os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, constatamos que o processo de mercantilização do Ensino Superior – e um de seus corolários – a precarização do trabalho docente, continua em pleno vigor. Compreender as especificidades da transformação da educação em mercadoria é um elemento fundamental para compor estratégias de resistência política em defesa da universidade pública, não apenas no que tange a seu funcionamento mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas, sobretudo, compreendendo sua importância salutar no sentido de responder às questões impostas pela sociedade.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, Eliana de Paula Silva. A docência na universidade privada: entre o trabalho e o emprego. In: **Revista Trabalho & Educação**. Vol. 18, nº 2, mai/ago 2009.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Inflação de doutores: desperdício ou potencial de receita? O caso das IES particulares. In: **Revista Estudos**. Brasília-DF, Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, ano 25, n. 37, agos. 2007.
- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, 1995. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/files/010-1344Sp.pdf>>. Acesso em 02 maio 2016.
- BRASIL. **Portaria Nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004**. Regulamenta modalidade semi-presencial. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs\\_portaria4059.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf)> Acesso em: 15 março 2017.
- FRANCO, Édson. O perfil do professor de ensino médio e superior na instituição privada. In: **Revista Estudos**. Brasília-DF, Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, ano 21, n. 32, out. 2003.
- MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis; Vozes, 1997.
- NETO, Ivan Rocha; CARNEIRO, Ana. Gestão do conhecimento nas IES confessionais e comunitárias. In: **Revista Estudos**. Brasília-DF, Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, ano 25, n. 37, agos. 2007.
- RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. In: **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

# TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA RETENÇÃO DE TALENTOS EM TEMPOS LÍQUIDOS



**KELLY CRISTINA DIAS PERINO**  
(Universidade de Sorocaba)

**LARISSA MARIA DE ALMEIDA**  
(Universidade de Sorocaba)

**MARIANA CANCIAN DE JESUS OLIVEIRA**  
(Universidade de Sorocaba)

**Resumo:** O presente texto aborda uma das mais importantes áreas da Administração: os Recursos Humanos, visto a subvenção destes para o cumprimento dos objetivos organizacionais, salientando o impacto que o treinamento e o desenvolvimento exercem, enquanto técnica, para a retenção dos ativos de maior valia dentro de uma organização em tempos líquidos: os talentos. Com o auxílio das obras do sociólogo polonês Zygmunt Bauman e de outros autores, apresentamos a sociedade líquida e suas influências no contexto organizacional, bem como a contribuição de uma pesquisa de campo. Averiguou-se a defluência que a tese defendida por Bauman, cuja lógica prega que tudo muda aceleradamente, isto é, que nada é feito para durar, exerce no comportamento da sociedade contemporânea, especialmente acerca da construção da carreira dos indivíduos, com enfoque na decisão de migrar, ou não, de organização e entender como tal determinação é influenciada pelas oportunidades de treinamento e desenvolvimento proporcionadas pelas organizações atuais.

Destaca-se que um plano de ação, quando bem elaborado e aplicado, acarreta em benefícios mútuos, tanto para a organização, que retém seu ativo de maior valia, quanto para o indivíduo, que se sente valorizado, desenvolvido e engajado com os objetivos da organização. Portanto, a maior dificuldade das organizações, que é atrair indivíduos que busquem sublimidade em suas atividades, torna-se minimizada com um correto e bem estruturado plano de desenvolvimento, otimizando recursos e investimentos em prol da potencialização do *employer branding* da organização, objetivando que o colaborador se sinta parte do todo, culminando com os efeitos da modernidade líquida, em que diversas temáticas inferem sobre a construção e desenvolvimento de carreira. Sentir-se enaltecido é algo primordial para fazer a diferença na organização.

**Palavras-chave:** Treinamento, Desenvolvimento, Talentos, Tempos Líquidos.

**Abstract:** This article addresses one of the most important areas of management: Human Resources, seen as a subsidy for the fulfillment of organizational objectives, emphasizing the impact on training and development as a technique for retaining the most valuable assets within an organization at runtime: the talents. With the help of Polish sociologist Zygmunt Bauman's work and other authors, we present a liquid society and its influences on the organizational context which logic preaches that everything changes rapidly, in other words, nothing is

done to last. To exert any behavior of contemporary society, especially about the construction of a professional career, focusing on the decision to migrate or not from organization and to understand how such determination is influenced by the training and development opportunities provided by the following variables, highlighting that an action plan, when well designed and applied, will bring mutual benefits to both the organization, which retains its most valuable asset, and to the individual who feels valued, developed and engaged with the organization's goals. Therefore, a greater difficulty for organizations that are identified that seek sublimity in their activities is minimized with a correct and well-structured development plan, optimizing resources and investments in favor of employer empowerment with the organization brand, aiming at who or the collaborator if you are part of the whole process, culminating in the effects of liquid modernity, in which various themes infer on career building and development. Feeling praised is paramount to making a difference in the organization.

**Keywords:** Training, Development, Talents, Liquid Times.

## INTRODUÇÃO

O mercado atual está em constante transformação. Transformação essa que ocorre cada vez mais rápido, mais rápido até do que a velocidade em que as coisas se movem. Essa renovação contínua, e em forma de fluxo, se torna um reflexo da modernidade atual, chamada de Modernidade Líquida, que, segundo Zygmunt Bauman (2007, p. 7), define-se como:

[...] a passagem da fase “sólida” da modernidade para a “líquida” – ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las.

A passagem da fase sólida para a líquida implica em uma mudança de comportamento na sociedade e é refletida dentro das organizações. Termos antes vistos como abstratos, como *geração de valor*, *indústria 4.0*, *cadeia energética* e *formas de desenvolvimento sustentável*, passam a se tornar latentes nas organizações.

Segundo Bauman (2007, p. 9), “cada estratégia traçada é uma resposta a um diferente conjunto de oportunidades, que exige um conjunto diferente de habilidades para colocá-las em prática e um arranjo diferente de ativos”. Todavia, para que essas temáticas se concretizem em tempo hábil, a fim de que o fluxo de renovação se reinicie novamente, são necessários, também, além dos recursos financeiros, tecnológicos e físicos, os recursos humanos.

Idalberto Chiavenato (2010, p. 366) delinea que o “ativo de maior importância dentro das organizações são as pessoas, que acabam por formar o capital intelectual da mesma”. De acordo com João Lima (2012), o capital intelectual é composto pelo capital humano, capital estrutural e capital relacional. Juntos, referem-se aos sistemas, conceitos, patentes, processos, relacionamentos com consumidores e fornecedores e o conhecimento dos colaboradores da organização. Esse conhecimento, por sua vez, acaba sendo desenvolvido e aprimorado, não só pelos esforços empregados em suas formações acadêmicas, mas, também, pelas práticas de treinamento e desenvolvimento adotadas pelas organizações nas quais perpassam ao longo da estruturação de suas carreiras profissionais ou, até mesmo, *pelo know-how* adquirido durante a vivência organizacional.

Não obstante, é importante destacar que tamanhos são a importância e o investimento no desenvolvimento e aperfeiçoamento do capital intelectual das organizações, que não é surpresa o desejo em se reter esse capital desenvolvido, tanto pelo alto valor agregado e empenhado nesse processo quanto pelos altos custos rescisórios envolvidos na perda de um profissional de renome para o mercado, nessa desposse. Acrescenta-se também o recomeço do ciclo na contratação e no desenvolvimento de um novo colaborador e potencial talento.

Talentos, segundo Marcia da Costa Furtado de Mendonça (2002), denominam-se os profissionais que possuem competências estrategicamente importantes para a companhia e de difícil aquisição. A dificuldade em manter talentos é desmedida e latente dentro das organizações, fato este que é ratificado com os dados da HayGroup *apud* Amcham Brasil (2014), nos quais cerca de 64% das empresas têm dificuldade em reter seus colaboradores, principalmente em plena Era da Informação. Segundo Manuel Castells (1999, p. 21), “a tecnologia está modificando a base da sociedade em um compasso cada vez mais veloz”. Conceitua-se, portanto, que o ativo de maior valia dentro de uma organização é o detentor do saber, e para reter esse ativo, não basta apenas oferecer os benefícios básicos exigidos pelos sindicatos ou pelas leis vigentes no país, como um bom convênio médico, cesta básica ou Programa de Participação nos Resultados/Participação nos Lucros e Resultados (PPR/PLR) com bom retorno ao funcionário, por exemplo. É necessário, também, avaliar o grau de satisfação com a organização, se os talentos encontram-se motivados, possuem fundamentos para sentirem-se valorizados, engajados e felizes dentro da empresa.

Segundo Bauman (2009, p.215), “[...] as organizações agora precisam assumir as tarefas de plantio e cultivo laborioso das qualidades que pretendem mobilizar a fim de aumentar a ‘performatividade’ de seus membros.” Dessarte, o treinamento e o desenvolvimento exercem papéis de destaque como técnica de retenção de talentos nas organizações atuais, sendo alicerces para o aprimoramento do capital intelectual da instituição. No

entanto, os meios atuais ainda não dispõem de estudos que levem a fundo o real impacto que o treinamento e o desenvolvimento exercem na decisão do colaborador migrar ou não de organização, bem como quais são os reais fatores que influenciam no grau de satisfação com a organização.

## TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS LÍQUIDOS

A passagem do mundo moderno para o pós-moderno trouxe consigo diversos pensamentos filosóficos, dentre eles, a base primordial deste trabalho: a *Modernidade Líquida*. Cunhado pela primeira vez por Bauman em seu livro *Modernidade Líquida* (2001), o termo se refere à revolução social em que se vive atualmente, o qual significa que as organizações sociais contemporâneas não mantêm a mesma forma por muito tempo, pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las.

Essa transformação social pós-moderna alterou as relações da sociedade como um todo, incluindo as relações de trabalho. Ela adquiriu o lado de outros aspectos da vida humana, uma significação principalmente estética.

Espera-se que seja satisfatório por si mesmo e em si mesmo, e não mais medido pelos efeitos genuínos ou possíveis que traz a nossos semelhantes na humanidade ou ao poder da nação e do país, e menos ainda à bem-aventurança das futuras gerações. Poucas pessoas apenas - e mesmo assim raramente - podem reivindicar privilégio, prestígio ou honra pela importância e benefício comum gerados pelo trabalho que realizam (BAUMAN, 2001, p. 161).

Com essa permutação, segundo Bauman (2009, p. 211), as organizações atuais caminham a passos largos para a chamada “economia da experiência”, em que características como proximidade, ecletismo, jovialidade e performatividade acabam tornando-se predominantes na sua descrição e convertendo-as a não-lineares e eventualmente ilógicas. Nessa configuração, de acordo com Bauman (2009, p. 213), ocorre um abrandamento entre as fronteiras que separam os diversos prismas da vida humana, como local de trabalho da residência e o tempo de trabalho do tempo considerado “livre”. Na era da tecnologia, a qual a conexão é vivida a todo instante, a intrajornada deixa de ser um tempo destinado exclusivamente ao “descanso pessoal” e passa a ser considerado um tempo “extra” à disposição do trabalho, torna-se não apenas uma possibilidade, mas um dever e também um impulso interior.

De acordo com Bauman (2009, p. 214), acarreta-se um novo aspecto a ser refletido. De antemão, as funções que eram consideradas irrefutavelmente pertencentes ao local de trabalho e eram destinadas ao corpo de comando, agora, passam a ser “terceirizadas” e

atribuídas ou “subcontratadas” para cada funcionário, individualmente, passando, assim, a responsabilidade pelo seu desempenho e as suas consequências dos superiores para os funcionários.

Para Niels Åkerstrom *apud* Bauman (2009, p. 216), a atual situação do funcionário de uma organização é comparável ao cotidiano a dois em um casamento. Em ambos os casos, é exigida a aplicabilidade tanto de recursos racionais como emocionais, em caráter não facultativo, como norma e não como exceção. Com essa exigência maior das organizações para com os seus empregados, estes tendem a se tornar, segundo Bauman (2009, p. 214), “auto administrados” e “empoderados”. Espera-se, pois, que agreguem partes de si mesmos (que estão fora do controle das organizações), nos contratos de trabalho tradicionais, acrescentando recursos que seus superiores não podem acrescentar, como o autocontrole. Com isso, as áreas que até então eram ignoradas pelas organizações na hora da contratação passam a ser primordiais.

Analogamente, de acordo com Bauman (2009 p. 217), a visão colaborativa que as organizações têm e exigem de seus funcionários contrapõe as características e os sinais que esses indivíduos expressam em suas relações pessoais e entre seus colegas de trabalho. Segundo Vincent de Gaulejac *apud* Bauman (2009 p. 217), a individualização dos salários, a dispersão das reivindicações comuns, o abandono dos acordos coletivos e o enfraquecimento das “solidariedades específicas” são sinais que contradizem a solidariedade comunal, acarretando uma mudança no pódio entre os benefícios almejados em uma relação de trabalho. Isso se dá, segundo o autor (2004, p. 06), pela liquidez das relações humanas, os chamados relacionamentos em “redes”, que engenham relações as quais podem ser tecidas ou desmanchadas com igual facilidade.

Na contemporaneidade, o processo de treinamento e desenvolvimento de pessoas é um ponto primordial para o progresso, crescimento e avanço de uma organização, haja vista que o capital de maior valia dentro desta é o capital intelectual.

A constante evolução e transformação do ambiente empresarial exige, por parte das organizações, a necessidade de investir em aprimoramento do intelecto de seus colaboradores, a fim de capacitá-los para defrontarem as mudanças resultantes dessa alta volatilidade de informações e processos, com o objetivo de aumentar a competitividade da organização. Por outro lado, os colaboradores também visam ao seu crescimento e valorização profissional, por meio da escolha em realizar constantes treinamentos e aperfeiçoamentos que os levarão a atingir seus objetivos individuais e idealizados ao longo de sua carreira.

De forma geral, o sistema de desenvolvimento de pessoas, quando bem estruturado, pode ser subentendido como um estímulo coordenado de modificações de capacidades e

aptidões específicas, com o propósito de aperfeiçoar o funcionamento coletivo e, assim, alcançar as finalidades da organização.

Segundo Sobral e Peci (2008, p. 340), o desenvolvimento de recursos humanos sustentando-se como o desenvolvimento de pessoas, incluindo três níveis de ação, sendo: o *Desenvolvimento Organizacional*; o *Desenvolvimento Pessoal* e o *Treinamento*.

O treinamento pode ser denominado como uma técnica educativa de curto prazo, a qual pretende atribuir, tanto aos novos como aos antigos colaboradores, talentos e competências com a intenção de aprimorar o funcionamento e a performance na atual função a qual se exerce, por intermédio de métodos ordenados. Em conformidade a Sobral e Peci (2008, p. 340), “o principal objetivo do treinamento é preparar as pessoas para a execução imediata de diversas tarefas de seu cargo”.

Já o desenvolvimento pessoal é a metodologia de aprendizado de longo prazo, cujo objetivo é a otimização de qualificações, as quais não estão, de modo direto, associadas às imposições do cargo atual. Na visão de Sobral e Peci (2008, p. 340), “um plano de desenvolvimento pessoal motiva os membros da organização, cria perspectivas de evolução e contribui para a melhoria dos resultados”. Consoante a Sobral e Peci (2008, p. 340), o desenvolvimento organizacional é fundamentado por meio do treinamento e do desenvolvimento de pessoal, isto é, um estímulo instrutivo profundo, designado a transformar comportamentos, posicionamentos, princípios e conceitos dos integrantes, resultando no aprimoramento, de uma forma geral, na organização. “Tem como objetivo tornar a organização mais eficaz e perfeitamente adaptável às mudanças, conciliando as necessidades dos trabalhadores com os objetivos e metas da organização” (SOBRAL e PECCI, 2008, p. 340).

## **OS BENEFÍCIOS DO TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO**

Os processos de treinamento e desenvolvimento, quando bem executados, trazem prós às organizações e aos indivíduos. Todavia, é necessário que se faça uma consideração desses efeitos, expondo dados comparativos, exibindo o antes e o depois do programa aplicado, a fim de observar se realmente os objetivos propostos foram de fato atingidos.

Consoante a Chiavenato (1999, p. 295), os programas de treinamento e desenvolvimento correspondem a um investimento que trará retorno significativo no futuro, contudo, para que isso se concretize e de fato se alcance o retorno esperado, é necessário uma mudança de mentalidade por parte das empresas, quanto a ressignificação dos termos “perda” e “ganho”, como por exemplo, para que um correto e bem estruturado plano de treinamento e desenvolvimento seja aplicado de forma imperiosa e com isso resulte em “ganho” para a

companhia, se faz necessário o desprendimento de tempo. Tempo esse, que pode ser consumido em favor da estruturação do plano de mentoria do instrutor, ou no tempo de parada na produção, que pode ser interpretada como uma “perda” da mesma, durante o período em que os colaboradores estão sujeitos ao treinamento.

Alguns dos benefícios que as organizações podem obter ao investir em treinamento e desenvolvimento de seus colaboradores são: aumento do rendimento da produtividade, redução de tempo, melhor eficácia, uma melhor adaptação às mudanças e tecnologias, redução de custo por causa da abstenção de erro e acidentes, clientes satisfeitos com o atendimento e a qualidade do produto ou do serviço e um clima organizacional mais tranquilo. Assim, as empresas conseguem se fortalecer e evoluir em mundo corporativo tão competitivo e conseqüentemente líquido, em que mudanças ocorrem frequentemente.

O treinamento e o desenvolvimento, em conformidade a Chiavenato (1999), devem ser empregados de acordo com as instâncias dos funcionários, isto é, deve-se averiguar o que a organização e o subordinado realmente requerem, a fim de que os efeitos sejam positivos. À medida em que uma empresa treina e desenvolve um funcionário, há uma melhora significativa em seu desempenho, aprimorando, conseqüentemente, as suas tarefas e também o auxiliando, não apenas em seu avanço profissional, como também, pessoal.

Um das vantagens que os programas de treinamento e desenvolvimento podem oferecer aos seus subordinados são: autoconfiança, melhor desempenho, aumento em sua eficiência e eficácia, mudanças de comportamentos, autoestima, motivação e ampliação de conhecimentos.

Dessa forma, consegue-se vivenciar a sua rotina de uma maneira emocionalmente mais agradável, executando suas tarefas de forma eficaz e eficiente, sendo capazes de, assim, atingir as finalidades da organização, gerando mais lucro à empresa.

## **RETENÇÃO DE TALENTOS**

Gerir talento humano está se tornando indispensável para o sucesso das organizações. Ter pessoas não significa necessariamente ter talentos. E qual a diferença entre pessoas e talentos? Um talento é sempre um tipo especial de pessoa. E nem sempre toda pessoa é um talento. Para ter talento a pessoa precisa ter algum diferencial que a valorize (CHIAVENATO (2001, p.52).

Torna-se cada vez maior a competitividade entre as empresas. Almeja-se por geração de lucros, maior produtividade, conquista de novos clientes, bem como uma grande imagem e reputação. O que desejam, portanto, é reconhecimento e sucesso. Entretanto, as organizações somente conquistam esse êxito por intermédio dos colaboradores. Logo,

são as pessoas, os recursos humanos, a peça chave para o desenvolvimento positivo da empresa.

Nesse contexto, as empresas entendem a inevitabilidade de constituir “planos de ações” adequados, a fim de que os reais talentos enraízem-se na companhia, tarefa árdua, considerando que estes, assim destacados, recebem diversas propostas para migrar de organização. Por conseguinte, há a necessidade de reter tais talentos.

De acordo com Pereira (2013, p. 18), descobrir talentos exige tempo e planejamento. Uma pessoa com talento é aquela de possui, de maneira natural ou adquirida, aptidão incomum, fazendo algo com maestria. Segundo Pereira (2013, p. 14), esses talentos, dentro de uma organização, identificam-se com *missão*, *visão* e *valores* da empresa e trazem para esta competências individuais, que se não forem notadas e utilizadas não se tornarão talentos organizacionais.

As companhias, ao não gerarem possibilidades de revelação de tais talentos, consequentemente, não aplicam valor aos fins corporativos, como sua missão. Nesta perspectiva, a retenção destes talentos deve ser discutida e pensada veementemente. Pereira (2013, p. 16) afirma que o talento de uma empresa nem sempre será talento em outra, pois o talento de hoje nem sempre será talento amanhã.

Assim sendo, a tarefa primordial na gestão destes talentos, a fim de retê-los, é a missão de encorajá-los e estimulá-los para que exponham suas criatividade e recorram sempre a novos desafios, com o intuito de que cresçam, tanto de forma pessoal, como de forma profissional.

Segundo Cleide Nakashima (2003, p. 16), a retenção do funcionário dentro da organização é persuadida por intermédio de alguns atributos que a companhia proporciona, como nitidez na comunicação, atuação em eventuais ocorrências e situações, qualidade de vida e reconhecimento de suas capacidades e aptidões, juntamente com a consonância destes atrativos e as intenções de cada um. Nem sempre o aumento da remuneração é uma forma de retenção de talentos. Entretanto, Pereira (2013, p. 40), complementa dizendo que “talentos são movidos pela possibilidade de crescimento profissional, portanto, treinamento e desenvolvimento são fundamentais para retê-los”.

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), *apud* Exame (2018), a rotatividade no Brasil atingiu quase 40% em 2016, cenário esse que ressalta a mudança de poder que vem ocorrendo no mercado em que os profissionais estão sendo cada vez mais disputados, e a rotatividade passa a ser uma tendência no mundo corporativo. A razão disso é que o perfil dos trabalhadores, principalmente dos mais jovens, mudou nas últimas décadas.

Não há mais a preocupação em “construir carreira” dentro de um único lugar, e sim, em moldar-se como um profissional multifuncional pautado em experiências e *know-how* adquiridos durante a construção de sua carreira em diversas empresas que atendam às suas necessidades durante determinado período de vida. Consequentemente, isso se relaciona às tendências e características dos tempos líquidos. Fatores como equilíbrio de vida, identificação cultural, desafios, reconhecimento e sentir-se parte do todo são alguns dos fatores que influenciam na escolha de ficar ou migrar de empresa.

Para Chiavenato (1999) e Fleury (2002), não adianta apenas treinar e desenvolver os indivíduos, mas sim reter os talentos dentro das organizações. De nada adianta investir no desenvolvimento e no aperfeiçoamento do colaborador se a empresa não tem intenção de reter esse talento. Todo o capital investido será disponibilizado ao mercado para que outras organizações possam usufruir.

Reter talentos é uma das atividades mais profundas a qual uma empresa está sujeita, haja vista o pensamento e as ações individuais de cada um. Além de uma remuneração justa, é necessário valorizar os funcionários, física e emocionalmente, isto é, encorajá-los, abrindo espaço onde possam ouvir e ser ouvidos, havendo possibilidade para lugar de fala. Assim sendo, e como dito anteriormente, as organizações devem ter em mente que não apenas elas possuem objetivos a serem cumpridos, mas os indivíduos pertencentes a ela também os possuem. “Na realidade, as relações com empregados devem fazer parte integrante da filosofia da organização: a organização deve tratar seus empregados com respeito e deve oferecer meios de atender suas necessidades pessoais e familiares” (CHIAVENATO, 1999, p. 351).

Por fim, reter talentos, segundo Chiavenato (1999, p. 349), nada mais é do que encorajar os colaboradores de uma empresa, tanto pela forma financeira, como também pela mental e psicológica, a fim de expressar o quanto este é de sumo valor para a organização. “Representa uma riqueza de recursos que pode ser explorado por uma adequada administração” (CHIAVENATO, 1999, p.349).

## **METODOLOGIA E RESULTADOS**

Para contrapor os conceitos teóricos até então apresentados **à prática do** contexto atual, utilizou-se uma Pesquisa de Campo, de caráter quantitativo, para a verificação dos reais dados, a fim de medir a influência do treinamento e desenvolvimento no cotidiano de 70 colaboradores de diversas empresas e segmentos da região de Sorocaba.

Na pesquisa de campo realizada, foi possível verificar que o perfil dos participantes foi de 65,7% do sexo feminino e 34,3% do sexo masculino, com uma faixa etária de 19 a 63 anos de idade. O período mínimo de tempo de trabalho do participante na empresa atual variava de 2 meses até 29 anos, contemplando as seguintes áreas de mercado: setor automotivo, industrial, educacional, eletrônico, financeiro, saúde, prestação de serviços, entre outros. As questões 1, 3, 4 e 5 indicam, necessariamente, em uma escala de 1 a 10, o nível de satisfação com a empresa, o nível de influência das oportunidades de desenvolvimento, o nível de investimento e o nível de importância do treinamento e desenvolvimento para os funcionários. Observando sucintamente os resultados obtidos, pode-se concluir que, em relação à questão 1, obteve-se, com 21,43% das respostas, o nível 8, seguido do nível 7 e 10, ambos com 18,57% das respostas. A questão 3 obteve o nível 8, com 21,43%, seguido do nível 1 e do nível 9, com 14,29% e 12,86% respectivamente. Na questão 4, o nível mais apontado foi o 1, com 18,57%, seguido dos níveis 7 e 8, ambos com 17,14%. Por fim, a questão 5 obteve o nível 1, com 21,43% das respostas, seguido do nível 8 e 10, com 18,57% e 14,29%, respectivamente.

Da análise dos dados apresentados pela questão 2, observa-se que os itens que mais se destacaram, mostrando a influência com a satisfação dos funcionários, foram as oportunidades de desenvolvimento com 18,60%, seguido do salário com 15,50% e do relacionamento com o superior e com os colegas, ambos com 14,73%. Na questão 6, sobre os itens que mais impactavam na decisão de migrar ou não de empresa, 32,74% dos funcionários disseram que o salário preponderava, seguido de treinamento e desenvolvimento e benefícios, com 19,47% e 17,70% respectivamente. Em relação à questão 7, em que os funcionários deveriam assinalar se a empresa atual oferece condições para o seu desenvolvimento profissional, 48,57% disseram sim, 41,43% disseram não e 10% não poderiam avaliar. Relativo à questão 8, a qual os funcionários precisavam assinalar se a empresa oferecia oportunidades de treinamento para o bom desempenho de suas funções, 40% disseram sim, 58,57% disseram não e 1,43% não responderam. No que tange à questão 9, 95,71% dos funcionários manifestaram que gostariam que a empresa oferecesse maiores oportunidades de treinamento e 4,29% responderam negativamente. Enfim, na questão 10, 42,25% dos funcionários apontaram que os treinamentos oferecidos pela empresa têm como objetivo a capacitação de desenvolvimento das tarefas cotidianas, seguido de 26,76% que assinalaram que o objetivo é se desenvolver profissionalmente e 25,35% que indicaram que o intuito é se capacitar para uma tarefa ou um projeto específico. Apenas 5,63% disseram que o objetivo é reconhecer-se importante para a empresa.

Pode-se concluir, de uma forma geral, que os investimentos em treinamento e desenvolvimento pelas empresas são deficitários, contrariando o interesse dos funcionários em realizar atividades que os levam a se capacitar constantemente. Os funcionários al-

mejam por treinamento, seja para o desenvolvimento profissional ou para a capacitação de determinada tarefa ou projeto específico, entretanto, o nível deste se encontra muito inferior ao esperado. Outro item verificado foi que o salário não é a única ferramenta para reter talentos, mas sim, oportunidades de desenvolvimento, valorização e reconhecimento profissional por parte das organizações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme análise dos dados obtidos por intermédio da aplicação da Pesquisa de Campo, bem como o aprofundamento teórico apresentado anteriormente, evidenciou-se a necessidade de aprimoramento do grau de investimento em oportunidades de desenvolvimento profissional na região de Sorocaba. Constata-se isto com base nos resultados oriundos da questão 3, que objetivou mensurar a relação entre as oportunidades de desenvolvimento dentro das organizações e a influência que elas exercem na satisfação dos colaboradores, a qual obteve nível 8, com 21,43%, seguida pela análise da questão 6, que notabiliza que, após o salário, o aspecto que possui mais preponderância na decisão de migrar ou não de organização é o treinamento e o desenvolvimento, com 19,47% dos questionários apurados. Os dados avalizam os conceitos apresentados anteriormente, ressaltando as influências dos tempos líquidos encravados por Bauman (2009, p. 215) na vida profissional dos colaboradores, que tendem a se dispersar das reivindicações, antes consideradas comuns, como salários e benefícios, e passam a valorizar aspectos que os empoderam tanto como pessoas, quanto como profissionais.

Treinamento e desenvolvimento acarretam justamente esses aspectos e tendem a ser uma importante ferramenta para retenção de talentos nas organizações, pois como ressalta Marcos Bom (2012), uma maneira concreta de reter talentos é demonstrar de forma clara por meio da estruturação de um robusto plano de treinamento em que a empresa valorize, de fato, o desenvolvimento dos seus colaboradores. “O desenvolvimento é um conceito chave onde se encontraram todas as vulgatas ideológicas da segunda metade de nosso século” (MOTTA, 2003, p. 82).

Por fim, infere-se que os objetivos primários e secundários, objetos desta investigação foram concluídos. Discorreu-se acerca das principais bases teóricas que constituem os conceitos de treinamento, desenvolvimento e tempos líquidos. Avaliou-se o impacto que o treinamento e o desenvolvimento exercem na decisão de migrar ou não de organização e o grau de interposição que estes exercem sobre a satisfação dos colaboradores. Por meio de uma pesquisa de campo que gerou resultados, é possível legitimar a analogia com as hipóteses levantadas no início deste estudo.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

\_\_\_\_\_. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

\_\_\_\_\_. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

\_\_\_\_\_. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier Publishing Company, 2004.

HAYGROUP: 64% das empresas tem problemas para reter talentos. **Amcham Brasil**, 2014. Disponível em: <https://www.amcham.com.br/noticias/gestao/haygroup-64-das-empresas-tem-problemas-para-reter-talento-4788.html>. Acesso em 09 de abril de 2019.

LIMA, João. **Qual é o verdadeiro significado de Capital Intelectual?** Portal Administradores, 2012. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/qual-e-o-verdadeiro-significado-de-capital-intelectual/62410/>. Acesso em 08 de abril de 2019.

MENDONÇA, Marcia da Costa Furtado de. **Tese de mestrado sobre Retenção de Talentos por meio de Reconhecimento e Recompensas**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

NAKASHIMA, Cleide. **Deloitte Banco de Talentos: reter talentos, o maior desafio**. 2003.

Revista Exame, **Rotatividade nas empresas: dados de indicador apontam para mercado de trabalho futuro nebuloso**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/rotatividade-nas-empresas-dados-de-indicador-apontam-para-mercado-de-trabalho-futuro-nebuloso/>. Acesso em 09 de abril de 2019.

SOBRAL, Felipe e PECCI, Alketa. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Person Prentice Hall, 2008.

# TORNAR-SE PROFESSOR: PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DO DOCENTE DA ÁREA DE SAÚDE



**MÁRCIA LOPES GIAPONESI**  
(Instituto Paliar – São Paulo)

**Resumo:** Destaca-se aqui o processo de formação continuada de profissionais da área da Saúde que atuam como docentes num curso de Pós-Graduação em Medicina Paliativa em São Paulo (Instituto Paliar). A valorização da formação pedagógica dos docentes em Saúde reflete diretamente na atuação desse professor em sala de aula. Sabe-se que há um aumento significativo de cursos de pós-graduação *lato sensu* de qualidade duvidosa que possuem como único objetivo garantir certificados que atribuem o título de especialista aos alunos regularmente matriculados. Refletir sobre a atuação docente e desconstruir os modelos de aulas que conheceram durante sua experiência como discentes é o objetivo do trabalho realizado com o grupo de professores dessa instituição, oportunizando que compreendam que não é qualquer tipo de metodologia de ensino que desenvolve o raciocínio crítico dos alunos, estimula o processo de aprendizagem e os prepara para os novos desafios da vida profissional. Considerar que somente o status profissional é capaz de legitimar sua capacidade intelectual e acadêmica é pretencioso, e apenas demonstra o despreparo desses profissionais para lecionar nas instituições de Ensino Superior. A atividade docente exige, além de segurança e competência profissional, generosidade para compartilhar conhecimentos e humildade para aprender novos métodos capazes de aperfeiçoar o trabalho em sala de aula. É necessário conjugar outros métodos de en-

sino e outras ciências à aula teórica específica, para que, dessa forma, seja possível a efetiva formação de qualidade do educando; é necessário também estar sempre atento à dinâmica existente entre os processos de aprender, e ensinar, e aprender. É essencial alimentar essa sofisticada dinâmica com a consciência de que só se é um bom professor quando nos rendemos à formação, que nunca cessará, é um tornar-se para vida toda. Pretende-se, portanto, usar por meio da Metodologia Exploratória Bibliográfica os autores Paulo Freire e Antônio Nóvoa.

**Palavras-chave:** formação docente, ensino, processo, aprendizagem.

**Abstract:** It highlights the process of continuing training of health professionals who act as teachers in a Postgraduate course in Palliative Medicine in São Paulo (Paliar Institute). The valorization of the pedagogical training of teachers in Health, directly reflects in the performance of this teacher in the classroom. It is known that there is a significant increase, from *lato sensu* postgraduate courses of dubious quality, which have as their sole objective to ensure certificates that attribute the degree of specialist to regularly enrolled students. Reflecting on the teaching performance and deconstructing the models of classes they knew during their experience as students is the objective of the work performed with the group of teachers of this institution, providing them to understand that it is not any type of teaching methodology that develops the critical reasoning of the students, stimulates the learn-

ing process and prepares them for the new challenges of professional life. Consider air that only professional status is able to legitimize their intellectual and academic capacity is pretentious, and only demonstrates the unpreparedness of these professionals to teach in higher education institutions. Teachingtivity requires, in addition to safety and professional competence, generosity to share knowledge and humility to learn new methods capable of perfecting work in the classroom. It is necessary to combine other teaching methods and other sciences with specific theoretical class, so that in this way it is possible to effectively train quality the student; it is also necessary to always be aware of the dynamics between the processes of learning, and teaching, and learning, and learning. It is essential to feed this sophisticated dynamic with the awareness that only if you are a good teacher when we surrender the formation that will never cease, it is a becoming for life. It is intended, therefore, to use through the Bibliographic Exploratory Methodology the authors Paulo Freire, Antônio Nóvoa.

**Keywords:** teacher training, teaching, process, learning.

## **TORNAR-SE PROFESSOR: PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DO DOCENTE DA ÁREA DE SAÚDE**

Permitam-me um breve relato que ao longo deste texto fará sentido naquilo que pretendo propor como reflexão. Ao contrário de muitas crianças da minha geração, eu nunca quis ser professora. Não sabia bem o que queria ser, apenas que gostaria de trabalhar com gente. Mas circunstâncias de vida me levaram até um curso de Magistério, e lá se vão muitos anos trabalhando como professora. E plenamente consciente da importância e da riqueza dessa profissão. O que aconteceu?

Como inúmeras pessoas que entram para esta profissão, comecei a trabalhar numa escola ainda fazendo o curso de Magistério. Podemos questionar essa prática, mas ela é vigente em muitos lugares do Brasil. Enfim, nessa escola iniciei uma jornada de formação continuada que me deu exato entendimento de que não seria possível ser uma boa professora sem esse aporte. Estudar, pesquisar, rever e problematizar a minha prática docente seria inevitável. Era uma escola que estimulava isso: leituras, discussões sobre questões cotidianas de sala de aula e resolvidas à luz das teorias da educação. Essa postura tornou-se uma práxis. Nascia uma identidade profissional e pessoal que me acompanhariam para sempre.

Foi essa práxis, e entendendo anos depois, sobre a importância dos saberes dos professores que fez com que me apaixonasse pela profissão e questionasse a ausência da formação continuada para professores em exercício, sem o interesse apenas corporativo. Professores que conheci, não em sua totalidade, tinham sim que participar de reuniões, congressos e outras propostas de formação, mas apenas para cumprir um compromisso.

Não se efetivava a articulação entre teoria e prática e conseqüente aparecimento de uma nova postura didático/pedagógica em sala de aula ou uma nova ordem no fazer pedagógico dos envolvidos, confirmando o pensamento de Nóvoa (1992).

A formação contínua tende a articular-se em primeira linha com os objectivos do sistema, nomeadamente com o desenvolvimento da reforma. É uma visão inaceitável, uma vez que não concebe a formação contínua na lógica do desenvolvimento profissional dos professores e do desenvolvimento organizacional das escolas.

Até aqui o relato é substancialmente sobre professores com uma carreira consolidada e longa permanência em suas instituições. Participantes apenas, sem a construção identitária de professor.

Essa era a realidade experienciada por mim ao longo dos anos, e quando me tornei formadora de professores esta se confirmou. Se é complexo articular a formação com a prática docente, para aqueles que escolheram a profissão de professor, têm a formação acadêmica esperada, o que dizer sobre aqueles que atuam em sala de aula, mas sem nenhuma formação didático/pedagógica para fazê-lo?

## FORMAÇÃO DOCENTE PARA NÃO PROFESSORES

Em Gabriela, Cravo e Canela de Jorge Amado, há um momento em que a filha de um coronel diz a sua mãe que pretendia casar-se com um professor. Ao que a mãe retruca:

E o que é um professor na ordem das coisas? Que tem o ensino a ver com o poder? Como podem as palavras se comparar com as armas? Por acaso a linguagem já destruiu e já construiu mundos? (ALVES, 1982).

Muitos dos profissionais com quem trabalho atualmente, e que estão em sala de aula, certamente responderiam à primeira pergunta *E o que é um professor na ordem das coisas?* com uma contundente e correta resposta: *São aqueles que ensinam.*

A questão que se coloca então não é somente sobre *aqueles que ensinam*, mas como ensinam e como constroem sua identidade de professor.

Consideremos um grupo de profissionais da área da Saúde que são professores de um curso de Pós-graduação em Medicina Paliativa na cidade de São Paulo. Cada um deles tem uma carga horária de aulas, conteúdos, listas de presenças, atividades, avaliações e notas, ou seja, toda uma rotina docente para lidar, além do cotidiano de suas vidas privada e profissional.

Sem nenhuma vivência em sala de aula anterior, senão como alunos, construíram um “modelo” de ser professor, uma referência de como atuar em sala de aula, além dos as-

pectos da identificação afetiva ou não, que também constituem essa construção. O modelo desse professor pode ser agregado a uma pedagogia tradicional de ensino.

Paulo Freire faz uma crítica ao que chamou de Educação Bancária. Na visão freireana, esse modelo de educação parte do pressuposto de que o aluno nada sabe e o professor é detentor do saber. Cria-se então uma relação vertical entre o educador e o educando. O Educador, sendo o que possui todo o saber, é o sujeito da aprendizagem, aquele que deposita o conhecimento. O educando, então, é o objeto que recebe o conhecimento. A educação vista por essa óptica tem como meta, intencional ou não, a formação de indivíduos acomodados, não questionadores e submetidos à estrutura do poder vigente.

A concepção pedagógica tradicional ou bancária tem como mote a busca pela essência do homem, e para realizar as suas inferências coloca o professor como o centro de todo o processo educativo, mantendo a visão no desenvolvimento do intelecto, na imposição da disciplina como parte fundamental para o sucesso educacional, na memorização dos conteúdos como forma de apropriação dos conhecimentos tidos como essenciais. Conteúdos são conhecimentos que foram ao longo do tempo acumulados e são passados como verdades absolutas, sem chance de questionamentos ou levantamentos de dúvidas em relação a sua veracidade. Nessa concepção, não está presente a consideração sobre os conhecimentos prévios do aluno, apenas o que está no currículo é transmitido. O método escolhido é sempre o da exposição verbal por parte do professor, o foco principal é na resolução de exercícios e na memorização de fórmulas e conceitos.

A relação professor-aluno é marcada pelo autoritarismo do primeiro em relação ao segundo. Somente o professor possui conhecimento para ensinar, o papel do aluno é o de receber o conhecimento transmitido pelo professor. O silêncio em sala de aula é imposto pela autoridade docente.

A aprendizagem se dá por meio da resolução de exercícios e da repetição de conceitos, e recapitulação do saber adquirido sempre que necessário for reavivá-lo na mente. A avaliação também é mecânica e ocorre por meio de resolução de tarefas enviadas para casa, provas argutivas e escritas.

Esses professores na sua maioria entram em sala de aula agindo exatamente como o descrito acima, salvo uma ou outra liberdade para rever sua prática. O que é muito importante é dar todo o conteúdo sem atrasos. Os alunos devem aprender exatamente o que lhes é ensinado.

Diante dessa realidade que trazia poucos resultados fortuitos para os alunos do Paliar e do surgimento de uma nova abordagem marcada pelas ideias de “professor reflexivo”

e de “professor pesquisador”, os diretores do Instituto Paliar buscaram outras práticas para as salas de aula de seus cursos.

A primeira ação foi observar cada professor em sala de aula, considerando que:

[...] a observação tem importância fundamental na compreensão e transformação dos processos de ensino-aprendizagem em sala de aula, iniciando-se por uma série de questionamentos a partir da coleta dados para posterior análise e discussão. Cabe mencionar que, a reflexão será compreendida como um processo que envolve “pensamento consciente e crítico (FREIRE, 1970/1987: 74).

E três aspectos foram eleitos para a observação:

### **A interação entre os alunos e o conteúdo**

- O conteúdo é adequado às necessidades de aprendizagem da turma?
- As atividades e os problemas propostos são desafiadores e proveitosos para todos os alunos ou para alguns foi muito fácil e, para outros, muito difícil?
- Há a retomada de conhecimentos trabalhados em aulas anteriores como um ponto de partida para facilitar novas aprendizagens ou as atividades apenas coloca em jogo o que já é conhecido pela turma?
- Os recursos utilizados são adequados ao conteúdo?
- Como está organizado o tempo da aula? Foram reservados períodos de duração suficiente para os alunos fazerem anotações, exporem as dúvidas, debaterem e resolverem problemas?

### **A interação entre o professor e os alunos**

- Houve empatia entre professor\ aluno?
- Os objetivos de aprendizagem de curto e longo prazo dos conteúdos em questão estão claros para a turma?
- As propostas de atividades foram entendidas por todos? Seria necessário o professor explicar outra vez e de outra maneira? As informações dadas por ele são suficientes para promover o avanço do grupo?
- As intervenções são feitas no momento certo e contêm informações que ajudam os alunos a refletir?

- O professor aguarda os alunos terminarem o raciocínio ou demonstra ansiedade para dar as respostas finais, impedindo a evolução do pensamento?

- As hipóteses e os erros que surgem são levados em consideração para a elaboração de novos problemas?

- As dúvidas individuais são socializadas e usadas como oportunidades de aprendizagem para toda a turma?

### **A interação dos alunos com os colegas**

- Os alunos se sentem à vontade para colocar suas hipóteses e opiniões na discussão?

- Nas atividades em dupla ou em grupo, há uma troca produtiva entre os alunos?

- Com que critérios a classe é organizada?

- Os alunos escutam uns aos outros?

Após o término das aulas, um relatório com as observações feitas era discutido com os professores e seus coordenadores. Essas reuniões tinham como objetivo, além de apresentar o observado, escutar os professores. Havia em suas falas angústias, dúvidas, incertezas acerca de ser um professor. Importante relatar que todas essas questões advinham de eles estarem sendo os professores que tinham como referência, aqueles da escola tradicional. Contudo, estava claro que havia neles um querer, e em alguns mais explícita uma paixão surgindo sobre exercitarem a docência sob outras perspectivas.

Decidiu-se que iniciaríamos um trabalho de formação continuada embasada na pedagogia invertida, metodologia que consiste na inversão das ações que ocorrem em sala de aula e fora dela. Considerando as discussões, a assimilação e a compreensão dos conteúdos (atividades práticas, simulações, testes) como objetivos centrais protagonizados pelo estudante em sala de aula, na presença do professor, enquanto mediador do processo de aprendizagem.

Em meio às discussões acerca das novas possibilidades de ser um professor, a primeira ideia abordada era de que ensinar não é transmitir conhecimentos. Considerando Freire (2011),

“é respeitar a autonomia e a identidade do educando. Para passar conhecimento o educador deve estar envolvido com ele, para envolver os educandos. Deve estimular os alunos a desenvolverem seus pensamentos. Fornece argumentos mostrando que desta forma é possível o desenvolvimento da crítica.”

Sendo assim, outra questão veio à pauta: *como tornar um adulto, que também vivera a escola tradicional, protagonista do seu processo de aprendizagem?*

Resposta rápida; processos, nem tanto. Entendendo como esse adulto aprende. Durante muito tempo, as teorias de Piaget, Vygotsky e outros fomentaram ideias de como as crianças aprendem, como se quando adultos não precisassem de estímulos para tal. Pois bem, para iniciarmos o processo de desconstrução do modelo de professor tradicional arraigado nos professores do Paliar, trabalhar com eles os pressupostos da Andragogia – Reciprocidade Educadora –, pareceu assertivo. Brevemente, esses pressupostos partem da premissa de que os adultos aprendem quando têm consciência, o que constitui o formador, ou educador de adultos é que ele aprende a partir do aprendiz, no ato de ensinar.

A consciência não é um estado, mas um ato. Ela não é uma substância, mas uma relação. Ela deve empenhar-se para constituir uma existência possível... (NÉDONCELLE, 1942)

A reciprocidade das consciências é o que constitui a relação entre os sujeitos e sua subjetividade. As pessoas não são um “mundo fechado”, que se define pela incomunicabilidade, mas sim *consciência* de um *nós*. Ao *nós* designamos a comunicação entre as consciências. Esta ligação é a das *consciências*. A consciência é o homem completo, coração e espírito: a ligação dos corações conduz à ligação dos espíritos e vice-versa. A relação com o outro é o que constitui a Educação. O reconhecimento do outro só é concreto na medida em que o educador se reconhece em relação a esse outro que se educa. A partir do momento em que a pessoa é mobilizada por inteiro pelo seu projeto de existir ou pelo seu objeto de aprendizagem, todo o encontro, todo indício, se torna significativo.

O adulto aprende, procura, cria saber, e ao mesmo tempo inventa a sua vida à medida da sua capacidade para conferir significações a partir dos acontecimentos e dos encontros que vive.

Foi, então, a partir dessa sensibilização e dos vários encontros, que passamos a ter que esse grupo de profissionais das mais diversas áreas da saúde iniciou seu processo de *tornar-se professor*.

## O ECO

É sabido que o processo de formação para se torna professor é diferente para cada um. Comprometer-se, atentar-se à ética dos relacionamentos, ler as realidades existentes em cada aluno acontecem para cada professor em diferentes nuances. Contudo, esse gru-

po tem um solo fértil para a compreensão dessa dinâmica, porque para ser um profissional paliativista é preciso ser acolhedor, respeitar a história do outro, vincular-se a partir do afeto e da curiosidade sobre o outro. Assim, outras maneiras de dar aulas começaram a aparecer, novas propostas de atividades começaram a ser realizadas em sala de aula e novas angústias decorrentes desse processo também.

Como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha. Não posso ensinar o que não sei. Mas, este, repito, não é saber de que apenas devo falar e falar com palavras que o vento leva. É saber que, pelo contrário, que devo viver concretamente com os educandos. O melhor discurso sobre ele é o discurso de sua prática (FREIRE, 1996).

Os conteúdos a serem ensinados não apresentaram nenhuma dificuldade para esses professores, todos profissionais referências em suas áreas, com carreiras consolidadas. Das questões que eram apresentadas para reflexão e análise no grupo, o relacionamento com alunos adultos (havia uma expectativa acerca do comportamento deles) e deixar de ser o protagonista em sala de aula eram as mais gritantes.

Para ajudá-los nesse processo e não deixar que os desconfortos em relação à própria prática ganhassem força, a leitura sobre as novas metodologias para salas de aula, as conversas sobre as observações de suas aulas e rever a prática não foram tão eficientes quanto levá-los à reflexão sobre tudo isso. Em todos os momentos a proposta foi que cada um deles pensasse em como poderiam reorganizar sua dinâmica de aula e estabelecer um outro relacionamento com os alunos, responsabilizando-se, enfim, pelo seu processo de torna-se professor. Mas nunca sozinhos! Rompe-se com a racionalidade técnica, e a ideia de parceria colaborativa nasce. Nessa parceria colaborativa, a partir da interação entre pares que assumem papéis específicos no processo, a reflexão e a intervenção na realidade se viabilizam.

O que aconteceu na verdade foi que cada um foi estimulado a voltar-se para si mesmo, olhando pela perspectiva de ser/tornar-se professor. Um olhar para compreender que “errar” é condizente com o aprender e rever, e não significa ser incompetente. Da mesma forma, eles, no seu exercício de ser paliativista, deveriam acolher suas questões como provocações pertinentes, bons conflitos que os levariam ao novo e ao entendimento de que ensinar “exige alegria e esperança” (FREIRE, 1996).

Salienta-se que a formação continuada contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor, cujo objetivo, entre outros, é facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente, elevando-a a uma consciência coletiva. A partir dessa perspectiva, a formação continuada conquista espaço privilegiado

por permitir a aproximação entre os processos de mudança que se desejam fomentar no contexto da escola e a reflexão intencional sobre as consequências destas mudanças.

Conhecer o professor, sua formação e como ele se constrói ao longo da sua carreira profissional são fundamentais para que se compreendam as práticas pedagógicas dentro das escolas. Entendemos que se tornar professor, é um processo de longa duração, de novas aprendizagens e sem um fim determinado (NÓVOA, 1999).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Sacristán (1999):

A prática é entendida como a atividade dirigida a fins conscientes, como ação transformadora de uma realidade; como atividade social historicamente condicionada, dirigida à transformação do mundo; como a razão que fundamenta nossos conhecimentos. A prática pedagógica, entendida como uma práxis envolve a dialética entre o conhecimento e a ação com o objetivo de conseguir um fim, buscando uma transformação cuja capacidade de mudar o mundo reside na possibilidade de transformar os outros.

Ser professor vai além de ensinar alguma coisa para alguém. Implícito nesse ato de ensinar, deve haver uma forte consciência do papel social e transformador de realidades que vêm dessa profissão. Não é um fardo, é um ato que rompe com visões simplistas de tratar o conhecimento e o educando.

Somente com a formação contínua, alguém se torna um professor consciente de que sua prática, aliada a uma teoria que a embasa, pode ser re-significada para significar aos seus interlocutores. Desenvolver um trabalho em sala de aula pressupõe produzir conhecimento, mobilizar saberes e constatar mudanças.

O professor consciente desse seu papel se disponibiliza para o diálogo constante entre seus pares, entre seus alunos, com o conhecimento diverso que compõe o mundo atual.

O grupo de professores do Instituto Paliar sabe que tem um caminho a percorrer a despeito de que esse processo de formação é constante e nunca definitivo. Todos já temos a certeza de sermos “inconclusos”, “inacabados” e que, por isso, precisaremos sempre nos olhar para encontrar toda a beleza de um processo de construção permanente do torna-se professor. É encontrar nesse processo a liberdade para as inúmeras possibilidades de mudar o mundo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem Azevedo. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1992

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011

NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. Portugal: Porto, 1992.

\_\_\_\_\_. **Vidas de Professores**. Porto: Porto Editora, 1991.

SACRISTÁN, J.G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

# AS MEMÓRIAS E OS TRABALHADORES DE CASAS DE FARINHA



**MARISA OLIVEIRA SANTOS**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**ANA ELIZABETH SANTOS ALVES**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**Resumo:** As Casas de Farinha correspondem a uma unidade produtiva de traços tradicionais, geralmente comuns em comunidades rurais de mesma adjetivação. Trata-se de unidades simples que resguardam um processo produtivo peculiar, somado aos esforços do trabalho familiar, delimitando aspectos pertinentes à sua constituição. O objetivo desta comunicação é descrever, por meio das memórias de trabalhadores de farinheiras, as transformações no processo de trabalho familiar nas Casas de Farinha das comunidades Campinhos e Simão, região de Vitória da Conquista (BA). Atualmente, verifica-se o esmaecimento dessa atividade, bem como a interpenetração do capital na vida em comunidade. A família não constitui mais a base da força de trabalho empregada, inserindo-se o assalariamento ou empreitada de trabalhadores temporários. Os jovens não se identificam mais com a atividade, e a procura pela cidade lhes imprime um outro modo de vida e diferentes perspectivas de futuro. Tudo isso está muito

presente nas narrativas que vêm carregadas de memórias. Para o referido estudo, a empiria se aproximou de algumas contribuições teóricas, dentre essas Marx (2007); Hobsbawm (2015); Thompson (2001); Halbwachs (1993), Wanderley (2009), dentre outros. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma postura de caráter participativo e de análise qualitativa, mediante o uso de fontes bibliográficas e documentais, como também fotografias representativas do lugar. A intenção é ilustrar o trabalho e o modo de vida, a partir de observações participantes e entrevistas semiestruturadas com trabalhadores locais que subsistem na comunidade no tempo e que, por meio das memórias e das narrativas, permitem uma leitura contemporânea breve das alterações verificadas no modo de vida da comunidade.

**Palavras-chave:** Memória. Casas de Farinha. Trabalho familiar.

### Abstract

The Flour Houses related to a productive unit of traditional traits, usually common in rural communities of the same adjective. These are simple units that safeguard a peculiar production process, added to the efforts of family work, delimiting aspects pertinent to its constitution. The purpose of this paper is to describe, through the memories of farinheiras (nickname to female workers),

1 A referida comunicação fez parte dos trabalhos aprovados e apresentados no GT 15 – História Social do Trabalho da ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Encontro Nacional da ABET realizado em 3 a 6/9/2019, UFBA, Salvador (BA)).

the transformations in the family work process in the Farinha Houses of Campinhos and Simão communities, Vitória da Conquista region (BA). Currently, there is the fading of this activity, as well as the interpenetration of capital in community life. The family is no longer the base of the employed workforce, including the salaried or employed of temporary workers. Young people no longer identify with the activity, and the search for the city gives them another way of life and different perspectives of the future. All this is very present in the narratives that come loaded with memories. For this study, the empiric approached some theoretical contributions, among them Marx (2007); Hobsbawm (2015); Thompson (2001); Halbwachs (1993), Wanderley (2009), among others. From the methodological point of view, the research adopts a posture of participatory character and qualitative analysis, using bibliographic and documentary sources, as well as representative photographs of the place. The intention is to illustrate the work and the way of life, based on participant observations and semi-structured interviews with local workers who subsist in the community at an early age and who, through memories and narratives, allow a brief contemporary reading of the changes in the community's way of life.

**Keywords:** Memory. Flour houses. Family work.

## INTRODUÇÃO

As Casas de Farinha correspondem a uma unidade produtiva de traços tradicionais, geralmente comuns em comunidades rurais de mesma adjetivação. Trata-se de unidades simples que resguardam um processo produtivo particularizado, somado aos esforços do trabalho familiar, delimitando aspectos pertinentes à sua constituição.

O objetivo desta comunicação é descrever, por meio das memórias de trabalhadores de farinheiras, as transformações ocorridas no processo de trabalho familiar nas Casas de Farinha nas comunidades Campinhos e Simão, região de Vitória da Conquista (BA), há pouco mais de uma década. As memórias foram cooptadas a partir de entrevistas realizadas em março de 2019 com homens e mulheres do campo, trabalhadores das farinheiras em funcionamento na comunidade.

O objetivo pretendido se deu após verificação feita a partir de registros de pesquisa realizada em 2007 sobre as Casas de Farinha (SANTOS, 2007). Naquela ocasião, deparou-se com uma comunidade firmada na produção de farinha e uma memória social associada ao fabrico artesanal da farinha de mandioca e de outros derivados do tubérculo – como goma, carimã, beijus, tapiocas, grolão. Foram catalogadas nesse período trinta unidades produtivas, com forte presença da utilização do trabalho familiar na produção da chamada “farinhada”.

A continuidade dos estudos em 2019<sup>2</sup>, por meio de pesquisa exploratória e de rastreamento das memórias de trabalhadores rurais que subsistem ao funcionamento das Casas de Farinha em sua base tradicional de produção, deparou-se com apenas seis unidades familiares em atividade, não tão regulares como a efervescência verificada há um pouco mais de uma década e com dificuldades aparentes na manutenção da prática produtiva que está atrelada também à tradição local.

A pesquisa aponta a necessidade de reconstrução do passado acerca da produção artesanal das Casas de Farinha. Tal reconstrução advém da confrontação com um passado registrado em parques estudos e na memória social do lugar, e hoje vai sendo (re)significado através das narrativas. Assim, as memórias do trabalho familiar reconstruídas em Casas de Farinha serão aqui apresentadas dentro de uma perspectiva que consiste em compreender a formação econômica e cultural da classe trabalhadora, através de sua voz – é o que nos permitem as reflexões acerca da história social do trabalho (HOBBSAWM, 2015; THOMPSON, 2001).

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma postura de caráter participativo e de análise qualitativa, mediante o uso de fontes bibliográficas e documentais, como também fotografias representativas do lugar. A intenção é ilustrar o trabalho e o modo de vida a partir de observações participantes e entrevistas semiestruturadas com trabalhadores locais que subsistem na comunidade no tempo e, que, por meio das suas memórias e das suas narrativas, permitem uma leitura contemporânea breve das alterações no modo de vida da comunidade.

## O TRABALHO E AS MEMÓRIAS EM CASA DE FARINHAS

*Se farinha fosse americana, mandioca importada Banquete  
de bacana era farinhada.*

JURAILDES DA CRUZ

Em Marx (2007), compreende-se que o trabalho denota não somente a condição de existência do homem em sociedade, mas o faz, sobretudo, distinto da natureza e de outros animais, porque, por meio do trabalho, o homem se constitui como um ser social de fato,

---

2 Nas transcrições das entrevistas semiestruturadas realizadas em março de 2019, foram suprimidas as repetições e, porventura, alguns excessos na linguagem que não alteravam o sentido do que já tinha sido mencionado pelo depoente. Por outro lado, optou-se por manter a íntegra da linguagem regional, respeitando a expressão viva na fala do entrevistado. Os trechos em que se registram fragmentos de memória serão grafados posto em itálico.

numa linha de constituição histórica, diferentemente das leis que regem a natureza e seus processos.

Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2007, p. 19).

Corroborando os preceitos de Marx, Ciavatta (2002) declara que o mundo do trabalho é, em última instância, a compreensão de tempos históricos e espaços diversos: os homens produzem suas próprias condições de existência no plano material e simbólico e, dessa forma, por meio de ações conscientes, criam e recriam a vida. Portanto, o trabalho é considerado como elemento fundante das transformações sociais e o homem é seu agente e transformador da vida em sociedade.

O trabalho, por vezes, é visto como mero instrumento da reprodução social do capital e do lucro: o resultado de um processo historicamente constituído, em que prevalece a divisão social hierárquica, que sujeita o trabalho ao capital (MÉSZÁROS, 2011). A sua relação direta com a natureza compreendida como de primeira ordem se rompe no advento de segunda ordem por mediações que acabam por afetar profundamente a relação direta do homem com a natureza – em que o sistema do capital se fortalece –, e a segunda demanda o torna alienante e o usa como controle social metabólico (ANTUNES, 2009; HARVEY, 2016). O trabalho familiar em casas de farinha vai na via contrária dessa mediação de segunda ordem, embora se verifique que a primeira ordem vem sendo destituída por diversos fatores, sendo a interpenetração do capital um deles, que aos poucos vai afastando o trabalho familiar da sua relação direta com a natureza.

Retomando Marx (2008), entende-se que o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Segundo suas reflexões, não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o ser social que, inversamente, determina a sua consciência, e esta, por sua vez, age segundo determinações a que está sujeita.

Dessa forma, os limites impostos pela determinação dada ao ser social condicionam a capacidade de apreensão da realidade pelos homens, dando contornos à sua intervenção sobre ela. Isso determina seu potencial expansivo ou limítrofe como sujeitos da história, como conclui Mattos (2019), e o capital se entende como elemento que instiga deliberadamente tais transformações. E não há limites para sua infiltração, ele ultrapassa barreiras de circulação, aplaina e acelera a sua demarcação (HARVEY, 2016).

É claro que a penetração sistêmica do capital e seus produtos, sob uma forma ou outra, em quase todos os aspectos de nosso mundo vivido provoca resistência, mas para a maior parte da população mundial essa é uma batalha perdida, mesmo que não tenha sido bem recebida (HARVEY, 2016, p. 178).

Alicerçados nos pressupostos teóricos acima – e reconhecendo o trabalho como ponto de partida –, diante da realidade concreta que ora se apresenta com o esmaecimento de casas de farinha em comunidades rurais tradicionais (Campinhos e Simão), usar-se-ão os referidos embasamentos como fundamentos que possam iluminar o fenômeno que ora se apresenta. Diante das reflexões teóricas e, somadas a essas, as memórias de seus portadores, busca-se compreender ou refletir acerca do movimento que nasce da produção da vida material em casas de farinha a partir da intervenção humana e de modos de produção em tempos distintos.

Numa casa sempre de traços simples e de produção artesanal, a farinha começa a ser processada, bem como outros derivados do tubérculo, chamado “pão da terra”, como relembra Linhares e Santos (2014), em função da grande importância que a mandioca assume para alimentação das populações, principalmente das mais pobres. A produção da farinha ultrapassa a simples conotação da geração de um produto, ela incide variáveis outras que a enriquecem enquanto processo.

O fazer farinhada não representa apenas um meio de trabalho para garantir o sustento da família, representa de sobremaneira parte do modo de vida e o exercício de uma cultura, repassada de geração para geração com suas transformações e permanências marcadas pelo tempo (LINHARES; SANTOS, 2014, p. 54).

**Figura 1:** Casa de Farinha Tradicional



Fonte: Patrick Mendes (2012)

A mandioca ao certo protagoniza o início dessa história com os índios que possuíam habilidade com a terra e com o cultivo do tubérculo, há tempo em que seus sucessores e herdeiros de seu conhecimento a trazem de alguma forma até os dias atuais, sendo muito comuns e fortes as memórias que são trazidas por meio desse espaço de produção. Tão-manha é essa força e tão intrigante se faz que o emprego da palavra “casa” logo instiga a curiosidade de albergar o local de produção – e não outro verbete como fábrica ou indústria. Entre as sutilezas e a subjetividade que lhe cercam, Pedroza (2014) nos esclarece que a produção da farinha de mandioca está sempre próxima ou feita dentro da moradia familiar, daí a adoção da palavra casa para o local de produção, o que provavelmente deva ser a continuação de um hábito herdado dos índios, como aponta a autora<sup>3</sup>.

Em 2007, quando foram catalogadas cerca de 30 Casas de Farinha nas comunidades de Campinhos e Simão, no município de Vitória da Conquista, estava-se diante de uma região com identidade produtiva forte em relação à farinha e aos derivados da mandioca (SANTOS, 2007). A produção variável em Casas de Farinha em Simão e Campinhos movia-se entre 10 a 200 sacos de farinha por semana, assim categorizada conforme levantamento feito por Oliveira (2008). Nos bairros Simão e Campinhos, eram produzidos – a partir de 420 toneladas de raízes de mandioca – 976 sacos de farinha de primeira qualidade, 600 kg de goma, 920 kg de goma fresca e 741 sacos de farinha de segunda qualidade (REZENDE, 2009), distribuídos entre 30 a 35 unidades de casas de farinha em funcionamento (SANTOS, 2007).

As comunidades de Campinhos e Simão, no interior da Bahia, são comunidades rurais que, por muito tempo, destacaram-se na microrregião de Vitória da Conquista com a lavoura e a produção da farinha e dos derivados da mandioca, com destaque para as casas de farinha, espaços destinados ao beneficiamento da mandioca.

Pelo menos nestas comunidades, verificava-se uma produção continuada e que compunha o cotidiano de homens e mulheres do campo, veiculados à referida atividade econômica. Este vínculo forte com as farinheiras demarcava, *a priori*, um modo de vida distinto – particularizado, sim, mas isolado, jamais, conforme Cândido (2017) preconiza a respeito da vida no meio rural.

O modo de vida deve ser, portanto, entendido como valores não pensados, nem chamados, mas que – ora vividos num coletivo – surgem e se desenvolvem dentro de um mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais, preconizando o surgimento de ideias, de aprendizados necessários. Se assim não houvesse, a vida social não poderia ser mantida, e toda produção cessaria, reflete Thompson (1981). O modo de vida, por sua vez,

---

3 O trecho acima compõe parte do texto de projeto de doutoramento em Memória: Linguagem e Sociedade, como fonte precípua dos registros históricos que se têm a respeito da mandioca e da produção de farinha na história do Brasil.

em função das inferências recebidas, principalmente por modos de produção distintos – em especial o modo de produção capitalista – vai se fundindo em limitantes do ser social e da sua intervenção na história.

Passada um pouco mais que uma década, o fabrico da farinha não é uma atividade tão regular na comunidade como aquele verificado no tempo da pujança. Atualmente, a produção segue o sinalizar da demanda, por vezes esporádicas e que mobiliza mudanças no modo de vida e na cotidianidade local. Se em 2007 existiam 30 casas em pleno funcionamento, o retorno a campo em março de 2019 permitiu um reencontro de apenas 6 unidades manufatureiras em atividade e, como no relato de seus proprietários, seguindo uma dificuldade em sua manutenção.

A gente hoje, para trabalhar ela, no meu caso, a gente tão trabalhando aqui porque já é um meio de sobreviver, porque a gente não tem outra atividade, *a gente já nasceu nisso ai* se tá, se partir para outra talvez a gente se dar bem, né? Mas a gente tem medo de partir para outro negócio e não dar certo. (Seu Juquinha Soares, 61 anos, 2019, grifo nosso).

O entrevistado acima é um senhor de pouco mais de 61 anos, que dedicou parte de sua vida à produção de farinha, como continuidade do aprendizado que vinha dos pais. Reestabelecer-se entre as dificuldades operacionais da atividade e inserir a força de trabalho em outra demanda produtiva em determinado tempo da vida, além de extremamente difícil, é incorrer na ausência de um meio de sobrevivência para uma população dentro de uma faixa etária em que o mercado não lhe associa, na maioria das vezes, para contratação. Segundo a Rais<sup>4</sup> (2015), os trabalhadores acima de 60 anos representam apenas 0,3% dos 48 milhões de trabalhadores formais na economia brasileira.

O rural tem se transformado – em razão da apropriação dos modos de vida urbanos e das mudanças na relação identitária original com a produção agrícola. Há uma ruptura no modelo clássico de sua concepção (CARNEIRO, 2005). Tudo isso está muito presente nas narrativas que vêm carregadas de memórias.

O capital em Campinhos e Simão interpenetra e vem chegando aos poucos – de maneira sutil –, como exemplo, na mudança de consumo e hábitos costumeiros ou, incisivamente, com a contratação de trabalhadores assalariados, contratação da força de trabalho pela indústria, ou com a introdução da fécula como facilitador da produção artesanal da farinha de mandioca – retirando-lhe, por vezes, suas características originais e introduzindo os conceitos da produção em larga escala. Por outro lado, a produção em larga escala é absorvida por outros ditames e não pelos proprietários das tradicionais farinheiras locais.

---

4 RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.

Narrar essas histórias é voltar ao tempo sim, e como nos permite acrescentar Hobsbawm (1984), tal exercício é, em outras palavras, rememorar as histórias de gente comum, tentando, mais genericamente, talvez nem tanto assim, explorar o entendimento do passado e de seus reflexos no presente a partir da perspectiva de quem viveu as transformações ao longo do tempo. Em Thompson *apud* Sorgentini (2003, p. 112), apreende-se que é necessário pontuar as memórias de homens e mulheres que viveram e sofreram o efeito do processo de intervenção econômica, combatendo as interpretações dominantes. Em outras palavras, é preciso dar voz a quem foi espectador de si mesmo e de sua história.

Refletir sobre memória sempre constituiu um grande desafio. As memórias, por sua vez, são entendidas como fio condutor de compreensão da realidade concreta, que se esboça num tempo e num lugar específico como um fenômeno social, conforme visão conceituada por Halbwachs (2006). O certo é que a memória tem uma propriedade ímpar de conservar certas informações, remetendo ao seu portador, ou portadores, um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passado. É nessa função particular, como nos alicerça Le Goff (1996), que está uma de suas maiores riquezas, convergindo para o cuidado e o zelo que se tem com investigação, estudo e compreensão.

Para Halbwachs (2006), a memória nasce no coletivo. O autor enaltece a crença particular de que as lembranças humanas estão localizadas numa memória coletiva e que os marcos sociais da memória são instrumentos que a memória coletiva utiliza para reconstruir uma imagem do passado.

Não menos importante do que a abordagem anterior, Nora (1993) convida ao reconhecimento dos “lugares de memória”, em que esta se cristaliza e se refugia. Com efeito, segundo o autor, está ligada a um momento particular de nossa história: as Casas de Farinha, nesse sentido, são, portanto, um memorial de recordações. Nesse espaço de releitura, encontram-se os trabalhadores das tradicionais Casas de Farinha que, por razões cíclicas e distintas, passam por momentos de mudanças e adaptações ao trabalho, ao modo de vida e à tradição.

## **AS MEMÓRIAS E AS LEITURAS DE UM TEMPO**

Diante de memórias de homens e mulheres do campo, trabalhadores das casas de farinha, verifica-se um fio condutor entre o passado e o presente. Um passado que emerge com a prática da produção de farinha e um presente que se vê entrelaçado com a mesma

atividade, em uma nova rotação, em uma outra velocidade, como se um elo se fizesse entre os tempos distintos e contextos específicos.

Eu trabalho na fábrica, e se eu tiver que parar é uma tristeza na vida, é uma coisa que *você trabalha e você tem raízes*. [...] *eu tinha 9 anos de idade, para hoje eu tô com 58, quer dizer 49 anos, trabalhava para ganhar uma vasilhinha de crueira para dar comida porco, não era pagamento não, trabalhava para ganhar uma medida de cueira que hoje chama grolão. Trabalhava para ganhar cinco litro na época, e ajudava a comprar a medida de farinha. Nasci e vivi aqui na comunidade mesmo, nasceu e cresceu na comunidade na casa de farinha, toda vida a vida inteira* (Dona Zélia Soares, 58 anos, 2019, grifo nosso).

As memórias se fazem presentes nas experiências vividas, externadas na fala do entrevistado com o vocábulo “*raízes*”, fincadas lá na infância e que marcaram toda uma trajetória pessoal. Elas nascem no coletivo e constituem uma memória social, porque se compartilha com outros grupos – nesse caso, do trabalho e da família. Entre as lembranças, há uma materialização das memórias nos instrumentos que compõem a casa, a exemplo da “*vasilhinha*” – que, na métrica, condicionava uma forma de ser recompensado pelo trabalho. Apesar das dificuldades enfrentadas, as farinheiras fazem parte da vida dessas pessoas: “*você trabalha e você tem raízes*”; associam-lhes a própria continuidade, o direito pessoal de escrever sua própria história. Se pararem, a vida não tem sentido, como salienta Dona Zélia Soares (2019): é “uma tristeza na vida”. “Toda vida, a vida inteira” é outra expressão em que se reconhece a relação fortalecida com a atividade econômica em questão. Essa mesma expressão remonta às lembranças que se fazem presentes no percurso da fala.

As Casas de Farinha, como salienta Araújo (2017), são – antes de qualquer coisa – um lugar de memórias no cotidiano dos farinheiros, no qual a relação entre as coisas e os homens vai moldando a prática desse ser social. Rotulá-la como mero espaço concreto de produção é não se atentar para as significativas relações que se desenrolam a partir dela, sejam nas relações humanas, na maneira de usar as ferramentas ou no trabalho como princípio educativo, que alimenta o conhecimento repassado entre gerações.

De posse de meios de produção, coletivamente, os homens se organizam, trabalham e educam as novas gerações; o trabalho ganha sua dimensão educativa e age como princípio fundante do ser humano (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2012; SAVIANI, 2007). O mesmo conhecimento repassado entre gerações, e que fundamenta a educação voltada para o trabalho em casa de farinha, é o mesmo que vem sendo desconstruído e automaticamente rompe com a continuidade. Se ele não é repassado, pode-se inferir que a cultura pode estar comprometida, ou por ora, se não se transfere, esse conhecimento se perde ou pode ser apropriado por outras formas de produção.

No entanto, entre a sucessão e a efetiva continuidade de uma prática tradicional que advém das casas de farinha, a família não constitui mais a base da força de trabalho empregada, inserindo-se o assalariamento ou empreitada de trabalhadores temporários.

Ninguém trabalha mais na comunidade, trabalha poucas pessoas (...), os mais antigos ai aposentou acabou, filho não voltou a trabalhar, meus filhos não quer, meus netos não quer (...), não é pesado, eles acha que é pesado. Não tem mais aquele lucro que tinha. *Não tem mais aquela cultura que tinha, porque a gente tirava tudo, tudo da fábrica a gente tirava, da comida ao estudo do filho.* Tinha uns que os mais velhos aposentavam, não aguentavam mais trabalhar porque o trabalho é pesado.

*“... no começo foram tudo para a Dili [referência à Dilly, indústria calçadista presente na região], carteira assinada, e trabalhava, porque lá tem trabalho pesado igual na fábrica aqui, porque lá tem a prensa, lá tem de tudo que “noiz” tem na casa de farinha. [...] E agradecemos a Jesus Cristo muito por isso. [...] Tem o cartão, parece que é vinte e cinco reais, do ônibus que vem, deixa na porta, tem os pontos já certos... foram uma benção de Deus (Dona Maria Silva, 59 anos, 2019, grifo nosso).*

As memórias são o aporte entre o passado e o presente, e se pode inferir que, por meio delas, as contradições também são fontes de sinalizações entre ambos. Ao mesmo tempo em que o pretérito sinaliza a importância que a casa de farinha assumia antes, garantindo de tudo no sustento da família, é a mesma que trai o discurso de defesa e aponta que os filhos não querem mais trabalhar, porque acham o trabalho pesado, o que, de sobremaneira, determina a frágil continuidade da atividade por meio do trabalho familiar.

O trabalho adjetivado como “pesado” na casa de farinha é também perceptível aos olhos de quem tem seus filhos empregados pela indústria; o desgaste físico faz parte de ambos. Contudo, sob o olhar de quem vê seus filhos empregados pela indústria, o trabalho com “garantias” outras é uma forma de contradizer e, ao mesmo tempo, ceder ao impulso e à interpenetração do capital – que vai retirando aos poucos a essência do modo de vida anterior da comunidade, imprimindo-lhe novas dinâmicas e esvaindo o trabalho familiar.

Paulilo (2004) lembra que, embora no Brasil existam muitos empreendimentos que nascem com base no trabalho familiar, ressalta que não existe a categoria “trabalhador familiar” assim reconhecido como categoria profissional. Determinar sua distinção entre trabalho doméstico e trabalho produtivo é, por sua vez, descaracterizar ou empobrecer as atividades que são realizadas mediante o trabalho conjunto de membros de uma mesma família, por grau de parentescos diretos ou indiretos, e que estão atrelados a uma atividade econômica e não apenas de subsistência. Aqui, entende-se o trabalho familiar como aquele realizado por membros de uma mesma família, produzindo coletivamente enquanto ser multiplicador de um saber construído, edificado e repassado entre gerações.

Ao se deparar com a vida na comunidade de Campinhos e Simão, depois de um pouco mais de uma década, não é difícil perceber que, com o passar do tempo, a sua dinâmica

também se modificou. Tal verificação se faz precípua mediante alguns sinalizadores que naturalmente surgem entre os depoimentos.

Em relatos com os proprietários de Casas de Farinha, é comum o registro pontuado da escassez de força de trabalho a ser encontrada entre os moradores locais. As mulheres em Campinhos e Simão encontram-se inseridas em outras atividades – entre elas: o comércio, a indústria e como empregadas domésticas na cidade. Os homens seguem para a indústria, para os canteiros de obra ou em atividades agrícolas ainda presentes na região.

Os jovens não se identificam mais com a atividade e a procura pela cidade, o que lhes imprime outro modo de vida e diferentes perspectivas de futuro. Alguns jovens se dirigem à cidade em busca de capacitação profissional. A cultura demarcada pela experiência na atividade já não possui o mesmo teor de antes, dissipando também sua continuidade em gerações posteriores. Wanderley (2009) aponta que a juventude rural por muito foi desconsiderada dentro do contexto rural, apenas sendo vista como parte de uma coletividade familiar, que tinha como principal objetivo a manutenção da propriedade e a reprodução de um modo de vida já constituído. Rompendo este padrão de pensamento, a juventude deve ser compreendida como uma etapa de vida: o jovem é um ser social culturalmente construído, como sinaliza Paulo (2010).

... no meu caso a minha menina, ela estudou e agora ela ta fazendo faculdade, ela é enfermeira, quer dizer que no caso que nem a mãe dela que estudou muito pouquinho não pode fazer, então ficou difícil por isso, que no caso da gente, que “noiz” em casa foram treze filhos, e *meu pai assim além dele não ter as condições ele não tinha a mentalidade que a gente tem hoje. Hoje os meus três filhos todos os três graças a Deus, mesmo a trancos e barrancos a gente botou para aprender alguma coisa, e naquela época não tinha nada, porque as condições não dava* (Seu Antônio Lima, 63 anos, 2019, grifo nosso).

Como salienta Oliveira (2007), o processo de desenvolvimento capitalista de produção tem necessariamente que ser entendido no seio das realidades históricas concretas, ou seja, no seio da formação econômico-social capitalista. A inserção de subprodutos industrializados como matéria-prima, por exemplo, marca mudanças na forma de produção dessas comunidades – como é o caso da introdução da fécula de mandioca, que ganha entre os trabalhadores locais a ideia de “facilitador”, proveniente das grandes indústrias localizadas no sul do país.

Foi uma coisa que Deus nos iluminou, que abriu o Paraná, uma empresa do Paraná para nós aqui para ajudar *ganhar algum troquinho*, que aqui a gente não ganhava, compra a fécula na mão de outras pessoas e usa para fazer a goma, fazer polvilho. Se não é isso aí minha filia, o desemprego aqui era maior ainda. Aqui teve um rapaz, ele botou três litros de água e dois litros de água de goma, e fez cinco Kg de goma e molhou, deixou dez dias fermentando, quando ele fez, que tirou, experimentou na fábrica dele, fez os biscoito, foi a coisa mais linda o biscoito, aí essa fécula que veio de lá ele começou a ensinar o pessoal, que dava certo, e certo é esse, que já vai para seus quinze anos, a gente trabalhando com a fécula. Quando ela tá

boa mesmo é três sacos, pode lavar que é três sacos. É melhor comprar a fécula (SANTOS, 2019, grifo nosso).

Mediante tal registro, é perceptível como o capital vai inferindo suas interpenetrações. A fécula de mandioca, conforme SEBRAE (2012), é um dos derivados mais importantes, cujas múltiplas aplicações vão além do mercado interno, prestando-se à exportação pra fins industriais, atendendo à composição de produtos alimentícios e não alimentícios<sup>5</sup>.

O trabalho artesanal vai cedendo à força de trabalho que o capital se apropria e encontra um jeito de captar para si. Sem que percebam, os trabalhadores locais vão aos poucos desconstruindo o sentido do trabalho que vinha sendo repassado de geração em geração. De fato, não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas o modo de produção da vida material é que condiciona o processo de vida social, e nem sempre o homem mantém uma relação de controle sobre a natureza e os meios de produção (MARX, 2008, 1988). Para Martins (2017), a cultura carrega consigo um tempo histórico, que lentamente se dilui para ceder lugar a formas culturais descentralizadas e desprovidas dos liames de autenticidade que lhes davam sentido em outros tempos e em outras situações.

A comunidade, no que tange à questão fundiária, é constituída de pequenas propriedades, muitas vezes de pequenos sítios, terras essas que são compartilhadas entre membros da mesma família, cessão feita de pais para filhos. Como reforça Abramovay (2011), há unidade entre o negócio e a família, na pretensão de dar início à questão sucessória do empreendimento familiar, ainda que esse negócio seja a terra.

A proletarização, em função das descrições apresentadas, aparece como outro mecanismo de mudança importante: o trabalho familiar não é mais a base da força de trabalho empregada, inserindo-se o assalariamento ou a empreitada de terceiros. Há ainda a migração dos jovens em busca de trabalho, bem como o avanço do mercado imobiliário – que muda as relações previamente estabelecidas entre os moradores e a terra. De forma resumida, há um movimento de expropriação generalizado, tanto marginalizando o processo produtivo, quanto mudando as relações entre o homem e a terra – e conseqüentemente com a natureza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em uma comunidade é pensar em um lugar aprazível de se viver, um recorte da sociedade mais ampla, um lugar que converge para vínculos mais fortes entre seus

---

5 A fécula da mandioca se faz presente na produção industrial em usos diversos como papel e celulose, indústria química, têxtil, farmacêutica, bebidas, calçados, entre outros (SEBRAE, 2012).

moradores, podendo ser vista, como aponta Paulilo (2004), como um lugar de afetos, mas, sobretudo, de tradição. Ao adentrar nesse espaço de vida particularizado, é possível perceber a riqueza nas falas de quem constitui seu tempo e, provavelmente, foi espectador de múltiplas mudanças – como se num caleidoscópio a vida fosse se modificando pelas intervenções humanas precípuas e necessárias em um determinado tempo da vida –, mas também é um espaço de conflitos.

Ao certo, muitas são as fontes que podem nos conduzir para a compreensão da realidade concreta, mas a escolha ou adoção das memórias como recurso é um caminho democraticamente constituído para dar voz aos espectadores e agentes do trabalho, como elemento fundante da gênese humana. Partir do relato de “gente comum” é ratificar a tese de Hobsbawn (2013) que, ao lhe dar voz, rememora-se a história, não querendo esgotar os significados, mas tentando conferir-lhe uma valoração, explorando, por vezes uma dimensão esquecida no passado, que por ora pode passar despercebida por outras fontes tidas como exatas.

Nas memórias de homens e mulheres do campo, trabalhadores das farinheiras, que nos enriquecem a pesquisa com seu olhar distinto de quem presencia o cotidiano em sua comunidade, confirma-se que, em certa etapa do desenvolvimento, as forças produtivas materiais de cada sociedade entram em contradição com relações de produção existentes, no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então, conforme preconiza Marx (2008).

Em pouco mais de uma década, as transformações foram acontecendo; é claro que elas seriam inevitáveis. Ao tempo em que as casas de farinha trazem consigo um legado de importância para homens e mulheres do campo, a paisagem vai se modificando. Com ela, existe por ali a chamada “mão invisível do capital”, que incisivamente vai se impondo e modificando o modo de vida de tantas comunidades, da população. Assim, o tradicional modo de vida vai cedendo aos poucos a novos conceitos de se viver. Nessa transição, o que mais se torna corrompido é que não se permite a escolha, apenas se impõe. Em outras palavras, apoiando-se em Harvey (2016), a mercantilização da vida cotidiana e da reprodução social se deu em ritmo acelerado, criando um espaço complexo para a luta anticapitalista.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo, Boitempo, 2009.

- ARAÚJO, Francisco Evandro de. Os trabalhadores da farinhada e a casa de farinha como lugar de memória. **Cadernos do CEOM Cultura e sociedade**. Volume 10, nº 46, jun/2017.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Edusp, 2017.
- CARNEIRO, Maria José. “RURAL” como categoria de pensamento. **Revista RURIS**. Volume 2, número 1, março de 2005.
- CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica**, Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro, DP&A, 2002.
- FENTRESS, James. WICKHAM. **Memória Social**. Coleção Teorema, série especial. Lisboa: Teorema, 1992.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio Educativo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HARVEY, David. **As 17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a classe operária**. 6 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.
- HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996.
- LINHARES, Anny da Silva. SANTOS, Clarissa Vieira dos. “A Casa de Farinha é a minha morada”: transformações e permanências na produção de farinha em uma comunidade rural na região do baixo Tocantins-PA. **Revista Agricultura Familiar**. Belém do Pará. Nº10. P-53-56, dezembro de 2014.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- MARX, Karl. **O capital**. Livro I. vol I/tomos 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 2 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **A Classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Lidiane Lacerda de. **Perfil higiênico-sanitário das unidades de processamento da farinha de mandioca (*manihot esculenta crantz*) na região sudoeste da Bahia**. Dissertação Mestrado em Engenharia de Alimentos, Área de Concentração em Engenharia de Processos de Alimentos – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA, 2008.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH Labor Edições, 2007.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, 12 (1), 229-360, janeiro-abril-2004.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In: SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. MENEZES, Marilda. (orgs). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

PEDROZA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: a produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **Coleção O Brasil Colonial: 1720-1821**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

REZENDE, Adriano Alves de et.al. Agroindústria da Mandioca – o caminho para a sustentabilidade econômica dos beneficiadores do bairro Campinhos em Vitória da Conquista – BA. In: **SOBER Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural 47º**, Porto Alegre. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

SANTOS, Marisa O. **Sistema de produção em Casas de farinha: Uma leitura descritiva na comunidade de Campinhos – Vitória da Conquista(BA)**, 2007. 115p. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. V.12 n.34, jan/abr,2007.

SEBRAE. **Mandioca – Farinha e fécula**. Série estudos Mercadológicos. Relatório 2012. Disponível em [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/5936f-2d444ba1079c3aca02800150259/\\$File/4247.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5936f-2d444ba1079c3aca02800150259/$File/4247.pdf), Acesso em 24 abr. 2019.

SORGENTINI, Hernán. Reflexion sobre la memoria y autorreflexión de la historia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp 103-128, 2003.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. Organização de Sergio Silva e Antônio Negro. Campinas: Unicamp, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

# DIFERENTES SOCIEDADES, DIFERENTES PERSPECTIVAS: VIVENDO TEMPOS DE INTERREGNO



**MARIANA DOMITILA PADOVANI  
MARTINS**

**NÍCOLAS ESTEVAN PADOVANI  
MARTINS**

**Palavras-chave:** Desigualdade. Indústria 4.0. Sociedade 5.0. Modernidade Líquida. Interregno.

**Resumo:** Este trabalho teve por objetivo revisitar diferentes perspectivas e revisar a história recente da diversidade social, considerando as três Revoluções Industriais e seus impactos na sociedade contemporânea, assim como apresentar a Quarta Revolução Industrial, também chamada de Indústria 4.0, refletindo sobre seus efeitos na sociedade durante os próximos anos. Posteriormente, apresentou-se o cenário socioeconômico de duas regiões divergentes, planos, metas e discrepantes expectativas de desenvolvimento futuro: enquanto em um país se atribui o plano e nome de Sociedade 5.0, em outro se pretende atingir uma das várias metas elencadas pela ONU – o foco na garantia de saneamento básico para toda população. Desse modo, a pesquisa buscou dialogar com realidades diferentes, de forma que se pudesse ampliar a visão de mundo de profissionais, líderes e pessoas interessadas no desenvolvimento humano. Como principal fundamentação teórica para essa problematização, fez-se uso do conceito da Modernidade Líquida de Zygmunt Bauman (2001), por meio de uma revisão bibliográfica de livros, textos e ensaios do autor, em que enfatiza a temática da desigualdade social e do fenômeno *Interregno* entre os anos de 1999 a 2018.

**Abstract:** This article aims to review different perspectives and review a recent history of social diversity, considering three Industrial Revolutions and their impacts on contemporary society, as shown by the Fourth Industrial Revolution, also called Industry 4.0, reflecting on their effects on society over the coming years. Subsequently, it shows the socio-economic scenario of two divergent regions, their differing plans, goals and expectations for future development: while in one country the plan name Society 5.0 is assigned, in another case has as aim achieve one of several UN goals - focus on ensuring basic sanitation for the entire population. In this way, the article seeks dialogue with different realities, so that it can broaden the vision of world professionals, leaders and people with human development. As the main theoretical basis for this problematization made use of the concept of Liquid Modernity by Zygmunt Bauman (2001), through a bibliographical review of books, texts and essays by the author, which emphasizes the theme of social inequality and the phenomenon *Interregno* between the years 1999 to 2018.

**Keywords:** Inequality. Industry 4.0. Society 5.0. Liquid Modernity. Interregno.

## INTRODUÇÃO

Zygmunt Bauman (2016, p. 09) define o fenômeno contemporâneo como um Inter-regno “no qual estamos vivendo agora: um espaço e um tempo estendidos, móveis e imateriais, sobre os quais reina o princípio da heterogenia de fins, talvez como nunca antes. Uma desordem que é nova, mas ainda assim babélica”. Na nossa sociedade atual cria-se, usa-se, investe-se, gosta-se e desgosta-se, entre outros avessos e inversos, tão rapidamente quanto o ato de se trocar de roupa ou escovar os dentes.

Relacionamentos são investimentos como quaisquer outros, mas será que alguma vez lhe ocorreria fazer juras de lealdade às ações que acabou de “adquirir”? Jurar ser fiel para sempre, nos bons e maus momentos, na riqueza e na pobreza, “até que a morte nos separe”? Nunca olhar para os lados, onde (quem sabe?) prêmios maiores podem estar acenando? (BAUMAN, 2004, p. 29).

A tecnologia como um todo, suas redes sociais, assim como seus aplicativos de comunicação instantânea e imediata, medeiam e potencializam, por diversas vezes, aproximações, reaproximações e afastamentos de maneira quase que “*fast food*”. Agilizam e facilitam contatos, possibilitando, teoricamente, uma troca de ideias, conteúdos e interações muito mais abrangentes e inclusivas, uma vez que, praticamente, suporta variados contatos ao mesmo tempo. Por outro lado, também possibilita a formação constante e mais confortável de “tribos”, pois oferece para o sujeito, ou se preferirmos “o usuário”, um banquete de dispostos selecionadores, simplificadores e, se necessários, limitados no tempo (com prazos de validade, pois em algum momento não servirão mais, pois estarão desatualizados). É simples e rápido, principalmente por meio da tecnologia – como exemplo no caso das mídias sociais, adicionar, curtir, comentar, compartilhar e postar somente aquilo ou aqueles que são “parecidos com você”. A “identificação” e “personalização” prevalecem frente o mundo de diversas possibilidades, percepções e perspectivas.

O novo atrai, porém, o diferente pode dar trabalho, exige um esforço maior. O mundo globalizado, ao invés de parecer cada vez maior, reduz-se num formato cada vez menor e compacto, leve, praticamente cabendo no bolso, num formato de celular.

Frente ao cotidiano de nossa sociedade e seus desafios na contemporaneidade – definida por Giorgio Agamben (2009, p. 59) como “uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias [...]”, pode-se considerar que, no contexto organizacional, por exemplo, presenciamos a rotatividade dos funcionários dentro de muitas empresas onde muitos rapidamente sentem-se desvalorizados, desmotivados, desrespeitados, entre outros “des”, que, ao sentirem-se assim, partem para a

solução mais prática e rápida, que, certamente, neste mundo contemporâneo, é a de sair do emprego atual e buscar outros ambientes, oportunidades.

Portanto, para tentar entender os sujeitos contemporâneos, ainda usando-se da reflexão de Agamben (2009, p. 59), poderíamos afirmar que “não são contemporâneos”, justamente “aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, [...] e exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela.”

Assim, compreender a essência do funcionamento da sociedade atual, assim como seus protagonistas sociais enquanto indivíduos de direitos e deveres, inseridos em um estado de Interregno, faz-se importante para refletir e tomar decisões pessoais e ou profissionais frente aos desafios das transformações e últimas revoluções comportamentais, tecnológicas e industriais. Isso porque permite lapidar o olhar humanista, tão necessário em processos de variados segmentos.

## REFUGOS HUMANOS E DESIGUALDADE SOCIAL

No livro “Vidas Desperdiçadas”, Bauman (2005), assim como em outros livros, por exemplo, “Globalização” (1999), “Vida para o consumo” (2008), “A ética é possível num mundo de consumidores?” (2011), “A Riqueza de poucos beneficia todos nós” (2015), discute sobre problemáticas relacionadas à Desigualdade Social. O autor mostra-se bastante preocupado com os significativos impactos das constantes transformações das nossas aceleradas sociedades, segundo ele advindas do fenômeno da Modernidade Líquida<sup>1</sup>. Bauman (2015) salienta que esses impactos não são somente reflexos da Globalização, como também das mudanças políticas e comportamentais das esferas sociais, dentro da lógica do consumo.

Em outros textos, Bauman (2005, 2011, 2017 e 2018) fala sobre os “refugos humanos” e de como são descartados nas “latas de lixo” destas esferas sociais.

A produção de “refugo humano”, ou, mais propriamente de seres humanos refugados (os “excessivos” e “redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. (BAUMAN, 2005, p. 12)

---

1 Em 2001, Zygmunt Bauman desenvolveu o conceito de Modernidade Líquida e Sólida através da Metáfora do Líquido, dizendo que: “O que os distingue dos sólidos [...] é que eles não podem suportar uma força tangencial ou deformante quando imóveis e assim sofrem uma constante mudança de forma quando submetidos a tal tensão” (Bauman, 2001, p.07).

Deste modo, cabe a profissionais e pessoas de nossas sociedades atuais refletirem sobre esses excluídos – esses que também são sujeitos sociais, mas que muitas vezes se tornam invisíveis aos olhos de uma parcela da população. Cabe refletirem se esses sujeitos sociais, indivíduos de direitos e deveres, sentem-se de fato indivíduos dentro ou mesmo fora de uma sociedade.

Imaginar, portanto, como eles – os excluídos, os diferentes, os que deveriam ter o mesmo que outros têm – se reconhecem, como se enxergam dentro de uma sociedade líquido-moderna, em que, segundo Bauman (2008), os sujeitos, sem poder de consumo, são descartados, eliminados, bloqueados.

## REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS E A INDÚSTRIA 4.0

Muitos foram os impactos causados na sociedade contemporânea através do advento das revoluções industriais ocorridas durante os últimos três séculos. Apesar de cada episódio possuir seus pontos de destaque e relevância, todas as mudanças no cenário industrial mutuamente tiveram seu foco voltado para o constante aumento de eficiência no processo produtivo.

Destacam-se nesse período o surgimento de três principais sistemas produtivos industriais, sendo eles o Taylorismo, Fordismo e o Toyotismo; sistemas que originaram conceitos presentes no modelo industrial atual: a racionalização da produção, divisão de postos de trabalho, hierarquização das relações produtivas, jornada de trabalho, produção em massa, especialização de etapas do processo produtivo, metodologia *just in time* (produção sob demanda), terceirização de processos produtivos, dentre tantos outros.

Sabe-se que a Revolução Industrial marcou um período de desenvolvimento na segunda metade do século XVIII que transformou sociedades agrárias e europeias em grande parte da Europa e América em sociedades urbanas industrializadas.

Em 1765, após um lento período de protoindustrialização (atividade de fabricação rural, doméstica e sazonal), iniciou-se a primeira revolução, que se estende do final do século XVIII ao início do século XIX. Nela esteve presente o surgimento da mecanização, um processo que substituiu a agricultura pela indústria como fundamento da estrutura econômica da sociedade.

Já em 1870, quase um século depois, no final do século XIX, iniciou-se a segunda revolução industrial, na qual, com o advento de novos avanços tecnológicos iniciou-se o surgimento de uma nova fonte de energia: eletricidade, gás e petróleo. Como resultado, o

desenvolvimento do motor de combustão decidiu usar esses novos recursos em todo o seu potencial. Os métodos de comunicação também foram revolucionados com a invenção do telégrafo e do telefone, assim como os métodos de transporte, com o surgimento do automóvel e do avião no início do século XX. Todas essas invenções foram possíveis através da centralização da pesquisa e do capital estruturado em torno de um modelo econômico e industrial baseado em novas “grandes fábricas” e nos modelos organizacionais de produção, conforme previsto por Taylor e Ford.

Na segunda metade do século XX, uma terceira revolução industrial apareceu com o surgimento de um novo tipo de energia, cujo potencial superava seus antecessores: a energia nuclear. Essa revolução testemunhou a ascensão da eletrônica – com o transistor e o microprocessador – mas também a ascensão das telecomunicações e dos computadores. Para a indústria, essa revolução deu origem à era da automação de alto nível na produção, graças a duas grandes invenções: autômatos – controladores lógicos programáveis (PLCs) – e robôs.

Nesse sentido, devemos compreender que a primeira revolução industrial usou água e vapor para mecanizar a produção, a segunda usou energia elétrica para criar produção em massa e a terceira usou eletrônica e tecnologia da informação para automatizar a produção. Hoje está em andamento uma quarta revolução industrial, que se baseia na terceira e na revolução digital, que ocorre desde meados do século passado. Esta quarta revolução, com expansão exponencial, é caracterizada pela fusão de tecnologia, que obscurece as linhas entre as esferas física, digital e biológica para arrancar completamente as indústrias em todo o mundo. A extensão e a profundidade dessas mudanças são um sinal de transformações em sistemas inteiros de produção, gerenciamento e governança.

A revolução da Indústria 4.0 leva em consideração aspectos importantes do ponto de vista tecnológico, industrial e do ponto de vista social. Os chamados *Cyber Physical Systems* (CPS) estão se tornando cada vez mais importantes neste contexto, isto é, a rede de sistemas embarcados que interagem com outros dispositivos semelhantes e com os outros na internet. Juntamente com o aumento da automação no setor, o desenvolvimento de monitoramento inteligente e processos de tomada de decisão autônomos são particularmente importantes para poder otimizar processos e adicionar valor em toda a cadeia de suprimentos quase em tempo real. Desse modo, ela abordará e criará soluções para alguns dos desafios que o mundo enfrenta atualmente, como eficiência energética e de recursos, produção urbana e mudanças demográficas. Os sistemas de assistência inteligente liberam os trabalhadores de ter que executar tarefas rotineiras, permitindo que se concentrem em atividades criativas e de valor agregado.

## JAPÃO E A SOCIEDADE 5.0

De acordo com o site oficial do governo japonês, a Sociedade 5.0 representa a 5ª forma da sociedade em nossa história humana, seguindo cronologicamente a caça, a agricultura, a indústria e as informações. A Quarta Revolução Industrial está criando novos valores e serviços, um após o outro, trazendo uma vida mais rica a todos.

A Sociedade 5.0 é uma revolução sutil, pouco conhecida, que se inicia no Japão, e aos poucos toma corpo pelo mundo. Em 2016, foi decretado pelo governo japonês o 5º Plano Básico de Ciência e Tecnologia, com o objetivo de impulsionar a inovação e a internacionalização. Um dos pontos chave desse plano é evoluir de uma sociedade comum, para uma sociedade superinteligente, trazendo à tona não somente pontos industriais e empresariais, mas também de vida comunitária.

Para entender de modo mais amplo a Sociedade 5.0, é importante compreender os fatores básicos das outras quatro sociedades denominadas. A primeira é a da sociedade de caça e coleta, em que tudo se inicia através do primeiro contato do ser humano com a natureza, o qual realiza toda criação e cultivo a partir da sua própria existência. Posteriormente, a segunda é a sociedade da agricultura, em que pequenas cidades são formadas, pessoas passam a possuir residência fixa, deixando de ser nômades e realizam o plantio como forma de sustento. É nesse momento que se inicia também o conceito de troca e compartilhamento. A terceira é a sociedade industrial, em que, através do surgimento das máquinas, a produção em massa passou a dominar as cidades, gerando novos empregos, uma crescente revolução na formação social. Por último temos como quarta sociedade a da informação, vigente até então, em que as informações chegam cada vez mais rápidas, e as tecnologias vão cada vez mais longe, com o advento prático de conceitos de internet das coisas, inteligência artificial, robótica, entre outros.

Diferente da indústria 4.0, em que o foco é melhorar a eficiência do processo industrial através de tecnologias interligadas e sensores de auto monitoramento, o plano da Sociedade 5.0 consiste em uso de tecnologias inteligentes a serviço da sociedade, levando em consideração as pessoas que ali vivem e como elas podem usufruir obtendo qualidade de vida. Em 2017, o primeiro ministro do Japão, Shinzo Abe, declarou durante Conferência Internacional do Futuro na Ásia que a essência da Society 5.0 é que será possível obter rapidamente a solução mais adequada que atenda às necessidades de cada indivíduo.

## OUTRAS SOCIEDADES, OUTRAS PERSPECTIVAS

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu o acesso à água e ao saneamento básico como um direito universal. Desde então, os países membros precisam trabalhar para que as pessoas tenham acesso a estes direitos até 2030. A meta, no entanto, parece distante.

Segundo a ONU, o crescimento populacional, a urbanização, a pobreza, a desigualdade social e a falta de acesso à educação e trabalho são os principais fatores que levam à falta de água. Além da diferença entre os países mais ricos e pobres, discrepâncias significativas no acesso à água existem mesmo dentro dos países, especialmente entre os ricos e os pobres. Nas áreas urbanas, os desfavorecidos alojados em acomodações improvisadas sem água corrente muitas vezes pagam de 10 a 20 vezes mais do que seus vizinhos em bairros mais ricos por água de qualidade semelhante ou menor comprada de vendedores de água ou caminhões-pipa.

Segundo a revista Forbes, um terço da população mundial ainda não tem acesso a instalações sanitárias adequadas, de acordo com um estudo feito pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em parceria com a Unicef. Existem cerca de 2,4 bilhões de pessoas que não possuem meios de separar os resíduos do contato humano e esse número indica que uma das Metas de Desenvolvimento do Milênio falhou com 700 milhões de pessoas. As piores situações de saneamento público são encontradas na África – e de todos os 12 países com o menor número de banheiros por pessoa, apenas um não é africano: Papua Nova Guiné, na Ásia. O recém-independente Sudão do Sul é o que está em pior situação: apenas 6,7% da sua população de 8,3 milhões de habitantes possui acesso a um banheiro.

A desigualdade tem aumentado em todo o mundo há várias décadas. Alguns países reduziram o número de pessoas que vivem em extrema pobreza, mas as disparidades econômicas continuaram a crescer como os níveis de riqueza sem precedentes mais ricos. Entre os países industrializados, os Estados Unidos são de longe os mais pesados, com participações muito mais altas da riqueza e renda nacionais chegando aos 1% mais ricos do que qualquer outro país, afirma a revista *Ecological Society of America*.

## CONSIDERAÇÕES

Viver tempos de Interregno entre diferentes sociedades, e consequentes diferentes perspectivas, lidando constantemente com as incertezas é, segundo Bauman (2008), viver

uma vida líquida, que está condicionada a mudanças constantes, frente a necessidade do desenvolvimento de novas capacidades e habilidades para sobreviver e adaptar-se no mar de possibilidades e incertezas geradas pelas diversas áreas da vida.

A liquidez da vida e da sociedade se alimentam e se revigoram mutuamente. A vida líquida, assim como a sociedade líquida-moderna, não pode manter a forma ou permanecer por muito tempo. [...] as realizações individuais não podem solidificar-se em posses permanentes porque, em um piscar de olhos, os ativos se transformam em passivos, e as capacidades, em incapacidades. As condições de ação e as estratégias de reação envelhecem rapidamente e se tornam obsoletas antes de os atores terem uma chance de aprendê-las efetivamente (BAUMAN, 2009, p.07).

A Modernidade Líquida é caracterizada por uma série de elementos que são percebidos pela sociedade e seus grupos relacionais como positivos ou negativos, dependendo do contexto e de quem a interpreta. O individualismo, composto logicamente pelo conhecido egoísmo, seria um deles. A individualidade também, o que ressalta a valorização do ego enquanto sujeito e não coisa. Quando falamos em Individualismo no século XXI, logo nos deparamos com as diferenças entre os sujeitos sociais, entendendo como diversidade questões e características não simplesmente culturais-comportamentais, mas também as diferenças étnicas e nacionalistas.

A questão é que infelizmente o individualismo impera em uma grande rede de situações. Desse modo, o mundo fica cada vez mais despreparado para enfrentar interações que envolvam o coletivo e que necessitem de respeito às diversidades, levando muitas vezes a momentos de conflitos e barbáries.

Por outro lado, a Modernidade Líquida de Bauman e sua análise do fenômeno do Interregno também acreditam na força dos aspectos positivos que caracterizam o atual contexto.

No meio do túmulo, muros, egos exacerbados, banalidade e medo, há também a necessidade dos laços humanos para gerar segurança e proximidade. Mesmo em tempos de Quarta Revolução Industrial, em que a robotização imperará constantemente, Bauman (2018) apresenta algumas perspectivas dialógicas interessantes, defendendo a importância do caminho da sensibilidade humana, por meio das necessidades de comunicação entre os sujeitos. Permite-nos considerar, portanto, o reaprender a “conversar”. O reaprender a olhar de forma interessada para o outro. Um reaprender de valores desinteressados do “ter” e mais alimentados de atributos do “ser”.

Seja dentro da indústria ou fora dela, faz-se e continuará se fazendo importante e elemento diferencial a capacidade da socialização humanizada, empática, e nada individualista. Isso nos diferenciará naturalmente e radicalmente dos “robôs”.

## REFERÊNCIAS

ABE, Shinzo. **How students are being prepared for Society 5.0**. Globaljapan. Disponível em: <https://www.globaljapan.world/article/japan-leads-world-in-education-for-society-5-0/>. Acesso em 01 de janeiro de 2020.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

\_\_\_\_\_. **Babel**. Entre a incerteza e a esperança. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

\_\_\_\_\_. **A riqueza de poucos beneficia todos nós?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.

\_\_\_\_\_. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Parasitário: e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

\_\_\_\_\_. **A arte da Vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. **Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FORBES. MCCARTHY, Niall. **12 países com menos saneamento básico no mundo**. Julho 2015. Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2015/07/12-paises-com-menos-saneamento-basico-no-mundo/> Acesso em 05 de janeiro de 2020.

Globo.com. **Falta de acesso à água afeta bilhões e provoca aumento de conflitos no mundo, diz relatório da ONU**. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/03/18/falta-de-acesso-a-agua-afeta-bilhoes-e-provoca-aumento-de-conflitos-no-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>. Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

Sentryo. **The 4 industrial revolutions**. 2017. Disponível em: <https://www.sentryo.net/the-4-industrial-revolutions/>. Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

Society 5.0. Disponível em: <https://www.gov-online.go.jp/cam/s5/eng/>. Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

Sarvajayakesavalu, S. 2015. **Addressing challenges of developing countries in implementing five priorities for sustainable development goals**. Ecosystem Health and Sustainability 1(7):24. <http://dx.doi.org/10.1890/EHS15-0028.1>

## DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ÓTICA DE CRIANÇAS: DILEMAS DO SÉCULO XXI



**NAKSON WILLIAN SILVA OLIVEIRA**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**SILVIA REGINA MARQUES JARDIM**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**Resumo:** O capítulo compartilha um recorte dos resultados de pesquisa de mestrado que buscou estudar como crianças com idade entre 5 e 6 anos lidam com as diferenças de gênero e como elas compreendem os lugares e papéis atribuídos a meninos e meninas no que diz respeito a habilidades e atividades do mundo de trabalho. A base teórica para o desenvolvimento desse texto está nos estudos feministas e de gênero que ajudam a pensar que habilidades e aptidões são construções históricas e sociais naturalizadas por meio dos mais diversos processos educativos presentes, por exemplo, na família e na escola. Para atingir os objetivos, foi realizada uma pesquisa em uma instituição municipal de educação infantil localizada em Vitória da Conquista, interior da Bahia. Para a produção dos dados empíricos, utilizamos o método etnográfico, combinado com técnicas de observação participante e registros em diário de campo. As observações participantes na escola foram realizadas diariamente, durante três meses, ou seja, durante o semestre letivo completo. Os resultados evidenciaram a fixidez das questões sociais de gênero, demonstradas nas falas e nos modos como as crianças interagem umas com as outras; na organização de pares e

grupos; durante as brincadeiras e usos de brinquedos preferidos; nas brincadeiras durante o recreio. No entanto, além de vivenciarem e evidenciarem as normas, os resultados também revelaram subversões a algumas normas baseadas na diferença sexual, mas de forma muito limitada. A pesquisa ainda revelou que os sutis mecanismos que operaram por meio da prática da professora da turma mostraram-se como contribuições para a continuidade das concepções e práticas sexistas entre as crianças da turma.

**Palavras-chave:** Relações sociais de Gênero. Educação Infantil. Meninos e meninas na escola.

**Abstract:** The article shares a snippet of the master's research findings that sought to study how children aged 5 to 6 years deal with gender differences and how they understand the roles and roles assigned to boys and girls with regard to skills and activities. from the working world. The theoretical basis for the development of this text is in feminist and gender studies that help to think that skills and aptitudes are naturalized historical and social constructions through the various educational processes present, for example, in the family and school. To achieve the objectives, a research was conducted in a municipal early childhood education institution located in Vitória da Conquista, Bahia. For the production of empirical data, we used the ethnographic method, combined with participant observation techniques and field journaling. Participating observa-

tions at the school were conducted daily for three months. The results showed the fixity of social gender issues, demonstrated in the speeches and ways in which children interacted with each other; in the organization of peers and groups; during play and use of favorite toys; playing games during recess. However, in addition to experiencing and highlighting norms, the results also revealed subversions to some norms based on sexual difference, but to a very limited extent. The research also revealed that the subtle mechanisms that operated through the practice of the class teacher proved to be contributions to the continuity of sexist conceptions and practices among the children of the class.

**Keywords:** Social relations of gender. Child education. Boys and girls.

## INTRODUÇÃO

Apresentamos, no presente texto, um recorte de pesquisa de mestrado que buscou verificar e compreender como as crianças lidam com as diferenças de gênero no seu processo de socialização e de educação, transgredindo ou internalizando as normas de gênero. O objetivo é compartilhar como as crianças, por meio de brincadeiras, brinquedos e falas, pensam a respeito das relações de trabalho e profissões.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa de cunho etnográfico que teve por objetivo, por meio de observações participantes durante um semestre letivo, estudar o cotidiano de crianças, com idade entre 5 e 6 anos, matriculadas em uma instituição municipal de educação infantil, localizada em Vitória da Conquista, interior do estado da Bahia. A turma de educação infantil era composta por 22 crianças, sendo 13 meninos e 9 meninas. Por questões éticas, os nomes das crianças foram substituídos por nomes de flores.

Gênero é importante categoria de análise das relações sociais e surge dentro de um campo de estudos feministas durante o século XX. Olhar para o gênero nos permite entender como os indivíduos vão se tornando mulheres e homens conforme as expectativas sociais. Os processos de tornar-se mulher ou homem têm todo um apoio da sociedade que, com seus diversos mecanismos, vai homogeneizando e padronizando os indivíduos. Nesse processo de padronização, atuam, por exemplo, a família, as comunidades, as igrejas, as instituições escolares, a mídia, etc. que legitimam e naturalizam os comportamentos.

Informando a essência de ir contra esse tipo de argumentação implicada à biologia, Louro (2012) ressalta o quão é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas sim que o que se diz sobre elas é que vai construir, efetivamente, o que é masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para se compreender “o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar

não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos” (p. 25). Para a autora, não se trata de negar a materialidade dos corpos, mas assumir que é no interior da cultura e de uma cultura específica que características biológicas adquirem significados. Por essa óptica, aprendemos a ser homens e mulheres e aceitar como naturais as relações de poder entre os sexos. Se os gêneros são construções histórico-culturais, os modos de viver a masculinidade e a feminilidade são variáveis, e, nesse sentido, não existe apenas uma maneira de ser masculino e outra maneira de ser feminino, mas sim existem múltiplas formas. Entendemos, ainda, que estudar gênero carrega uma pluralidade de significados e também marcas sociais de classe social, raça/etnia, sexualidade, geração, religião, origem geográfica.

Assim, autoras como Louro (2012) e Meyer (2010) confirmam que trazer a categoria gênero para o debate sobre as relações sociais permite perceber que os indivíduos têm direito à diversidade e que ser diferente não deve ser motivo para desigualdades e preconceitos; estudar o conceito de gênero tem desdobramentos políticos e teóricos; pois está ligado diretamente à história das tensões, das transformações e das lutas pelo direito à diversidade.

Lembramos, ainda, que os diversos movimentos de mulheres ao longo da história e a consolidação dos estudos de gênero a partir do século XX têm contribuído significativamente para a superação de preconceitos de gênero. Porém, entramos no século XXI com muitos desafios, como exemplo, o feminicídio e as tensões nas relações de trabalho, como o assédio moral e sexual. Notamos ainda que atividades ligadas ao cuidado no âmbito doméstico e familiar ainda são quase que exclusivamente femininas. É importante lembrar que essas desigualdades, que são também construções sociais e produzidas ao longo do tempo, são possíveis de transformação e, portanto, podem ser subvertidas.

Para alcançarmos os objetivos, empregamos o método etnográfico, e como técnica optamos pela observação participante combinadas com o diário de campo. O intuito foi investigar não apenas o que é dito ou escrito sobre relações sociais de gênero entre crianças, mas compreender “por meio delas” como essas relações são construídas.

De acordo com Minayo (2009), a observação participante pode ser definida como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social e se coloca em relação direta com seus interlocutores, participando da vida social. O “observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvidas, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente” (MINAYO, 2009, p. 70).

As situações apresentadas a seguir apresentam algumas interferências (em forma dos porquês) para as interlocutoras em momentos de brincadeiras. Esses questionamentos

foram feitos com intenção de estender as falas das crianças, sempre quando falavam ou faziam algo que estava ligado às relações de gênero.

A brincadeira, para Pereira e Oliveira (2016), é compreendida como uma linguagem utilizada pelas crianças para se expressar e se comunicar durante a infância, e tem grande importância no seu desenvolvimento social, afetivo e intelectual. Além disso, por meio das brincadeiras, elas imaginam, criam e recriam situações outrora vividas em suas vidas e dão sentidos e conotações semelhantes ou diferentes a cada experiência.

Para Oliveira e Tebet (2010), um objeto utilizado na brincadeira não perde suas características, mas pode ser transformado e ressignificado pelo imaginário infantil. Para as autoras, existe uma forma quase que universal para o desenvolvimento de certas brincadeiras, um “padrão lúdico”, mas existem variações quando consideramos os aspectos sociais, econômicos, éticos, de gênero, geracionais. Heilborn e Carrara (2009) complementam que

Ousar transgredir tais delimitações pode colocar o/a estudante em posição desfavorável diante do grupo, tornando-se, possivelmente, alvo de manifestações preconceituosas em relação a sua sexualidade. E o preconceito recai de forma mais insidiosa sobre os meninos e rapazes que transgridem essas regras, considerando-se que atualmente é mais comum meninas assumirem atividades que até pouco tempo eram exclusivamente masculinas do que meninos e rapazes se ocuparem de afazeres percebidos tradicionalmente como femininos. Uma menina jogar futebol causa tanto estranhamento quanto um menino brincar de boneca ou de casinha em meio às panelinhas e o minifogão? (HEILBORN; CARRARA, 2009, p. 50).

Uma das constatações na sala de aula da turma pesquisada é a separação de brinquedos para meninos e meninas. Ao fundo da sala, encontra-se um armário chamado “armário de brinquedos das meninas”, e nele há livros sem uso, todos os brinquedos das meninas e também os teclados de computadores e telefones que meninos e meninas costumam brincar sem nomeá-los como sendo de menino ou de menina. Ao lado do armário, encontra-se também um grande balde azul que as crianças chamam de “balde de brinquedos dos meninos”. Nesse balde, são guardados brinquedos como Transformers, carros, aviões e muitos bonecos.

Ainda sobre os brinquedos, havia um capacete amarelo que transita entre a prateleira de brinquedos das meninas e o balde de brinquedos dos meninos. Esse brinquedo costumava ser utilizado tanto pelos meninos quanto pelas meninas, sem que julgassem como brinquedo de determinado gênero. No entanto, na maioria das vezes, o capacete sempre aparecia nas brincadeiras entre os meninos. Caliandra, ao escolher esse brinquedo, assim se manifestou:

Caliandra: *-Gostou do meu capacete?*

Pesquisador: *-Muito legal o seu capacete de engenheira.*

Caliandra: *-Isto é um capacete de bombeiro.*

Pesquisador: *-Mas você pode brincar de ser uma engenheira também, se quiser. As mulheres engenheiras usam capacetes iguais a esse para trabalhar.*

Caliandra: *-O que é uma engenheira?*

(foi necessário explicar sobre a profissão)

Caliandra: *-Então, eu vou brincar de ser engenheira e vou construir um shopping!*

Diário de Campo, 20/03/2018).

Caliandra, imediatamente, após saber sobre a possibilidade ser uma engenheira e ter aprendido um pouco sobre a profissão, direcionou-se ao balde de brinquedo dos meninos, pois já sabia que lá tinha uma pá. Ao pegar a pá, fez questão de voltar para mostrá-la e dizer que iria construir um shopping. Essa brincadeira mostrou-se como a única situação em que uma menina desejou e ousou atravessar as fronteiras de gênero ao brincar inicialmente de ser bombeira (que na fala de Caliandra apresentou-se no masculino) e, posteriormente, de ser engenheira.

De acordo com Leite, Feijó e Chiés (2016), nas brincadeiras que inventam, meninos e meninas demonstram que os papéis de gênero vão sendo delineados muito cedo, embora na infância seja muito possível transgredi-los. No entanto, a característica de transgressão parece ser uma manifestação típica de um momento de vida e logo será abandonada em face das convenções sociais pautadas por uma visão de ciência e por determinações sociais que normatizam lugares, comportamentos e formas de ser específicos para meninos e meninas, homens e mulheres.

Para Auad (2005), as crianças estão, a todo momento, experimentando diferentes formas de brincadeiras, buscando novos prazeres, fazendo coisas por possuírem curiosidade e vontade de conhecer. Além disso, à medida que meninas e meninos transgridem o que é pré-determinado para cada gênero, mostram que a instituição de Educação Infantil pode ser um espaço propício para o não sexismo, desde que valorize as diferenças sem reforçar estereótipos.

Dentre a variedade de brinquedos e objetos que as crianças adaptavam como brinquedos, havia também uma grande caixa plástica cheia de peças de um brinquedo chamado por elas de “Monta monta”. A professora utilizava esse brinquedo para o momento reservado ao “brincar”. Por meio das criações e brincadeiras individuais ou coletivas com o Monta monta, surgiram papéis bem definidos para homens e mulheres, meninos e meni-

nas, como exemplo: trabalho, funções, aptidões, cenas familiares, dentre outras representações.

Entre as peças do brinquedo de montar, havia peças que representavam a figura feminina e outras que representavam a figura masculina. Essas peças eram bem disputadas entre as crianças, visto que a quantidade era bem limitada devido ao número de crianças que havia na sala e se interessavam pelas peças. Havia também algumas peças que representavam suspensões de carros e rodinhas, sendo essas também muito disputadas quando utilizadas principalmente pelos meninos ao criarem praticamente todos os seus brinquedos. As demais peças eram basicamente blocos quadrados e retangulares. Identificamos também que as peças que representavam o rosto feminino costumavam ser consideravelmente menos desejadas pelos meninos quando construía seus brinquedos. Isso não quer dizer que eles não brincavam com essas peças, mas podemos afirmar que elas, em diversas situações, foram usadas em segundo plano, quando não havia mais peças disponíveis da figura masculina.

Dentre os registros, verificamos uma situação de conflito envolvendo dois meninos que brincavam de montar brinquedos. Coleus, que estava fazendo um trator, estava chorando por causa de uma peça de rosto masculino que seu colega não quis dar para ele. Havia peças semelhantes sobrando na mesa (entretanto, as peças representavam o rosto feminino) e foi pedido para Coleus utilizar no trator dele:

Crino: - *Eu não vou dar as peças para ele, Tio. Eu peguei primeiro!*

Pesquisador: - *Por que você não quer usar essas peças, Coleus, já que estão sobrando na mesa e serve para você colocar no seu brinquedo?*

Coleus: - *Eu não quero essas meninas aí.... Eu quero um menino.*

Pesquisador: - *E qual o problema em você usar estas?*

Coleus: - *Mas menina não sabe dirigir trator!*

Pesquisador: - *Por que você acha que meninas não sabem dirigir trator?*

(Diário de Campo, 22/03/2018)

Coleus não respondeu e, além de não querer utilizar a peça que representava o rosto de uma menina, desmanchou o trator que havia construído, abaixou a cabeça sobre a mesa e continuou chorando.

O que Coleus colocou em evidência, quando recusou utilizar uma peça da figura feminina como motorista de trator, foi também repetido por outros meninos quando construía carros, caminhões, tratores e aviões por meio desse brinquedo. Cabe ressaltar que as meninas também manifestavam esse tipo de pensamento em relação à mulher e à

habilidade de dirigir ou pilotar. A ideia de que a mulher é incapaz de dirigir ou pilotar esteve imbricada na concepção da maioria das crianças e foi observada em diversos momentos.

Gerânio, por exemplo, montou um carro com uma mulher dirigindo e outras duas no banco de trás do carro. Segundo ele, as mulheres estavam de férias e decidiram viajar para uma praia. O carro teve a motorista substituída por um homem após ele ganhar de Agerato uma peça que representava o rosto masculino. A mulher, que antes estava dirigindo, foi colocada no banco de trás. O motivo da substituição foi justificado da seguinte forma:

Pesquisador: - *Por que você tirou a mulher que estava dirigindo e colocou um homem no lugar?*

Gerânio: -*Porque o homem dirige melhor que ela.*

Pesquisador: -*Mas ela estava dirigindo bem?*

Gerânio: -*Estava. Mas as mulheres ficam “bambeando” no volante, e agora que ele está dirigindo o carro não vai mais “bambea”.*

(Diário de Campo, 19/04/2018).

Em outra situação, Agerato apresenta o brinquedo criado, um avião com um piloto à frente e uma mulher no assento traseiro:

Pesquisador: -*A mulher que está no avião também sabe pilotar?*

Agerato: -*Sabe, mas não sabe muito.*

Pesquisador: -*E por que ela não sabe muito?*

Agerato: -*Não sabe porque toda vez que ela pousa quebra o avião. Na hora que o pneu do avião bate no chão o avião quebra.*

Pesquisador: -*E o homem que está pilotando o avião? Como ele pilota?*

Agerato: -*Aah... Ele sabe.*

(Diário de Campo, 19/04/2018).

Em outro momento, a situação se repete. Amarílis montou um carro, com um homem dirigindo e uma mulher no banco de trás.

Pesquisador: - *Quem são essas pessoas no carro?*

Amarílis: - *Não sei. Inventei.*

Pesquisador: - *Por que o homem está dirigindo e não ela?*

Amarílis: - *Ela só vai andar de carro... Ela não sabe dirigir.*

(Diário de Campo, 27/03/2018).

Almeida *et al.* (2005), ao refletirem sobre as relações de gênero no âmbito do sistema de trânsito, mostram que, no Brasil, ainda persiste um modelo que reforça a submissão da mulher e é propagada de geração em geração. Para esses autores, tem-se conhecimen-

to de que há uma ideologia que difunde um perfil feminino dócil, submisso e obediente, uma mulher dedicada apenas às funções maternas. Essa é uma representação da dominação masculina, que tem sido apresentada como natural principalmente nas relações do trânsito. O trânsito exige, por exemplo, pensamento lógico e rapidez nas ações, e essas características – por uma lógica social e histórica – são incompatíveis com a mulher. Logo, profissões ligadas a lidar com veículos diversos são de ordem masculina.

Até meados do século passado, dirigir um carro era uma atividade que pertencia apenas aos homens. E é incrível como nos dias atuais predominam concepções tão estereotipadas quando se trata da capacidade das mulheres ao dirigir. Incrível também é imaginar que nem mesmo a ideia tão difundida de que as mulheres são mais detalhistas, atenciosas, cuidadosas e delicadas conseguiram dar a elas a visibilidade e o reconhecimento de estarem em nível igual ou superior aos homens quanto à capacidade de dirigir.

Cosmos, com as peças, fez um canhão com um soldado “atirador”. Caliandra e Maia construíram um “avião cama”, pilotado por um homem. O “avião cama” possuía muitos quartos individuais ocupados por pessoas de uma família que estavam viajando nele e, no último quarto, estava o casal dormindo junto. Em outro grupo, ao pedir para as crianças apresentarem a criação com as peças, Oleandro mostrou o seu avião que estava levando uma família:

Pesquisador: - *Quem é esse homem que está no avião?*

Oleandro: -*É o pai desta família.*

Pesquisador: -*Quem são as pessoas desta família?*

Oleandro: -*Este que está pilotando é o pai. Estes atrás são os filhos. Só a mãe que não está.*

Pesquisador: - *Por que a mãe não está no avião?*

Oleandro: -*Ela ficou fazendo as coisas em casa.*

Pesquisador: -*Quais coisas?*

Oleandro: -*Lavando as roupas dos filhos.*

(Diário de Campo, 23/04/2018).

Sinécio criou um posto de combustíveis, e nele havia três peças que representavam o rosto masculino. No centro da mesa, havia peças que representavam o rosto feminino. Ao ser questionado, eis sua explicação:

Sinécio: - *Esses aqui são os homens que trabalham neste posto vendendo gasolina pra colocar nos carros.*

Pesquisador: - *E quem são essas mulheres que estão na mesa?*

Sinécio: - *Essas aí são as mulheres dos homens que trabalham no posto.*

Pesquisador: - *Por que elas também não trabalham no posto com os seus maridos?*

Sinécio: - *Não... Elas “não trabalham”. Elas fazem as coisas em casa e cuidam dos filhos.*

(Diário de Campo, 27/03/2018).

A fala de Sinécio é muito típica em nossa sociedade quando nos referimos à divisão de papéis sociais; o trabalho doméstico não é considerado trabalho e é de responsabilidade da mulher. Whitaker (1988), ao tratar da situação da mulher na sociedade moderna, chama a atenção para o fato de que

Milhões ainda são prisioneiras do lar, porém, há que se reconhecer que milhões se libertaram. Não totalmente, é claro, já que não se resolveu, para a grande maioria, o dilema do cotidiano: conciliar o cuidado dos filhos, as tarefas domésticas e o mundo do trabalho fora de casa. Para a grande maioria, a profissão fica em segundo plano. E não se pode culpá-las. São responsáveis pelo funcionamento do lar, e no caso brasileiro, a sociedade não lhes oferece alternativas que permitam ao lar funcionar normalmente sem que para isso precise se esgotar de tanto trabalhar. Há também mulheres que por razões variadas, não conseguem sequer buscar ou obter trabalho fora de casa: uma poderosa força, que nem sempre é a dominação do marido, impede-as de ‘abandonar’ a casa (WHITAKER, 1988, p. 13).

Em comemoração ao Dia do Índio, a professora planejou as aulas da semana com atividades que contemplassem os índios brasileiros. Após realizarem uma atividade de pintura, a professora distribuiu o Monta monta e pediu para as crianças criarem, com as peças, uma floresta onde os índios viviam. A intenção da professora foi fazer com que as crianças representassem o cotidiano do “típico índio” que vive na natureza. Um grupo composto por meninos e meninas criou diversos brinquedos:

Erica: - *Fiz uma “casa árvore”.*

Pesquisador: - *E quem são esses em cima da sua casa?*

Erica: - *Esses são os guardas que trabalham de vigia na floresta. Tem um que está dormindo dentro da casa, e o outro está acordado pra vigiar tudo que acontece.*

Oleandro: - *Eu fiz uma floresta grandona, Tio. E fiz um monte de índios que trabalham na floresta.*

Pesquisador: - *Os índios trabalham fazendo o que?*

Oleandro: - *Esse trabalha carregando coisas no carro. Esse tem uma oficina pra consertar os carros dos amigos que moram na floresta. Esse trabalha fazendo as casas e as camas. E essa índia trabalha todos os dias limpando a chão da floresta.*

(Diário de Campo, 11/04/2018).

De acordo com os estudos de Miskolci (2010, p. 49), no início do século XXI, as mulheres constituem cerca de 40% da força de trabalho, têm menos filhos, dedicam-se mais à vida profissional e desfrutam de um grau de liberdade impensável há 3 décadas. No entanto, se as inserções das mulheres no “mundo dos direitos” ao trabalho, ao corpo, à sexualidade, por exemplo, são visíveis, ainda podem ser notados padrões de feminilidade ancorados em modelos “tradicionais” que regem seus modos de viver.

Para Pougy (2017), a divisão sexual do trabalho é um efeito da inserção desigual de homens e mulheres nas atividades laborativas da sociedade, afinal, “naturalmente”, as mulheres devem cuidar das atividades da reprodução da vida social e os homens, das atividades da produção de bens, para prover o lar.

Caliandra montou um avião em que colocou duas pessoas sentadas:

Caliandra: *-Esse aqui que está na frente é o piloto, a outra é a aeromoça que fica vigiando quem está se comportando no avião, e os outros são as pessoas que vão viajar no avião. Quando as pessoas ficam com fome, aí é só chamar a aeromoça que ela leva a comida.*

(Diário de Campo, 27/03/2018).

A situação apresentada por Caliandra mostra, claramente, o piloto enquanto o profissional que exerce a função de comando; a aeromoça, por outro lado, desempenha a função de servir e cuidar. Coleus fez uma loja de vender pneus e portas:

Pesquisador: *-Nesta loja também tem alguma mulher que trabalha como vendedora?*

Coleus: *-Tem a mulher que faz unha e que vende maquiagem para passar na bochecha.*

(Diário de Campo, 19/04/2018).

Em uma das atividades, a professora contou a história de “Cachinhos Dourados” e logo após, distribuiu o Monta monta e pediu para as crianças montarem o cenário da história. Como resultado, a maioria das meninas montou os objetos dos cenários da história, principalmente a mesa e os pratos. Níger foi o único menino que criou um brinquedo fazendo relação com a história de Cachinhos Dourados. Ele montou uma cama (móvel que aparece na história), e embaixo da cama colocou rodas de carros. Os demais meninos criaram carros, *Transformers*, aviões e dinossauros (Diário de Campo, 27/03/2018).

Essa situação é interessante, pois a história de Cachinhos Dourados parece representar um universo feminino, ao mostrar o cuidado da mãe ao fazer o mingau, a cama etc. Na história contada, não aparecem carros, nem camas com rodas. Níger criou uma cama, mas provavelmente não viu possibilidade de brincar apenas com a cama. E os demais meninos fugiram completamente da proposta oferecida pela professora. Ainda em relação à atividade, Crino criou uma “super casa”:

Crino: - *Na super casa vive uma mãe com as crianças. Antes, tinha o pai também, mas ele foi para a guerra e morreu porque ganhou um tiro. Ela tem uma torre na casa. Ela fica nessa torre todos os dias porque ela é a observadora que luta contra a invasão de avatars.*

Em meio a apresentação do brinquedo criado, Crino achou uma peça que representava o rosto masculino e a colocou na torre.

Pesquisador: - *E quem é esse que agora está na torre?*

Crino: - *Agora esse vai ser o protetor da família.*

(Diário de Campo, 11/05/2018).

A cena montada por Crino deixou claro o poder do homem sobre o lar. Para Moreno (1999), enquanto ao longo da história mudam as ideologias, as filosofias, as religiões, os sistemas políticos e econômicos, as castas ou camadas em que se hierarquiza a sociedade, a relação social homem-mulher permanece invariável ou muda muito pouco, como se neste assunto, e somente neste, os cromossomos determinassem o lugar que cada indivíduo deve ocupar em uma sociedade.

Nessa situação, é possível constatar claramente que Crino representou a organização de um modelo de família que desde sempre foi naturalizado como o modelo tradicionalmente “correto e seguro”. Lins, Machado e Escoura (2016) resgatam algumas informações que revelam o quanto o modelo do homem provedor e da mulher do lar eram consagrados no Código Civil de 1916. Nessa época, para a mulher exercer uma profissão necessitava uma autorização do marido, que era, por lei, o provedor da família, e cabia à esposa ser a companheira e colaboradora do chefe da família. Para as autoras e o autor, formas diversas de existência familiar sempre existiram, mas no século XX, velhos modelos passaram a ser questionados a fim de um novo ideal. Segundo dados do IBGE, o percentual de famílias chefiadas por mulheres no país passou de 22,2% para 37,3% entre 2000 e 2010. Além disso, os dados mostram que houve aumento de mulheres chefes de família mesmo quando há marido: o aumento percentual foi de 19,5% para 46,4%, entre 2000 e 2010. Apesar dos avanços, a cristalização da divisão dos papéis ainda é forte. Às mulheres, quando assumem uma profissão, é ligada ao servir e ao cuidar, uma extensão da casa e do privado. Ao homem, profissões ligadas ao raciocínio e de comando.

A brincadeira das meninas, carregada de cuidado e dedicação aos afazeres domésticos, pode ser explicada tomando como base as considerações de Whitaker (1988), ao dizer que, desde bem pequenas, além de mais protegidas, as meninas são incentivadas em relação às brincadeiras que se referem, sobretudo, ao trabalho doméstico.

Ora brincando de casinha, ora ajudando a mãe nas tarefas domésticas, cuidando do irmãozinho ou brincando com bonecas, a menina será amada e recompensada quando mais ‘feminino’ for seu comportamento. E qualquer passo que dê na direção

de brincadeiras agressivas ou ousadas será interceptado por um adulto protetor [quando não repressor] (WHITAKER, 1988, p. 32).

Algumas brincadeiras acabam sendo inesperadas também em meio a papéis e estereótipos tão fixos quando representados pelas crianças. As crianças receberam Montagem para brincar em grupos enquanto a professora estava recortando a atividade para o próximo momento da aula. Amarílis, Maia, Cosmos e Crino estavam brincando juntos.

Amarílis: - *A gente tá brincando de guerra.*

Crino: - *As meninas montaram dois tanques de guerra e estão jogando bombas contra a gente. A gente também fez tanque e tá atirando contra elas, mas elas jogaram uma bomba muito poderosa que destruiu o nosso tanque, ai agora a gente tá atirando sem tanque.*

Pesquisador: - *Até agora, quem está ganhando nessa guerra?*

Crino: - *Elas ganharam porque elas destruíram o nosso tanque.*

(Diário de Campo, 19/04/2018).

Quando voltaram para a sala, brincaram de Montagem. Crino, mais uma vez, construiu um tanque de guerra gigante, na parte superior colocou dois homens e duas mulheres para serem soldados/as e, no chão, colocou duas mulheres soldadas como atiradoras, e na parte mais alta do tanque colocou um homem que era o comandante. Quando ele estava apresentando a criação, uma das peças desequilibrou e tudo caiu no chão. Ele, imediatamente, inventou que o tanque tinha sido atingido por inimigos e que todos morreram, exceto o comandante (Diário de Campo, 19/04/2018).

Em um dos dias observados, as crianças brincaram em outro pátio. Os meninos da turma brincaram de polícia e ladrão. As meninas pegaram as cadeiras, formaram um trem, e sentaram-se em fila, mas logo Frade, que antes estava correndo com os meninos, pegou uma cadeira e colocou na frente do trem (ocupado o lugar de maquinista). As meninas não se incomodaram com a chegada de Frade na brincadeira para “controlar” o trem. Frade controlava o trem com um volante imaginário, imitava som de buzina, freava e acelerava. Observamos, mais uma vez, o homem assumindo o poder e o controle das situações.

Para Meyer (2008), nós aprendemos a ser homens e mulheres desde o momento em que nascemos até o dia em que morremos, e essa aprendizagem se processa em diversas instituições sociais, a começar pela família, passando pela escola, pela mídia, pelo grupo de amigos, pelo trabalho, pela igreja, além de muitos outros grupos e contextos sociais.

De acordo com Penna (2015), muitas práticas sociais vivenciadas pelos adultos modelam comportamentos ideais de homens e de mulheres e se tornam referências para as aprendizagens infantis de gênero. Para a autora, as crianças já chegam à escola com modelos aprendidos de brincadeiras apropriadas para os meninos e para as meninas. Esses

esquemas são transmitidos pela família e no interior das relações sociais que as crianças experienciam.

Moreno (1999), ao se referir sobre o papel da escola e, principalmente sobre a sua negação em intervir em certos modelos, ressalta que

Se acreditamos que deixando que meninos e meninas façam “o que querem” estamos deixando-os em liberdade, equivocamo-nos, porque tenderão a reproduzir os esquemas e modelos de seu meio, ou seja, estarão à mercê do ambiente. A liberdade não nos é dada gratuitamente; é preciso aprender a construí-la e, para isso, é necessário dispor de muitas possibilidades e saber escolher entre todas elas. Se existe somente um modelo, só temos duas possibilidades: aceitá-lo ou recusá-lo; se os modelos aumentam em número, aumentará proporcionalmente nosso grau de liberdade (p. 73).

As situações apresentadas e o referencial teórico utilizado para a realização da pesquisa mostram o quanto estamos presos a estereótipos que dividem espaços e funções de acordo com a diferenciação sexual. A instituição escolar tem contribuído mais para a perpetuação da desigualdade do que nas tentativas de buscar igualdade nas diferenças. Como transgredir as normatizações? Acreditamos que as transformações acontecem, mas é preciso investimento. As pesquisas de Finco (2010) e de Auad (2005), por exemplo, evidenciaram que, apesar de as normas de gênero serem impostas às crianças, elas estão, constantemente, contestando e atravessando distintas fronteiras.

A realização da pesquisa permitiu ver algumas subversões às ordens de gênero, mas em quantidade muito menor. Por outro lado, o que ficou muito notável foi a fixidez das questões sociais de gênero, demonstradas pelas crianças em distintos momentos no cotidiano escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através das brincadeiras, múltiplos estereótipos de gênero emergiram. As crianças mostraram, de forma muito delimitada, lugares e ações que homens, mulheres, meninos e meninas devem ocupar e desempenhar na sociedade. Em relação às cenas familiares, cargos/funções e aptidões, as crianças, mesmo fazendo parte ativamente do contexto social e assistindo às distintas transformações e aos avanços em relação às posições que atualmente mulheres vêm conquistando, acabaram por colocá-las, na grande maioria das vezes, em posições inferiores.

Observamos que meninas e mulheres são apresentadas nas brincadeiras como dóceis, submissas, dedicadas e incapazes de exercer, com sucesso, atividades como: dirigir

carros, tratores ou aviões; quando desenvolviam algum trabalho, apareciam sempre limpando ou arrumando a casa e também cuidando dos filhos; quando trabalhavam fora de casa, seus cargos estiveram ligados ao cuidar e ao servir. Já os homens e os meninos foram representados como: bons motoristas e pilotos; provedores e chefes de família; aqueles que trabalharam fora de casa e protegem o lar.

Por outro lado, de forma bem sutil e limitada, os resultados apontaram algumas transgressões que mostram a tentativa de ruptura com os padrões sociais estabelecidos para as mulheres, como exemplo, na brincadeira em que uma menina assume a profissão de bombeira e posteriormente engenheira, ou quando uma menina acabou ganhando uma guerra em uma das brincadeiras.

Apesar de não termos como objetivo investigar as concepções e/ou práticas pedagógicas da professora ou demais profissionais que trabalham na escola, o estudo permite algumas reflexões sobre a necessidade de formação inicial e continuada no tocante às questões relacionadas aos processos formativos de gênero. Nesse sentido, chamamos a atenção para o fato de que não são raros os estudos que mostram que professoras/es que trabalham com crianças de educação infantil tratam, por exemplo, o sexismo, o racismo e a homofobia como algo não sério, sendo entendido como “coisas de criança”, portanto, “menos importantes” e que “isso passa”. Invisibilizar uma discussão e permitir que tais questões continuem a circular naturalmente de forma a não merecer atenção e intervenções permite que a violência, desde a pequena infância no espaço escolar, faça parte daquele espaço.

Interferir, no sentido de vislumbrar outros espaços, outras posturas e valorizar a diferença, implica em outra postura profissional, em outra visão das relações de gênero que atravessam o cotidiano escolar. Mas, para se construir uma educação igualitária no tocante às relações de gênero, não basta apenas misturar meninos e meninas nos espaços; é preciso questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e sobre o masculino, não os colocando como lados opostos, mas como sujeitos de direitos – e um desses é o direito à diferença. Para valorizar a diferença, é preciso experimentar outros lugares, educar para a autonomia e para o respeito mútuo.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. A pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ALMEIDA, Nemésio Dario Vieira de. *et al.* As Relações de Gênero e as Percepções dos/das Motoristas no Âmbito do Sistema de Trânsito. **Psicologia, ciência e profissão**. v.2, n.25, p. 172-185, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n2/v25n2a02.pdf>>. Acesso em: 04/10/2018.

AUAD, Daniela. Relações de gênero nas práticas escolares: o aprendizado da separação nas “misturas” no pátio resumo. **Revista Ártemis**. v.2, n. sn, p. 39-49, 2005.

Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2346>. Acesso em: 21/09/2018.

\_\_\_\_\_. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2018.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto, 1994.

FINCO, Daniela. **Educação infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero**, 2010, 216 f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

FINCO, Daniela; OLIVEIRA, Fabiana. A sociologia da pequena infância e a diversidade de gênero e de raça nas instituições de educação infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de;

FINCO, Daniela (orgs.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011

HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sergio. Gênero e diversidade na escola: uma proposta de ação. In: CARRARA *et al* (Orgs.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professores/as em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

LEITE; Liana Gois, FEIJÓ, Jane Patrícia; CHIÉS Paula Viviane. Qual o gênero do brincar? Aprendendo a ser “menino”... Aprendendo a ser “menina”. **Motrivivência**, v. 28, n. 47, p. 210-225, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042>. 2016v28n47p210>. Acesso em: 21/09/2018.

LINS, Cleci Terezinha Lima de; GRAUPE, Mareli Eliane. Gênero e diversidade sexual: homofobia no contexto escolar. In: WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam Pilar; GRAUPE, Mareli Eliane (Orgs.). **Antropologia, gênero e educação em Santa Catarina**. Florianópolis: Copiart; Mulheres, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E, D, A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (orgs.). 5 ed. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. Gênero, Sexualidade e Currículo. PGM2. In.: MEC; **Salto para o futuro**. Educação para Igualdade de gênero. Ano XVIII. Boletim 26. Nov/2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MISKOLCI, Richard. Um corpo estranho na sala de aula. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter (Orgs.). **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2005

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. Campinas: Unicamp, 1999.

OLIVEIRA, Fabiana de; TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. Cultura da infância: brincar, desenho e pensamento. In: ABRAMOWICZ et al. **O plural da infância: aportes da sociologia**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

OLIVEIRA, Nakson Willian Silva. Pensando as relações sociais de gênero por meio de crianças: um estudo em uma escola de educação infantil em Vitória da Conquista-BA. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Ensino. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA, Vitória da Conquista, 2019.

PENNA, Cleuza. **Brincadeiras no recreio: uma reflexão sobre as relações de gênero e sexualidade**. Curitiba: Appris, 2015

PEREIRA, Angélica Silvana; OLIVEIRA, Ericka Marcelle Barbosa de. Brincadeiras de meninos e meninas: cenas de gênero na educação infantil. **Reflexão e Ação**, v.24, n.1, p. 273-288, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7061>>. Acesso em: 05/10/2018.

POUGY, Lília Guimarães. Pedagogia do gênero e o feminismo em perspectiva: implicações à cidadania brasileira. **Revista Educação e Emancipação**. São Luís, v.10, n.4, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/8205>>. Acesso em: 10/10/2018.

SOUZA, Fabiana Cristina de. **Meninos e meninas na escola: um encontro possível?** Porto Alegre: Zouk, 2006.

WHITAKER, Dulce. **Mulher & homem: o mito da desigualdade**. Moderna: São Paulo, 1988.

# O CELULAR NO COTIDIANO ESCOLAR: UM RELATO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE E AS DIFERENTES CATEGORIAS DE USO



**RICARDO JOSÉ ORSI DE SANCTIS**

(UNIP- Universidade Paulista Campus Sorocaba e Faculdade de Tecnologia de Sorocaba “José Crespo Gonzales”)

**Resumo:** O presente capítulo traz um recorte de uma pesquisa de doutorado a respeito da questão do uso do celular no cotidiano escolar. A leitura de documentos e leis que versam sobre incentivos e proibições geriram o questionamento sobre o uso do celular na escola e as relações de poder que em torno dele se estabelecem. Tendo como instrumento de coleta de dados relatórios de estágio supervisionado de alunas de um curso de Letras e como método de análise a construção do Discurso do Sujeito Coletivo, apresentamos os resultados que respondem ao questionamento de observação da prática docente com relação ao uso do celular em sala de aula. Ao relatar a presença do celular em sala de aula, categorizamos três diferentes usos: o proibido, mais frequente e a serviço da manutenção de uma escola disciplinar; o limitado, que, apesar de presente, torna-se reduzido a um instrumentalismo incapaz de causar mudanças na prática docente, contrariamente ao conceito de Tecnologias de Informação e Comunicação que leva em consideração o impacto social e o fenômeno participativo e colaborativo; e o rizomático, capaz de subverter os aparelhos disciplinares da escola, promovendo o conhecimento não-linear que aumenta as possibilidades de uma aprendizagem ativa e múltipla. Desse contexto, emerge a necessidade de reflexão sobre o uso do celular e

a autonomia docente frente às relações de poder no cotidiano escolar, bem como sobre os processos de subjetivação presentes na escola analógica numa sociedade digital.

**Palavras-chave:** Tecnologias. Celular. Cotidiano escolar. Prática docente.

**Abstract:** This chapter presents a section of a doctoral research on the issue of mobile phone use in school daily life. The reading of documents and laws dealing with incentives and prohibitions led to the questioning about the use of mobile phones in school and the power relations that are established around it. Having as data collection instrument supervised internship reports of college students preparing themselves to become English teachers and as a method of analysis the construction of the Collective Subject Discourse, we present the results that answer the questioning of the observation of the teaching practice in relation to the use of mobile phones in the classroom. When reporting the presence of the cell phone in the classroom, we categorize three different uses: the forbidden one, more frequent and in the service of maintaining a disciplinary school; the limited one that, although present, becomes reduced to an instrumentalism unable to cause changes in teaching practice, contrary to the concept of Information and Communication Technologies that takes into account the social impact and the participatory and collaborative phenomenon; and the rhizomatic one, capable of subverting the disciplinary apparatus of the school, promot-

ing nonlinear knowledge that increases the possibilities of active and multiple learning. From this context emerges the need for reflection on the use of mobile phones and teacher autonomy against the power relations in everyday school life, as well as on the subjectivation processes present in the analogical school in a digital society.

**Keywords:** Technologies. Mobile. School daily life. Teaching practice.

## INTRODUÇÃO

A história da humanidade é marcada pelo desenvolvimento de técnicas para a elaboração de ferramentas capazes de facilitar as atividades de nosso cotidiano. No ambiente escolar, deparamo-nos com giz, lousa, lápis, livros e, mais recentemente, computadores, projetores, tecnologias que, de alguma forma, estão inseridas nos processos de mediação no ensino-aprendizagem. No contexto contemporâneo, emergem as tecnologias conectadas às mídias que trazem outra velocidade para as informações e colabora com a formação de ambientes virtuais, tais como redes sociais, jogos eletrônicos, *chats*, entre outros (LÉVY, 1999).

A essa tecnologia que tem como principal objetivo a comunicação entre sistemas, apoiada na informática e nos meios cuja base de funcionamento são as comunicações de massa, damos o nome de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), expressão que passamos a usar por conta da soma dos recursos de Tecnologias da Informação (TI) com o advento da internet, dos e-mails, da transmissão de dados em geral (LEITE; RIBEIRO, 2012).

A inserção das TIC desperta interesse, pois provoca mudanças em vários setores da sociedade, comparáveis às mudanças trazidas pelas grandes descobertas de fonte de energia que foram capazes de impulsionar a Revolução Industrial. Igualmente considerada uma Revolução que identifica os processos de transformação da sociedade, as Tecnologias de Informação e Comunicação contêm cinco aspectos a serem considerados no que se refere ao impacto social: a informação como matéria, a penetrabilidade dos seus efeitos, a estrutura das redes, a flexibilidade e a convergência de tecnologias (CASTELLS, 2010).

Dessa forma, conceituar as TIC vai além da preocupação com o simples manuseio instrumental, devendo-se considerar, principalmente, as formas de usos sistemáticos que refletem sobre o manuseio integrado com componentes organizacionais e sociais, um verdadeiro fenômeno participativo e colaborativo, pois envolve a experiência vivenciada por um sujeito ativo que, ao mesmo tempo que se familiariza com a tecnologia, inclui-a em sua

vida para alcançar alguns objetivos, apropriar-se de crenças, valores, inserindo-as nas suas práticas cotidianas, sejam elas profissionais, educacionais ou outras (DAMÁSIO, 2007).

Atualmente, o telefone converteu-se em um aparelho multifuncional, uma vez que – ao abraçar a computação em sua estrutura – torna-se uma Tecnologia de Informação e Comunicação ubíqua e móvel. A infraestrutura da telecomunicação, juntamente com as tecnologias de computação, dá um novo sentido à comunicação contemporânea, fazendo com que a indústria de telefonia tenha grande impacto e responsabilidade nessa nova trajetória dos meios de comunicação e nos efeitos causados na sociedade em geral.

O papel dos dispositivos móveis é destacado por Lemos (2007), Lévy (2010) e Santaella (2003) ao mencionar a transformação da sociedade e a inserção dela na cultura digital. Para os autores, a velocidade e evolução da web, a proliferação dos dispositivos móveis conectados à internet e a flexibilidade para interação e compartilhamento de informação foram responsáveis pela difusão dessa cultura.

O conceito de virtual e espaço nos ajuda a compreender a mobilidade que o aparelho celular nos oferece. Lévy (1999) afirma que virtual é toda entidade desterritorializada que gera manifestações concretas sem estar presa a tempo e lugar fixo. Assim, sem que exista um espaço de forma presente e materializada, dá-se o virtual. Manuel Castells (2010), em *A Sociedade em Rede*, traz a noção de espaço de fluxos que se diferencia do espaço de lugar. Para o autor, o espaço concebido como espaço físico no qual as pessoas vivem em tempo real é o Espaço de Lugar. O espaço que aparece a partir das tecnologias e da internet, Espaço de Fluxos, conta com a ação e interação humana de forma dinâmica e a distância. Ao entender esse novo espaço de controle de fluxo informacional digital que se estabelece entre o espaço urbano e o ciberespaço, numa junção entre as noções de virtual e espaço, André Lemos (2007) traz-nos o conceito de territórios informacionais – que é um espaço híbrido, movente, formado pela junção entre espaço físico e eletrônico, uma evolução do ciberespaço por conta da ubiquidade oferecida. Sua materialização pode se dar em parques com rede de *wi-fi*, praças públicas etc.

Nos territórios informacionais, os telefones celulares exercem papel de destaque. Integrados ao nosso cotidiano, podemos observar a densa relação entre os jovens da geração *pelegrina* e esses aparelhos, escrevendo mensagens, ouvindo músicas, compartilhando notícias, fotos, baixando e acessando aplicativos que os auxiliam em vários contextos. Os equipamentos celulares são verdadeiros computadores de bolso, com sistemas operacionais e aplicações de elevado nível de convergência tecnológica.

Notamos uma flagrante mudança na forma com que a geração digital consome a informação. A mudança de comportamento para a busca de informações, segundo Santaella

(2003), enfatiza a substituição de antigos suportes para novos, resultando numa supremacia dos meios comunicacionais mais recentes, mais conhecidos e utilizados pelas novas gerações, fazendo surgir a Cultura das Mídias, na qual ocorre um processo de hibridismo midiático, a junção de diferentes mídias que vão do velho jornal de imprensa aos novos dispositivos que facilitaram o acesso aos meios de comunicação e informação. A comunicação que antes era massiva, dirigida a todos, uma vez que os receptores consumiam uma mesma mídia ao mesmo tempo, como é o caso da televisão, passa a ser individual, com receptores que consomem o que querem na hora que lhes convém. Essa convergência traz o poder maior de interatividade e produção de conteúdo nos meios comunicacionais (SANTAELLA, 2003).

Muito embora o aparelho celular em nosso cotidiano tenha mudado a forma com a qual desempenhamos nossas atividades, ele tem sido um objeto de contradição constante no cotidiano escolar. Se, por um lado, temos vários documentos oficiais nacionais e internacionais que incentivam o uso de novas tecnologias no ambiente escolar, por outro, temos publicações de leis que ignoram as mudanças e o fato de o celular ser um computador de bolso, passando a “demonizar” o seu uso (SANCTIS; NOGUEIRA, 2018).

Isso leva-nos a questionar como os sujeitos da escola têm se relacionado com a presença do celular, um verdadeiro computador de bolso, no cotidiano escolar. Questionamo-nos também se os professores estariam abertos a seu uso pedagógico ou fechados, na tentativa de – construindo um muro entre a escola e a sociedade – manter a estrutura disciplinar escolar, herança do humanismo moderno, das luzes que descobriram as liberdades e acabam por inventar a disciplina, tornando o corpo, um objeto e alvo do poder, manipulando-o, moldando-o, treinando-o a obedecer e responder numa relação de obediência e utilidade (FOUCAULT, 1981).

## **RELATANDO OS TIPOS DE USOS DO CELULAR EM SALA DE AULA**

O presente relato ocupa-se de um recorte de uma pesquisa de doutoramento que teve como objetivo principal compreender o uso do celular no cotidiano escolar e as relações de poder que em torno dele se estabelecem. A pesquisa foi realizada com alunas de um Curso de Licenciatura em Letras de uma Universidade particular, que cursavam o último ano e que se submeteram à realização de seus estágios para docência de Língua Inglesa. Dessa forma, os dados analisados fazem parte de uma das sessões dos relatórios de observação do estágio, apresentados no momento de sua supervisão ao professor de Prática de Ensino de Língua Inglesa, ora pesquisador. A coleta de dados se deu por meio de 10 relatórios que descreviam as observações sistemáticas dos estágios realizados na Rede

Pública de Ensino, no campo social da região de Sorocaba e Votorantim, cidades do interior do Estado de São Paulo, mesmo campo onde se insere a Universidade onde estudavam as estagiárias.

O método de análise dos dados foi o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que tem como maior desafio buscar responder à auto expressão do pensamento coletivo, fruto das representações sociais definidas por Lefevre e Lefevre (2010) como esquemas sociocognitivos utilizados pelas pessoas para expressarem no cotidiano seus juízos ou opiniões. Tais esquemas, aos quais temos acesso por meio de depoimentos individuais, devem ser reconstruídos em pesquisas sociais que comportem tanto a dimensão qualitativa quanto quantitativa, por meio de perguntas capazes de constituir respostas que acedam o melhor caminho às representações sociais. Para que isso se realize por meio da pesquisa empírica, há que se constituir o sujeito portador do discurso: o sujeito coletivo emitido na primeira pessoa do singular.

O trabalho do pesquisador se resume, inicialmente, em reunir os conteúdos semelhantes em discursos únicos, permitindo que se construam vários discursos em primeira pessoa do singular que, nesse momento, fala em nome de uma coletividade e sobre um assunto delimitado (LEFEVRE; LEFEVRE, 2003). Lefevre e Lefevre (2005) sugerem quatro operações para a produção do discurso:

1. Ideias centrais (IC): Podemos considerar as IC como fórmulas artificiais que servem para descrever os sentidos presentes nos depoimentos dados em cada resposta, bem como no conjunto de respostas dadas por diferentes indivíduos que podem apresentar sentidos semelhantes ou complementares. Nesta figura metodológica buscamos a descrição do sentido de um discurso que pode surgir com mais de uma ideia central.
2. Ancoragem (Ac): Na ancoragem encontramos expressões que descrevem uma dada teoria ou ideologia que o autor do discurso professa de forma natural como se fosse uma afirmação qualquer. As ancoragens, diferentemente das ideias centrais, nem sempre estarão presentes no discurso, sendo algumas vezes de difícil identificação.
3. Expressões-chave (ECh): As expressões-chave nos remetem às ideias centrais e ancoragens, revelando a essência dos depoimentos, formadas pelas transcrições literais dos depoimentos.
4. Discurso do Sujeito Coletivo (DSC): pode ser explicado como a agregação discursiva que une diferentes pedaços dos discursos individuais que têm como característica a intercompatibilidade. Desta forma, constrói-se um só discurso, um discurso-síntese, redigido na primeira pessoa do singular, resultante de expressões-chave que têm ideias centrais ou ancoragens semelhantes ou complementares.

A seção do relatório que deu resultado ao Discurso Coletivo que vamos analisar tinha por objetivo a descrição da prática docente e o uso do celular em sala de aula e foi construído a partir das seguintes ideias centrais: A – O procedimento de ensino-aprendiza-

gem – e B – o uso do celular na sala de aula. A categorização dos usos será feita a partir da agregação discursiva organizada no Discurso do Sujeito Coletivo resultante das ideias centrais A e B, a seguir:

As aulas eram, na maioria das vezes, expositivas, tradicionais, mesclavam gramática com a interpretação de texto com perguntas que recuperavam informações literais, eram tradicionais [...] trabalhavam o verbo “to be” nos textos que traziam para a sala, nas músicas que tinham exercícios de preenchimento de lacunas, praticavam a leitura para interpretação textual, onde os alunos deveriam encontrar as respostas usando a técnica de “skimming”, davam bastantes textos e atividades extraclasse.

[...] davam aulas expositivas com pouca participação dos alunos, utilizavam textos de uma apostila antiga que o governo tinha fornecido aos alunos nos anos anteriores.

As aulas não ofereciam nenhum atrativo e confesso que não foi fácil vencer o estágio.

Usavam a lousa, com cópias cansativas, as exposições eram poucas, pois na maior parte do tempo os alunos estavam copiando os conteúdos ou fazendo exercícios repetitivos.

Muitos professores davam aulas expositivas dogmáticas na escola.

Apesar das dificuldades que a escola tem, (alguns) procuram usar, às vezes, o Datashow, a internet, propondo estudos dirigidos que desafiam o aluno a pesquisar informações, literatura, notícias em vários sites, dando liberdade dos alunos escolherem o caminho que querem seguir na busca. Suas aulas são expositivas abertas, com uso de figuras, músicas.

Notei que tinha sequência, os alunos não se perdiam.

(A professora) explicava os conteúdos de forma expositiva aberta, levava folhas impressas para que fizessem a compreensão textual. Mas ainda assim, senti falta de explorar o texto por trás das linhas [...] utilizava uma apostila que fazia levando em consideração as necessidades do aluno.

A maioria não usa o laboratório [...] não fizeram uso das TICs em momento algum e, ao observar as aulas, percebi que a relação com o celular era de proibição total.

Professores relatam que os alunos têm pouco conhecimento de informática, o que me pareceu um equívoco. Para eles, os alunos não conseguem equilibrar o uso, passam a abusar se distraindo, entrando em redes sociais ou enviando mensagens.

Os Professores reclamaram a falta de materiais, acesso à internet, da desorganização da coordenação.

Disseram ser impossível trabalhar com o celular porque os alunos não sabem respeitar as regras e fazer o uso correto dessa ferramenta para o aprendizado e as atividades em sala de aula.

Alguns dizem não ser contra o uso do celular na sala de aula e usa para eventuais traduções.

Eles compartilham o celular em grupos para fazerem a tradução, buscar o significado das palavras e compartilhem o material por *bluetooth* [...] acham que os alunos não estão preparados para um uso mais aprofundado.

Uma exceção na escola [...] um professor que usa o celular na sala de aula, explora aplicativos, discute a questão culturais.

Uma vez, comentou o fato de um aplicativo trazer a frase “I want a coke” dizendo que isso era uma grosseria e que deveria se usar a condicional “I’d like”.

Notei que em suas aulas ninguém foge daquilo que é proposto.

Explorava a sala de informática usando os computadores e celulares para ninguém ficar sem acompanhar.

Através de estudos dirigidos, os alunos exploravam a internet indo de site em site, para construir textos, diálogos, buscar informações.

[...] uma professora dava alguns sites como ponto de partida e dizia que os alunos poderiam se valer de outros.

Os alunos discutiam política nacional, os reflexos de discursos políticos na mídia internacional, descobriam sites novos, com recursos diversos, como, por exemplo, a BBC de Londres, trocavam ideias, informações por *whatsapp* em grupos de estudos.

Os alunos não abusam.

Eles se interessam. Trocam sites, materiais para exercícios de textos, audição, as descobertas.

(Todos os Sujeitos)

## CATEGORIZANDO E ANALISANDO OS TIPOS DE USOS DO CELULAR NO COTIDIANO ESCOLAR

Considerando a construção do Discurso do Sujeito Coletivo, ao analisar as relações de uso do celular na sala de aula, deparamo-nos com três diferentes categorias a saber: uso proibido, uso limitado e uso rizomático.

**O Uso proibido** – o uso proibido estabelece uma relação de poder disciplinar no cenário escolar. Ao pensar as ações pedagógicas relatadas, percebemos que o uso proibido, adotado pela maior parte dos professores, vem associado à manutenção da escola tradicional e disciplinadora, dona do tempo e do espaço do aluno. Tal uso deve ser questionado quanto sua eficácia nos processos de subjetivação e aos alunos que queremos formar dos dias de hoje, na sociedade digital (SIBILA, 2012).

Não podemos ignorar que uma proibição do uso do celular sem qualquer propósito claro pode servir única e exclusivamente para favorecer a manutenção de uma abordagem tradicional, não dialogada tão questionada por Paulo Freire (2005) e à rebeldia dos alunos dispostos a burlar a proibição. Ao que nos parece, os professores que optam pela proibição veem-se condicionados a controlar as atividades, preocupados com a docilização do corpo, com a utilização do tempo, que deve ser produtivo para a transmissão do conhecimento, mas que na realidade se mostra improdutivo. Nada se esboça nas falas e atitudes dos professores a respeito da preocupação com a construção de conhecimento, com a criticidade do aluno. Esses professores têm a impressão de que o uso de celulares, como se fossem computadores de bolso, seria uma perda de tempo, aquele tempo, velha herança monástica apropriada pela sociedade disciplinar moderna a serviço do esquadramento do preso, do louco e, nesse caso, do aluno. Prendem-se ao fato de que controlar o uso, proibindo-o, é uma forma de controlar o horário que fixa os alunos no espaço da sala de aula, garantindo a qualidade da utilização do tempo para o aprendizado.

De fato, o celular, visto como uma ameaça pelos professores que o proíbem, é capaz de desestruturar o tempo escolar, mensurado por dia, cargas-horárias, seguindo o ciclo de uma aprendizagem sistematizada e todo o panóptico de vigilância. Ele cria uma heterotopia que foge à definição de um lugar pela existência e permanência. Podemos comparar o celular ao barco dado como exemplo por Foucault: um pedaço de lugar que, lançado na infinitude do mar, passa e se mistura a muitos portos aos quais não pertence. Assim como o barco, o celular pode ser considerado uma heterotopia por excelência, um lugar sem lugar, descontínuo na vastidão do ciberespaço, conseqüentemente visto pelos paladinos da escola disciplinar como uma forte ameaça ao esquadramento (LEMONS, 2005; FOUCAULT, 1994).

Juntamente com a proibição, os professores trazem o que consideram abuso ao relatar que *“os alunos perderiam o foco com o uso do celular [...] os alunos só sabem usar o celular para jogar, ver o facebook e conversar pelos whatsapp em outros aplicativos sem se dedicar às atividades da aula”*. A proibição cria a panaceia de que os alunos obedecerão aos professores, permanecendo em sala de aula sem utilizá-los de forma clandestina, deixando de se criar oportunidades, de se ter um uso a favor de um projeto pedagógico no qual o professor possa ser um mediador capaz de articular as informações encontradas na rede de computadores, transformando-as em conhecimento crítico, dialético, criativo e participativo ou possa até mesmo suspender de forma fundamentada o seu uso, caso ele seja considerado inadequado para uma dada proposta.

**O Uso Limitado** - o uso limitado é aquele que relaciona a tecnologia apenas à noção de instrumento. Esse uso é relatado ao expressarem quando observado que os professores usavam *“para eventuais traduções”* e que os alunos *“compartilham o celular em grupos*

*para fazerem a tradução, buscar o significado das palavras e compartilham o material por bluetooth*". A expressão "uso limitado" refere-se à prática docente do professor que, apesar de não proibir, confere ao celular um uso instrumental, dando-lhe o papel de artefato, ferramenta ou instrumento que apenas substitui recursos como caderno, lápis, caneta, livro, mas que não provoca mudança na prática docente, a qual segue sendo tradicional. A simples substituição de uma ferramenta por outra não pode ser capaz de conferir ao celular, como tecnologia, um papel de promover mudanças no processo de ensino-aprendizagem. Para que o celular não seja considerado apenas um artefato, é necessário que ele seja visto como uma forma de conhecimento, uma produção humana sintetizadora de um conjunto de saberes que vão satisfazer as necessidades individuais ou coletivas e que seu uso seja capaz de extrapolar a simples substituição de recursos reprodutores das velhas formas de se ensinar (SANTAELLA, 2003).

Embora tenhamos a troca do dicionário pelo celular, as práticas seguem sendo as mesmas: o trabalho de se traduzir, buscar o significado das palavras. Essa prática nos remete ao método de ensino mais tradicional para o ensino de língua estrangeira: o método de gramática e tradução. Conhecido como uma maneira encontrada para se trabalhar as línguas clássicas como o grego e o latim, ensinadas nas escolas até o meio do século XX, o método de gramática e tradução exigia dos alunos o enfoque na tradução e versão de textos literários e exercícios repetitivos de gramática normativa (HOWATT, 2000). Focado na habilidade de traduzir, esse método deixa de explorar outras habilidades linguísticas como a fala, a audição e a leitura – que podem levar a um letramento crítico.

Na promoção do uso limitado, os professores mantêm um ensino de língua inglesa seguindo o método de gramática e tradução, encarando o celular de forma instrumentista. Consideram, de forma equivocada, que estão mudando seus procedimentos, da mesma forma que os autores instrumentalistas pensam as novas tecnologias como mediadoras e determinantes da aprendizagem pelo fato de serem tão somente levadas às práticas pedagógicas, promovendo uma fetichização que relaciona o simples uso à redenção da qualidade de ensino (PEIXOTO; ARAÚJO, 2012; SANCTIS; NOGUEIRA, 2018).

A própria literatura que traz as novas tecnologias com uma visão instrumental corrobora para que os professores concebam a ideia de que estão mudando sua didática. Mas, ao que nos parece, tal preocupação está mais relacionada com a troca dos instrumentos analógicos e físicos pelos instrumentos digitais e virtuais, do que com a mudança no processo de aquisição do conhecimento do aluno. Ao sustentar essa posição, a troca dos livros pelo computador não interfere na mudança de sua metodologia, muito embora possa ser um primeiro passo para mudança. Como reflete Pretto (2001), na história onde o médico e o professor voltam do passado, o primeiro verá tudo diferente e não conseguirá adaptar-se

às salas cirúrgicas, ao passo que o segundo continuará a lição de onde havia parado há mais de um século. Isso significa que a adoção das Tecnologias de Informação e Comunicação, mesmo que de forma limitada, poderá ser um primeiro passo a outras descobertas e possibilidades.

**Uso Rizomático** - tratado como *“Uma exceção na escola”*, nosso sujeito coletivo traz em suas observações um professor que, ao usar o celular com seus alunos em sala de aula *“explora aplicativos, discute questões culturais”*. E mais: *“Através de estudos dirigidos, os alunos exploravam a internet indo de site em site, para construir textos, diálogos, buscar informações. A professora dava alguns sites como ponto de partida e dizia que os alunos poderiam se valer de outros. Os alunos discutiam política nacional, os reflexos de discursos políticos na mídia internacional, descobriam sites novos, com recursos diversos, como por exemplo a BBC de Londres, trocavam ideias, informações por whatsapp em grupos de estudos”*

Para além de apenas substituir os antigos recursos de sala de aula pelas TIC, percebemos que esse procedimento inova, contribuindo para uma aquisição do conhecimento que explora as potencialidades do ciberespaço. A exploração de sites, aplicativos de aprendizagem pode trazer novas possibilidades, criando outros padrões para aquisição e construção de conhecimento que são incentivados pela interação de diversas mídias, pelo grande número de informações, pelas simulações, pela exploração do hipertexto etc.

Ao promover a interatividade entre os alunos, nas aulas e na internet, o professor está se orientando pelo modo pelo qual a rede se constitui. A Internet, lugar que concebe a ubiquidade da geração móvel, exige uma participação ativa contrária à passividade das aulas tradicionais.

Lemos (1997) destaca a interatividade social comentando seus diferentes níveis: a interatividade técnica analógico-eleto-mecânica, que ocorre, por exemplo, quando dirigimos um carro; e a interatividade eletrônico-digital, que – sendo ao mesmo tempo técnica e social – ilustra com clareza a interatividade ao acessarmos o espaço virtual. Essa interatividade favorece o fluxo de informações, facilitando uma navegação hipertextual, abrindo caminhos para a construção de conhecimento rizomático que rompe com a linearidade, sequencialidade da linguagem escrita, apresentando-se como um fenômeno descontínuo, promovendo uma revolução na maneira de pensar, compreender e adquirir o conhecimento.

Para entender essa nova forma de compreensão, aquisição e compartilhamento do conhecimento interativo, podemos recorrer à comparação da metáfora da árvore e do rizoma. A figura da árvore indicaria a necessidade de uma sequência: primeiro vem sempre a raiz, que traz as informações básicas que sustentam o tronco, de onde emergem os co-

nhcimentos mais complexos. Nessa metáfora, o conhecimento é definido antes, de forma hierárquica e determina o plano para ensinar em um tempo estipulado também antecipadamente (GALLO, 2008).

O rizoma é a metáfora usada por Deleuze e Guattari (2010) para explicar outra forma de constituição do conhecimento e como ele se prolifera. Os autores descrevem o rizoma, como espécies de hastes, caules subterrâneos que se diferenciam de outras raízes por terem suas extensões superficiais ramificadas em todos os sentidos, até suas concreções em bulbos e tubérculos. Dessa forma, podemos dizer que o conhecimento rizomático é aquele que se alastra na horizontal (como a grama) e se caracteriza pelo fato de qualquer ponto poder conectar-se a qualquer outro. No rizoma temos a conexão de cadeias semi-óticas, da arte, de organizações de poder, da ciência, das lutas sociais, entre outras conexões possíveis. Nesse formato, não há um ponto central, ou hierarquias do saber, ou uma tipologia ideal, pois todos os tipos de associações serão possíveis por meio das interações. Podemos dizer que o rizoma é sempre múltiplo, atuando em função de seu agenciamento com outro rizoma e pode ser acessado em múltiplos pontos, conforme sua cartografia, sem um único começo, nem um fim determinado.

O ciberespaço e a linguagem hipertextual dão-se de forma rizomática, sem que possamos saber o início e o fim do que vamos conhecer. Ao conceituar hipertexto, Lúcia Leão (2005) afirma ser ele um documento digital que se compõe de diferentes blocos de informações amarradas por elos associativos chamados “links” que permitem ao usuário um avanço na leitura, pois podem ler na ordem que desejarem.

Essa prática traz um procedimento próprio do exercício do pensamento rizomático fundamentado por Deleuze e Guattari (2010). Os autores demonstram que o próprio cérebro, em sua fisiologia e sua estruturação do pensamento, são multiplicidades, parecendo-se mais com uma erva do que com uma árvore.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No mundo contemporâneo no qual o celular contribuiu para mudanças comportamentais na sociedade, facilitando a atividade humana, encontramos fortemente sua proibição quando a possibilidade de uso é levada ao cotidiano escolar. A escola, uma das principais instituições formadoras da construção do sujeito, ao atuar pela proibição que mantém a escola disciplinar, pode formar o indivíduo analógico que, contraditoriamente, atuará na sociedade digital.

O fato de o celular subverter o tempo e o espaço escolar pode ser visto como uma ameaça à escola que tem o professor como única mídia de aprendizagem, muitas vezes subjetivado a defender uma prática tradicional, linear, de ensino. Por essa razão, o uso categorizado como proibido é mais frequente. Ao aderir às leis e determinações institucionais proibitivas, o docente renuncia à sua autonomia e à possibilidade de experimentar. É importante refletir a respeito de autonomia, uma vez que vivenciamos tempos obscuros nos quais se propõe que, com o mesmo celular, filmem-se aulas para controle e censura da atividade do professor, tornando-o refém de uma ditadura de pensamento.

Da mesma forma que não devemos demonizar esses aparelhos, atribuir-lhes o caráter de instrumento determinante à qualidade de ensino também seria um equívoco, uma vez que, como observamos no uso que categorizamos como limitado, a simples substituição de uma ferramenta analógica por uma digital não explora as várias potencialidades de aprendizagem trazidas no ambiente virtual, tais como simulações, fóruns de discussão, hipertextos, jogos etc.

O uso categorizado como rizomático pode fazer com que o professor escape do modelo arbóreo do conhecimento centrado no texto e no professor como única mídia a ser usada em sala de aula, permitindo-lhes uma participação ativa na busca interativa, na construção dos sentidos, exercendo sua liberdade, problematizando segundo suas necessidades.

Ao lançar-se para uma experiência rizomática do uso do celular como um computador de bolso em sala de aula, aumentaremos as possibilidades de construção de conhecimento numa aprendizagem ativa, não-linear, múltipla, sem o controle da dimensão de tempo, espaço e conteúdo que a escola muitas vezes costuma impor.

## REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

DAMÁSIO, Manuel José. **Tecnologia e educação**. Lisboa: Veja, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: ed. 34, 2010.

FOUCAULT, Michel. Des espaces autres (1967). In: \_\_\_\_ **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard, 1994.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALLO, Silvio. Repensar a educação: Foucault. **Revista educação e realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25420/14746> Acesso em 10 mar. 2019.

HOWATT, Anthony Philip Reid. **A History of English Language Teaching**. Oxford University Press, 2000.

LEÃO, Lucia. **O Labirinto da Hipermídia**: Arquitetura e Navegação no Ciberespaço. São Paulo: Editora Iluminuras, 2005.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Depoimentos e discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Liber Livros, 2005.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa. 2ª ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LEITE, Werlayne Stuart Soares; RIBEIRO, Carlos Augusto do Nascimento. A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios. Magis, **Revista Internacional de Investigación en Educación**, v. 5, n. 10, p. 173-187. 2012. Disponível em: <http://estudiosterritoriales.org/articulo.oa?id=281024896010> Acesso em: 14 jun. 2018.

LEMOS, André. Anjos interativos e retribalização do mundo. Sobre interatividade e interface digitais. **Tendências XXI**, Lisboa, 1997.

LEMOS, André. **Cibercultura e mobilidade**: a era da conexão. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2005, Rio de Janeiro. Intercom. Rio de Janeiro: Uerj, 2005. p. 1 - 17. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/r1465-1.pdf> Acesso em: 2 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. **MATRIZES**, v.1, n. 1, p. 121-138, 2007.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: 34, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

PEIXOTO, Joana; ARAUJO, Cláudia Helena dos Santos. Tecnologia e educação: algumas considerações sobre o discurso pedagógico contemporâneo. **Educação Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 253-268, Mar. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302012000100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000100016&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 jan. 2018.

PRETTO, Nelson de Luca. Desafios para a educação na era da informação: o presencial, a distância, as mesmas políticas e o de sempre. In: BARRETO, R. (org.). **Tecnologias educacionais e educação a distância**: avaliando políticas e práticas. RJ: Quartet, 2001.

SANCTIS, Ricardo José Orsi de; NOGUEIRA, Eliete Jussara. Novas Tecnologias na Educação: provocações quanto ao uso do celular na sala de aula. In: LOURENÇONI, Maria Angela; CALEGARI, Ricardo Pereira; PANTANO FILHO, Rubens. **Reflexões e práticas docentes**. Salto- São Paulo: FoxTablet, 2018. p.195-206.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre. n. 22, dez. 2003.

# RELAÇÕES DE TRABALHO E GÊNERO: PODER E DIFERENÇA



**ADLLER MOREIRA CHAVES**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**ELIANE TEIXEIRA ASSUNÇÃO**

Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC

**Resumo:** As discussões identitárias conquistaram espaço muito grande na pós-modernidade. Junto com esta conquista, algumas identidades que eram tratadas como secundárias, ganharam espaços que antes eram relegadas. Dessa forma, é fundamental entender o que são estas categorias e quais as influências que o espaço promove para os sujeitos. É importante porque as identidades são instrumentos de poder que diferencia na sociedade e cria dicotomias, construindo indivíduos e relações. O mundo do trabalho é um importante local que atua e compeli identidades, constituindo o gênero com pressões para determinados padrões. Portanto, as relações de gênero, relações de poder e relações de trabalho estão interligadas e são as principais discussões tratadas neste capítulo.

**Palavras-chave:** gênero, pós-estruturalismo, relações de poder, trabalho.

**Abstract:** Identity discussions have conquered a great deal of space in post-modernity. Along with this conquest, some identities that were treated as secondary, gained spaces that were previously relegated. Thus, it is

essential to understand what these categories are and what influences space promotes for the subjects. It is important because identities are instruments of power that differentiate in society and create dichotomies, building individuals and relationships. The world of work is an important place that acts and compels identities, constituting gender with pressures for certain patterns. Therefore, gender relations, power relations and labour relations are interlinked and are the main discussions discussed in this chapter.

**Keywords:** gender, post-structuralism, power relationship, work.

## INTRODUÇÃO

A modernidade trouxe várias transformações sociais no Brasil e no mundo. Entre essas alterações, a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal foi um dos marcos. Essa entrada influenciou mudanças de padrões culturais e dos espaços públicos, discutindo-se até a ideia socialmente aceita de que as mulheres deveriam ser subordinadas aos homens, bem como seu trabalho apenas como extensões das tarefas domés-

ticas (BRUSCHINI; PUPPIN, 2004, SIMÕES; HASHIMOTO, 2012). Tal visão, conhecida como androcentrismo, considera o ser humano masculino como o centro do mundo, e sua cosmovisão é a única correta e deve governar o mundo (MORENO, 2003).

Dentro da sociedade androcêntrica, que muitos chamam de patriarcal, as mulheres eram esquecidas da história e excluídas, tendo suas identidades e subjetividades constituídas a partir disso (RAGO, 1998). O estereótipo de mulher de segunda categoria provocou o afastamento delas da vida pública e de diversas áreas do mundo do trabalho. Com a entrada de mulheres no mundo de trabalho e em posições em que o homem era prioridade, a comunidade acadêmica despertou para debater gênero ao final do século XX. Todavia, as pesquisas discutindo gênero no mundo de trabalho, na Administração e nas Organizações foram tímidas no Brasil, ainda mais em abordagem como a pós-estruturalista (DAVEL; ALCADIPANI, 2003).

Junto com a modernidade, surge uma abordagem denominada pós-estruturalista, acreditando que o sujeito universal não existe, mas que ele é marcado por rupturas e fragmentações (SCOTT, 1995). O pós-estruturalismo problematiza o indivíduo e traz os discursos que circulam pelas relações de poder, construindo-os (FOUCAULT, 1995). Para os pós-estruturalistas, as relações identitárias, entre elas as de gênero, são construções sociais e históricas construídas nas e pelas relações de poder. Essas constituições ocorrem por discursos, historicamente, androcêntricos que predominam nas relações de gênero, influenciando a construção das mulheres. Para os autores desta abordagem, gênero é uma prática discursiva que constrói as identidades de indivíduos (ALVESSON; BILLING, 2009, BUTLER, 2003; CÁLAS; SMIRCICH, 2012).

O ambiente de trabalho tem influenciado o comportamento e a construção de indivíduos, encorajando-os indivíduos a se organizarem de acordo com aspectos identitários. Gênero, sexo e sexualidade organizam o ambiente organizacional e fazem com que funções e locais dos indivíduos fossem construídos por esses aspectos (HARDY; CLEGG, 2001).

Destarte, os sujeitos são produções socioculturais que são marcadas pelas relações de poder. Essa produção não pode ser universalizada, pois as subjetividades e identidades possuem particularidades construídas (BUTLER, 2003). Ao examinar temas identitários no pós-estruturalismo, inclusive discussões de gênero, deve-se abstrair a ideia dicotômica, binária e simplista, pois a construção de identidades, inclusive femininas e masculinas ou homens e mulheres, apresenta fragmentações marcadas por relações de poder que as transformam completamente (LOURO, 2003).

## IDENTIDADES, GÊNERO E PODER

Identities and subjectivities are themes that permeate philosophical discussions of various classic thinkers, with highlights for Hegel and Marx. Therefore, discussing identity is not simple and encompasses the most diverse areas of knowledge (CIAMPA, 1984). Ciampa (2005) deepens the discussion and creates new epistemological bases, having its influence in Social Psychology. His studies bring identity as a process of construction of the *eu* that is mutable by social and economic conditions that life provides for the individual. Identity is the search for meaning in actions and in one's own life of individuals. In the constitution of identities, the roles that subjects assume during life help in the construction, including the profession of the individual (CIAMPA, 2005).

Sawaia (2001) affirms that the search for identity has been a central element of life in society in contemporary times and that all and any discussion about identity aspects must pass through the relations of power. Identity “hides negotiations of meaning, [...] hierarchization of differences, configuring itself as a subtle strategy of regulation of the relations of power” (SAWAIA, 2001, p. 123).

Louro (2000b) affirms that one should not consider the constitution of identities as something natural, as it has political and social dimensions and a constructive character. Identity is not something one chooses, as individuals are not free to choose it, but are compelled to certain categories. According to Butler (1998, p. 17), “no subject is their own starting point”. Therefore, identities are constructs that result from discourses, in which there is a pressure of repetition of those that are dominant and regulators. Despite this, the idea that subjects are completely determined by dominant discourses should be rejected, as discourses are always changed in the processes of repetition and resignification (BUTLER, 1988).

Identity is an instrument of power that promotes social hierarchization and excludes various sectors of society, leading to differentiations of what is superior and inferior in the identity dichotomy (SOUZA; SILVA; CARRIERI, 2012). It is important to affirm that generally there is a valuation of the hegemonic and a devaluation of the minority, organizing society in this way. Louro (2000a) and Hall (2000), when discussing identity, affirm that it organizes what the subject is and what they are not, provoking difference and categorization. It is important to ensure that identity is not the opposite of difference, but depends on it, as it is because of differences that categories exist (HALL, 2000). Therefore, “both identity and difference are imposed and disposed continuously and, through disputes of power, through subtle actions that constitute the belonging, or not, of individuals” (LASTA; HILLESHEIN, 2014, p. 143).

Um dos grandes teóricos sobre as relações de poder foi Foucault. Ele discorre que essas relações são fundamentais para as construções das identidades dos indivíduos. As relações de poder na sociedade controlam a vida cotidiana e as relações sociais dos indivíduos, inclusive, no ambiente laboral. Para este autor, os indivíduos são produtos das relações de poder, e o resultado são suas subjetividades e identidades, sendo todas as categorias identitárias dispositivos de poder (FOUCAULT, 1985). Souza (2014, p. 115) – que fez um estudo baseado na obra de Foucault – afirma que:

O indivíduo constitui-se como sujeito através do fluxo de forças que o passam, perpassam, transpassam, ou melhor, são estas forças que constituem o homem como sujeito por meio de processos de reconhecimento e identificação em categorias discursivamente construídas. Portanto, o sujeito é produto de uma tecnologia política que ao mesmo tempo o constitui tanto como sujeito quanto como objeto.

## RELAÇÕES DE PODER E RELAÇÕES DE GÊNERO

Geralmente o poder é visto como pertencente a pessoas e grupos, dividindo os indivíduos em detentores do poder e subordinados a estes (ALCADIPANI, 2005). Contudo, este capítulo utiliza o pensamento de Foucault (1985, 1988, 1989) sobre as relações de poder. O autor afirma que:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1985, p. 8).

Para Foucault (1995, p. 232), “o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas”. Dessa forma, são as relações de poder que transformam os indivíduos em sujeitos, cujas definições de sujeitos existentes, ou seja, as categorias, já sugerem a submissão de uma forma de poder. Por conseguinte, as relações de poder são manifestadas nas práticas sociais e não são criadas por organizações ou pessoas, pois não pertencem a algo como o Estado, apesar de que este possa exercer relações de poder (FOUCAULT, 1985, 1995).

Posto isso, Foucault (1995) recomenda que se deve analisar as instituições com base nas relações de poder e não ao contrário, pois o poder está nas práticas cotidianas dos indivíduos e sociedades. Para Foucault (1988, p. 88-89), o fenômeno poder deve ser compreendido como:

[...] a multiplicidade das correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, por meio de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si, enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemônias sociais.

As discussões de Foucault sobre poder influenciaram outros pensadores e muitos expoentes da abordagem pós-estruturalista. Butler (1998) diz que as relações de poder circundam todas as discussões conceituais desta abordagem, em que, ao estudar as relações de gênero, a autora observa as relações de poder que cercam os indivíduos.

Gênero é uma das formas de trazer significado nas relações de poder. Ele é uma ferramenta de legitimação que ajuda na manutenção e no controle das significações de poder na parte ocidental do mundo (SCOTT, 1995). Louro (2003), ao estudar a conexão entre gênero e as relações de poder, percebeu que ambos são constituídos de formas dependentes. Segundo Louro (2004), as relações de gênero são produzidas justamente pelas e nas relações de poder e, portanto, são construídas de forma simultânea, tanto sócio-histórica, quanto culturalmente.

Existem conexões entre as relações de gênero e as relações de poder, mas antes se deve entender que o poder não é exclusivamente algo opressor e de controle. Para Louro (2003), o isso não está em um polo, mas é exercido por cada indivíduo nas suas relações sociais. Cappelle *et al.* (2004) discorrem que as relações de poder nas organizações têm se articulado de forma que se busque uma perpetuação da dominação do masculino sobre o feminino no ambiente organizacional. Para Louro (2000b), “as identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (p. 6). Portanto, toda as identidades sociais – como de sexo, gênero, raça, nacionalidade, classe, etc – são definidas nos âmbitos da cultura e da história (LOURO, 2000b). A autora ainda diz que:

Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. Somos sujeitos de muitas identidades. Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais (LOURO, 2000b, p. 6).

Butler (2000, 2003, 2006) traz o corpo como fundamental para a formação das identidades e subjetividades, pois ele influencia e é influenciado, não sendo algo passivo nessa relação, mas é uma relação de via dupla. As identidades são fluídas e provisórias, sem uma originalidade. Louro (2000b) trata o corpo como a visualização da identidade e são compelidos a não apresentarem ambiguidades e inconstâncias. A autora critica esse enquadramento dos indivíduos em determinadas identidades apenas por marcas no corpo, pois os processos de construção de identidades são complexos, e usar o corpo como única referência é um equívoco (LOURO, 2000b).

A heteronormatividade é outro importante elemento na produção de identidades de gênero. Souza e Pereira (2013, p. 81) afirmam que essa ideia da heterossexualidade como algo natural e determinada, que “passa a ser institucionalizada como uma norma social, política, jurídica e econômica, seja de uma maneira explícita ou implícita”, influencia nas construções identitárias de cada indivíduo. Além disso, existe uma coibição de comportamentos que fogem desse padrão (SOUZA; PEREIRA, 2013). A heteronormatividade “é um conjunto de prescrições que fundamentam processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto” (MISKOLCI, 2009, p. 156). A heteronormatividade corresponde a padrões sociais que influenciam o modo de vida de cada sujeito, inclusive na maneira de se relacionar para com o sexo oposto, ou seja, é um dispositivo de poder que visa construir os indivíduos para que sejam heterossexuais ou organizarem suas vidas observando esse modelo (MISKOLCI, 2009, SOUZA; PEREIRA, 2013). As construções das identidades dos indivíduos são influenciadas pela heteronormatividade, inclusive as daqueles que visam subvertê-la.

Destarte, Foucault (1988) discorre que as identidades são produzidas por discursos dominantes, estes que foram naturalizados. A heteronormatividade influencia fortemente a construção das identidades de gênero, auxiliando no processo de exclusão e inclusão de indivíduos. Para Souza e Pereira (2013) o dispositivo de poder da heteronormatividade reforça a discriminação de práticas sexuais que subvertem esse modelo, exercendo uma grande repressão nos indivíduos que não a seguem. Os autores expõem que essa influência se dá nos mais diversos ambientes, inclusive no organizacional.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO**

As relações de trabalho são uma importante rede de poder que atua nos indivíduos, constituindo as suas identidades (SOUZA; CARRIERI, 2010). Os ambientes de trabalho não são neutros na construção do gênero, mas esses espaços geram expectativas de comportamentos dos sujeitos, exercendo pressões para seguirem determinados padrões

(SCHILT; CONNELL, 2007). Chaves e Souza (2019), ao estudarem o trabalho no ambiente da política institucional para a construção de gênero, observaram que suas identidades são fortemente influenciadas por espaços. As relações de gênero são marcadores nos espaços organizacionais, sendo uma forma do exercício do poder.

As interações nos espaços sociais, em que estão as relações de trabalho, são fundamentais para a construção de cada indivíduo – e homens e mulheres são tratados de maneira diferente apenas porque têm características anatômicas diferentes (CZARNIAWSKA, 2006; WESTBROOK; SCHILT, 2014). Segundo Chaves e Souza (2019), no ambiente de trabalho, a dicotomia do gênero é vista através de estereótipos culturais, em que homem é razão e a mulher, emoção – construções vistas como inatas dos sujeitos pelo senso comum.

As construções de identidades de gênero fazem com que indivíduos semelhantes vejam estas identidades como falhas. Isso faz com que posições que indivíduos podem ocupar no espaço social sejam influenciadas pelas identidades de gênero, e os discursos controlam as funções de cada um (CHAVES; SOUZA, 2019). Neste ponto, observa-se a heteronormatividade sendo um dispositivo de poder que exerce forte influência no ambiente organizacional, compelindo os sujeitos a fazerem ou não fazerem determinadas coisas (SOUZA; PEREIRA, 2013).

Existe uma rotulação cultural e história na sociedade em que o homem é visto como racional e a mulher, emocional. Por causa disso, os homens são vistos como melhores administradores do que a mulher pela sociedade. É importante afirmar que isso não é algo inato, mas por estímulos recebidos nas construções de cada um (MORENO, 2003). O mercado de trabalho trata as mulheres como inferiores na racionalidade e dificulta a sua atuação. Observa-se como a mídia trata ex-presidentes e ex-presidenta, discutindo até a nomenclatura que seria tratada. Este fato evidencia que são tratadas características culturais como se a mulher ou o gênero feminino não fossem pertencentes àquele espaço (CHAVES; SOUZA, 2019, SOUZA; BIANCO; JUNQUILHO, 2015).

Os estudos organizacionais têm estudado as mulheres e os homens na expressão das suas identidades binárias de gênero, mas têm esquecido que este é um local em que as relações de poder compelem os indivíduos a fazer gênero de determinadas formas, não sendo ambientes neutros (THANEN; WALLEMBERG, 2014). Nas relações que são construídas no ambiente de trabalho e nas organizações, existem reproduções do que se espera referente a cada gênero, observando apenas os aspectos físicos. Este comportamento de gênero para os indivíduos é influenciado por culturas organizacionais e contextos profissionais, pressionando os trabalhadores para determinados comportamentos, tanto em nível relacionamental quanto profissional (SCHILT; CONNELL, 2007). Peterson e Albrecht (1999)

afirmam que o ambiente de trabalho e as organizações são poderosas ferramentas para a construção de características masculinas e femininas, bem como de mulheres e homens, fundamentando a vida em sociedade.

Thanen e Wallenberg (2014) analisaram diversos estudos sobre a construção de identidades das mulheres por pressões organizacionais. Observou-se que essa identidade é vista como estereotipada e negativa. Muitos autores perceberam que – ao adentrar em ambientes masculinizados –, para sua aceitação, elas desvalorizam a própria feminilidade. Chaves e Souza (2019), ao estudarem uma vereadora, notaram que ela performava o masculino na tribuna e nas suas relações sociais no seu ambiente de trabalho. Charles (2014) observou que as mulheres inseridas em ambientes de trabalho cuja maioria é de homens, fazem masculinidade para serem aceitas. Dessa forma, há uma dificuldade em alterar culturas de trabalho devido a questões estereotipadas e pressões organizacionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As construções sociais dos indivíduos são fundamentais para a construção identitária, pois é um campo em que as relações de poder compelem os sujeitos a agirem de determinadas formas. O mundo do trabalho não fica fora dessas relações e dessa construção. Em tal ambiente, as normas binárias de gênero são reiteradas, buscando que os indivíduos naturalizem normas por meio de repetições contínuas, e as performances dos indivíduos nem sempre estão de acordo com a identidade visual, fazendo com que – em muitos ambientes – os sujeitos atuem de maneira estratégica em sua identidade para “manter a sobrevivência” naquele espaço.

As identidades construídas durante a vida de cada fazem com que se constituam identidades de gêneros diferentes, gerando diferentes representações e representatividades. As trajetórias pessoais de cada pessoa, bem como suas profissões e diferentes formas de ingresso na vida pública constroem as identidades de cada cidadão, fazendo com que nem todas semelhantes se sintam representadas. Além disso, a sociedade exerce grande influência nos espaços que os indivíduos podem ocupar. Gênero não pertence a cada um, são apenas expressões performáticas identitárias que os indivíduos fazem e desfazem (BUTLER, 1988, 2000, 2003).

Portanto, gênero se revela como um dispositivo de poder que atua na constituição das identidades dos indivíduos, influenciando as performances individuais e coletivas. Ele é um significativo elemento para a gestão da vida em sociedade, produzindo categorias e obrigações sociais (BUTLER, 2003; FOUCAULT, 1985; WEST; ZIMMERMAN, 1987). As

relações de gênero e as relações de poder produzem as categorias do homem e da mulher, sendo reiterados pelos discursos estatais e científicos. Gênero é um dispositivo que circula discursos e estabelece normas, definindo formas de sujeitos se comportarem (FOUCAULT, 1985; SCHILT; CONNELL, 2007; SOUZA; BIANCO, 2011). Destarte, este capítulo se enquadra na crítica às perspectivas naturalistas e essencialistas de sexo, gênero e sexualidade, trazendo discussões de como os indivíduos estão sempre fazendo e desfazendo identidades no decorrer dos tempos e locais específicos.

## REFERÊNCIAS

ALVESSON, Mats; DEETZ, Stanley A. Critical theory and postmodernism approaches to organizational studies. **The Sage handbook of organization studies**, p. 255-283, 2006.

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea Brandão. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 105-138, 2004.

BUTLER, Judith. Performative acts and gender constitution: An essay in phenomenology and feminist theory. **Theatre journal**, p. 519-531, 1988.

\_\_\_\_\_. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

\_\_\_\_\_. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In G. LOURO (Ed). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 110-125, 2000.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Deshacer el genero**. Barcelona: Paidós, 2006.

CALÁS, Marta B.; SMIRCICH, Linda. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C. et al (Ed.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999, 6, reimpressão 2012.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves *et al*. Representações das relações de gênero no espaço organizacional público. **RAP-Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 2, p. 253-275, 2002.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In LANE, S. T.; CODO, W., (org.) **Psicologia social: o homem em movimento**, v. 13, p. 58-75, 1984.

\_\_\_\_\_. **A estória do Severino e a história da Severina**. 10ª Reimpr. da 1ª ed. de 1987, São Paulo: Brasiliense, 2005.

CHAVES, Adller Moreira; SOUZA, Eloisio Moulin de. Fazendo e desfazendo gênero na política: uma história de vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, 2019

CHARLES, Nickie. Doing gender, practising politics: Workplace cultures in local and devolved government. **Gender, Work & Organization**, v. 21, n. 4, p. 368-380, 2014.

CZARNIAWSKA, Barbara. Doing gender unto the other: fiction as a mode of studying gender discrimination in organizations. **Gender, Work & Organization**, v. 13, n. 3, p. 234-253, 2006.

- DAVEL, Eduardo; ALCADIPANI, Rafael. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira dos anos 1990. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 72-85, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. Vigiar e punir: nascimento da prisão. In: **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Vozes, 1989.
- \_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: H. DREYFUS; P. RABINOW (Eds.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 103-133, 2000.
- HARDY, Cynthia; CLEGG, Stewart R. Alguns ousam chamá-lo de poder. In : CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. **Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções**. V.2. São Paulo: Atlas, 2001.
- LASTA, Leticia Lorenzoni; HILLESHEIM, Betina. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 14, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2, 2000a.
- \_\_\_\_\_. Pedagogias da Sexualidade. In G. LOURO (Ed). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 5-24, 2000b.
- \_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 150-182, 2009.
- MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo, Moderna, 2003.
- PETERSON, L. W.; ALBRECHT, T. L. Where gender/power/politics collide: deconstructing organizational maternity leave policy. **Journal of Management Inquiry**, v. 8, n. 2, p. 168-181, 1999.
- RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 89-98, 1998.
- SAWAIA, Bader Burihan. Identidade: uma ideologia separatista? In: B. B. SAWAIA. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, p. 119-127, 2001.
- SCHILT, Kristen; CONNELL, Catherine. Do workplace gender transitions make gender trouble?. **Gender, Work & Organization**, v. 14, n. 6, p. 596-618, 2007.
- SIMÕES, Fatima Itsue Watanabe; HASHIMOTO, Francisco. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. **Revista Vozes dos Vales**, v. 2, 2012.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, V. 20, nº 2, jul/dez. p. 71-99, 1995.

SOUZA, Eloísio Moulin de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, 2010.

SOUZA, Eloisio Moulin de; SILVA, Alfredo Rodrigues Leite da; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Uma análise sobre as políticas de diversidade promovidas por bancos. **Psicologia e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 315-326, 2012.

SOUZA, Eloísio Moulin de; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. (Re)Produção do Heterossexismo e Heteronormatividade nas Relações De Trabalho: a Discriminação de Homossexuais por Homossexuais. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 4, 2013.

SOUZA, Eloísio Moulin de. Poder, diferença e subjetividade: a problematização do normal. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 1, p. 103-143, jun. 2014.

SOUZA, Eloísio Moulin de; BIANCO, Mônica de Fátima; JUNQUILHO, Gelson Silva. Contestações sobre o Masculino no Contexto do Trabalho: Estudo Pós-modernista em Mineradoras e Siderurgias. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, p. 269, 2015.

THANEM, Torkild; WALLEMBERG, Louise. Just doing gender? Transvestism and the power of undoing gender in everyday life and work. **Organization**, 2014.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H. Doing gender. **Gender & Society**, v. 1, n. 2, p. 125-151, 1987.

WESTBROOK, Laurel; SCHILT, Kristen. Doing Gender, Determining Gender Transgender People, Gender Panics, and the Maintenance of the Sex/Gender/Sexuality System. **Gender & Society**, v. 28, n. 1, p. 32-57, 2014.



UNIEDUSUL  
EDITORA